



**PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



DANILO BATISTA DE SOUZA

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO:
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL NA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE MANAUS/AM**

MANAUS/AM

2022

DANILO BATISTA DE SOUZA

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO:
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL NA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE MANAUS/AM**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como exigência para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa 2: Educação, Políticas e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Almerinda de Souza Matos

MANAUS/AM

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

B333a Souza, Danilo Batista de
Acessibilidade e Inclusão: a implementação do Programa Escola
Acessível na rede municipal de ensino de Manaus/AM / Danilo
Batista de Souza . 2022
152 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Maria Almerinda de Souza Matos
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Acessibilidade. 2. Pessoa com Deficiência e/ou Mobilidade
Reduzida. 3. Programa Escola Acessível. 4. Inclusão Escolar. 5.
Educação Especial. I. Matos, Maria Almerinda de Souza. II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

Nome: Danilo Batista de Souza.

Título: Acessibilidade e Inclusão: A Implementação do Programa Escola Acessível na Rede Municipal de Ensino de Manaus/AM.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como exigência para obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovada em: ____ / ____ / _____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Almerinda de Souza Matos
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Profa. Dra. Wania Ribeiro Fernandes
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Prof. Dr. Michel Justamand
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Profa. Dra. Valdelúcia Alves da Costa
Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ)

Prof. Dr. Vanderlei Balbino da Costa
Universidade Federal de Jataí (UFJ/GO)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus pelo dom da vida, pela saúde, por todas as bênçãos e livramentos derramados sobre minha vida e, por iluminar e abençoar meus caminhos até o presente momento.

À minha família, pela compreensão e apoio familiar.

À minha Mãe Acadêmica, Profa. Dra. Maria Almerinda de Souza Matos (Profa. Mariazinha), minha eterna orientadora, coordenadora e amiga, que me tirou das trevas acadêmicas no terceiro período do curso de Pedagogia (2012/2) e como sempre, acreditou e investiu no meu potencial, obrigado pelas orientações acadêmicas e pessoais, serei eternamente grato por tudo que a senhora contribuiu na minha vida.

A motivação para que esse sonho possa estar mais próximo deve-se a inúmeras pessoas pelas quais convivi, em especial, a Profa. Mariazinha, pelo incentivo aos estudos, motivação nos alunos na graduação e experiências incríveis, dentre elas: iniciação científica, iniciação à docência, organização de eventos científicos, ministração de palestras, elaboração e execução de projetos de pesquisa e extensão, apresentação de artigos em congressos nacionais, internacionais e locais, capítulo de livros e publicações em anais de eventos, entre diversas outras atividades.

Aos Professores da Banca Examinadora, Profa. Dra. Wania Ribeiro Fernandes (UFAM), Profa. Dra. Valdelúcia Alves da Costa (UFF/RJ), Prof. Dr. Michel Justamand (UFAM) e Prof. Dr. Vanderlei Balbino da Costa (UFJ/GO) que tenho muito respeito, carinho e admiração, além de serem referências na área da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Aos meus parceiros de orientação Geyse Sadim, Alexandre Alecrim e Raiana Rosa, pela paciência, apoio, carinho e risadas ... serei eternamente grato.

Aos professores e colegas do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial – NEPPD/FACED/UFAM, pelo aprendizado, experiências e discussões nas diversas atividades desenvolvidas por meio do ensino, da pesquisa e da extensão universitária.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/FACED/UFAM), pelo apoio, orientações e pelo acolhimento humanizado durante esse processo de doutoramento, em especial, a Coordenação da Profa. Dra. Maia Garcia e Profa. Dra. Camila Ferreira da Silva.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pelo incentivo e subsídio às diversas atividades de pesquisa, dentre elas, bolsas de estudo, produção científica e eventos científicos do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-FACED/UFAM).

E por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro através da bolsa de doutorado, o que possibilitou aquisição de livros e participação em eventos científicos.

RESUMO

A acessibilidade é uma temática com grande relevância na área da educação, educação especial e áreas afins, já que de forma multidisciplinar, diversos pesquisadores trazem diversas contribuições de suas áreas de formação acadêmica e atuação profissional. Apesar de um número maior de trabalhos encontrados nessa revisão sistemática em relação ao mapeamento das produções científicas (SOUZA, 2017), muito ainda precisa ser pesquisado e discutido para que além do acesso, os alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida possam desenvolver todas as suas potencialidades e aprendizagens com os demais alunos. Deste modo, tivemos como objetivo principal compreender, com base na legislação brasileira, na produção científica, nos documentos escolares, o processo de implementação do Programa Escola Acessível na Rede Municipal de Ensino de Manaus, assim como as condições da acessibilidade de escolas que receberam recursos do programa com o intuito da efetivação de um sistema educacional inclusivo. Nossa revisão sistemática sobre a acessibilidade em escolas, verificou-se que dos 43 trabalhos (14 dissertações, 2 teses e 27 artigos), muito ainda se precisa pesquisar, analisar e apontar caminhos para situações que impedem a participação plena dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida no ambiente escolar. No total, 182 escolas foram receberam recursos do Programa Escola Acessível (PEA) e é uma leitura possível dos dados induz à identificação de uma mudança paulatina de mentalidade em relação aos direitos da pessoa com deficiência, pela preocupação com os aspectos de adequação arquitetônica como uma forma de acessibilidade. A utilização do Manual de Acessibilidade Espacial para as Escolas (MEC, 2009) foi eficiente para identificar as necessidades em relação às adequações dos ambientes escolares. Notou-se que, mesmo identificando que os ambientes escolares não se encontram acessíveis para as crianças com deficiência e/ou mobilidade reduzida, elas participam das atividades realizadas nos ambientes com o auxílio dos colegas e de professores. Observou-se a necessidade de formação dos profissionais que avaliam e acompanham os processos de criação e reforma de espaços escolares, de modo a capacitá-los a utilizarem estratégias para ampliar a participação da criança durante as atividades em todos os ambientes da escola. Ademais, é fundamental que profissionais capacitados realizem uma proposta de adequação da escola, tornando-a acessível e seguro a todas as crianças, assim como é proposto pelo Desenho Universal. Desta forma, confirmamos a nossa tese de que as escolas públicas municipais de Manaus, que implementaram o Programa Escola Acessível, não estão assegurando o direito dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida ao compartilharem os espaços escolares devido às condições de acessibilidade física, de comunicação e informação, conforme preconiza o Decreto N° 5.296 (BRASIL, 2004) e a Lei N° 13.146 (BRASIL, 2015).

Palavras-Chave: Acessibilidade. Pessoa com Deficiência e/ou Mobilidade Reduzida. Programa Escola Acessível. Inclusão Escolar. Educação Especial.

ABSTRACT

Accessibility is a theme with great relevance in the field of education, special education and related areas, since, in a multidisciplinary way, several researchers bring various contributions from their areas of academic training and professional performance. Despite a larger number of papers found in this systematic review in relation to the mapping of scientific productions (SOUZA, 2017), much still needs to be researched and discussed so that in addition to access, students with disabilities and/or reduced mobility can develop all their potential and learning with other students. Thus, we had as our main objective to understand, based on Brazilian legislation, scientific production, school documents, the implementation process of the Accessible School Program in the Municipal Education Network of Manaus, as well as the accessibility conditions of schools that received resources from the program with the aim of the effectiveness of an inclusive education system. Our systematic review about accessibility in schools found that of the 43 works (14 dissertations, 2 theses and 27 articles), much still needs to be researched, analyzed and pointed ways to situations that prevent the full participation of students with disabilities and/or reduced mobility in the school environment. In total, 182 schools have received resources from the Accessible School Program (PEA) and a possible reading of the data leads to the identification of a gradual change in mentality in relation to the rights of the person with disability, by the concern with the aspects of architectural adequacy as a form of accessibility. The use of the Spatial Accessibility Manual for Schools (MEC, 2009) was efficient to identify the needs regarding the adjustments in school environments. It was noticed that, even identifying that the school environments are not accessible for children with disabilities and/or reduced mobility, they participate in the activities carried out in the environments with the help of classmates and teachers. It was observed the need for training the professionals who evaluate and follow up the creation and renovation processes of school spaces, in order to enable them to use strategies to increase the participation of the child during the activities in all school environments. Furthermore, it is essential that trained professionals make a proposal to adapt the school, making it accessible and safe for all children, as proposed by the Universal Design. Thus, we confirm our thesis that the municipal public schools of Manaus, which implemented the Accessible School Program, are not ensuring the right of students with disabilities and / or reduced mobility to share school spaces due to the conditions of physical accessibility, communication and information, as recommended by the Decree No. 5.296 (BRAZIL, 2004) and Law No. 13.146 (BRAZIL, 2015).

Keywords: Accessibility. Person with Disability and/or Reduced Mobility. Accessible School Program. School inclusion. Special Education.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - A rua em frente à EM Centro-Sul	60
Imagem 2 - A rua em frente à EM Norte	60
Imagem 3 - Do portão da escola à porta de entrada da EM Centro-Oeste	61
Imagem 4 - Do portão da escola à porta de entrada da EM Sul	61
Imagem 5 - Recepção e salas de atendimento da EM Centro-Sul	62
Imagem 6 - Recepção e salas de atendimento da EM Leste	62
Imagem 7 - Corredor da EM Centro-Oeste	63
Imagem 8 - Corredor da EM Leste	63
Imagem 9 - Rampa da EM Norte	64
Imagem 10 - Rampa e escada da EM Sul	64
Imagem 11 - Sala de aula da EM Centro-Sul	65
Imagem 12 - Sala de aula da EM Leste	65
Imagem 13 - Laboratório da EM Norte	65
Imagem 14 - Laboratório da EM Centro-Sul	65
Imagem 15 - SRM da EM Centro-Oeste	66
Imagem 16 - SRM da EM Centro-Sul	66
Imagem 17 - Auditório da EM Centro-Oeste	67
Imagem 18 - Auditório da EM Centro-Oeste	67
Imagem 19 - Auditório da EM Norte	68
Imagem 20 - Auditório da EM Centro-Sul	68
Imagem 21 - Banheiro da EM Centro-Oeste	70
Imagem 22 - Banheiro da EM Leste	70
Imagem 23 - Quadra da EM Sul	70
Imagem 24 - Pátio da EM Centro-Sul	71
Imagem 25 - Pátio da EM Oeste	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Instrumentos de coleta de dados	41
Gráfico 2 - Categorias de análise dos estudos	44
Gráfico 3 - Quantitativo de escolas que receberam recursos do Programa Escola Acessível por ano	50
Gráfico 4 - Grupo de Ambientes 1	60
Gráfico 5 - Grupo de Ambientes 2	63
Gráfico 6 - Grupo de Ambientes 3	64
Gráfico 7 - Grupo de Ambientes 4	67
Gráfico 8 - Grupo de Ambientes 5	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de publicações encontradas nas bases de dados	30
Tabela 2 – Etapas do processo de seleção dos trabalhos do estudo	31
Tabela 3 – Definições de acessibilidade	32
Tabela 4 – Legislações e documentos orientadores que preconizam a acessibilidade em escolas	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAFe	Comunidade Acadêmica Federada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FACED	Faculdade de Educação
IFSP	Instituto Federal de São Paulo
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
NBR	Norma Brasileira
NEPPD	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial
PACE	Programa Atividade Curricular de Extensão
PAEE	Programa de Atendimento Educacional Especializado
PEA	Programa Escola Acessível
PROEXTI	Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização
REDALYC	Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal
SciELO	Scientific Electronic Library Online SEMED
SRM	Sala de Recursos Multifuncionais
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UFPel	Universidade Federal de Pelotas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
BREVES REFLEXÕES SOBRE NOSSO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO HUMANA, HISTÓRICO E SOCIAL NA SUSTENTAÇÃO DA NOSSA PERSPECTIVA TEÓRICA.....	19
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
PARTICIPANTES DA PESQUISA	25
PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	26
PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	27
1 ACESSIBILIDADE EM ESCOLAS: REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA	29
Questão 01: Quais definições de acessibilidade estão sendo utilizadas pelos pesquisadores da área?	32
Questão 02: Quais legislações e/ou documentos orientadores/normativos preconizam a acessibilidade nos espaços escolares?.....	35
Questão 03: Quais instrumentos são utilizados para avaliar as condições de acessibilidade nas escolas?	41
Questão 4: Qual a importância da acessibilidade nas escolas para o processo de inclusão dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida?.....	44
2 O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MANAUS	49
3 AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS COM BASE NO MANUAL DE ACESSIBILIDADE ESPACIAL PARA ESCOLAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.....	58
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICE 01: RELAÇÃO DE TRABALHOS SELECIONADOS NA REVISÃO SISTEMÁTICA.....	88
APÊNDICE 02: CATEGORIAS DOS TRABALHOS QUE FIZERAM PARTE DA REVISÃO SISTEMÁTICA	94
APÊNDICE 03: LISTA DE ESCOLAS QUE RECEBERAM RECURSOS DO PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL NA SEMED/MANAUS	95
APÊNDICE 04: TERMO DE CONSENTIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA	100
APÊNDICE 05: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	101
APÊNDICE 06: ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	105
APÊNDICE 07: RELATÓRIOS DAS AVALIAÇÕES DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS PARTICIPANTES DA PESQUISA	107
ANEXO 01: PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA E CARTA DE ANUÊNCIA (SEMED/MANAUS)	148
ANEXO 02: APROVAÇÃO DA PESQUISA NO COMITÊ DE ÉTICA	152

INTRODUÇÃO

O movimento em prol da inclusão escolar orienta que a comunidade acadêmica e demais instâncias da sociedade e sobretudo, as escolas se envolvam e preparem a organização em consonância com os dispositivos legais a respeito da inclusão escolar dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida, superando o paradigma tradicional e buscando atender todos os alunos, propiciando uma escola para todos, e respeitando seus direitos.

A aproximação com a temática acessibilidade ocorreu um ano após a minha aprovação na graduação em Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, ou seja, por meio do ingresso em 2012 como voluntário no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial (NEPPD/FACED/UFAM), o qual, entre diversas atividades acadêmicas possibilitou o desenvolvimento de duas pesquisas de iniciação científica, publicações em periódico, capítulos de livros, anais de eventos científicos e projetos de extensão.

No ano de 2013, desenvolvemos a pesquisa de iniciação científica intitulada "PIB/SA/0047/2013 - Acessibilidade na UFAM: um Estudo nos Campus da Cidade de Manaus", onde verificamos que: 1) a acessibilidade está presente nos discursos, programas e projetos da universidade, porém na maioria dos espaços universitários identificamos barreiras e obstáculos que dificultam a utilização com segurança e autonomia dos diversos ambientes da UFAM; 2) Averiguamos também que a Comissão de Inclusão e Acessibilidade da instituição possibilita, dentro de seus limites, a inclusão dos universitários por meio da promoção de acessibilidade tanto física, quanto de informação e comunicação, além de várias campanhas de sensibilização de toda comunidade acadêmica.

Assim, a reflexão sobre acessibilidade no ensino superior, considerando as experiências vividas neste estudo, indicou a amplitude e complexidade do tema, envolvendo as condições de acessibilidade, ou seja, a acessibilidade no ensino superior significa eliminação de barreiras físicas, de comunicação e informação.

Por fim, esse primeiro estudo analisou que nessa trajetória, a UFAM, como instituição formadora, ainda não consegue efetivar a acessibilidade dos alunos com deficiências na sua totalidade. Sua prática vem demonstrando que a operacionalização das estratégias pertinentes ainda necessita de adequações para atender esse seguimento da população.

Em 2014, desenvolvemos nossa segunda pesquisa de iniciação científica, intitulada “PIB-SA/0020/2014 - Acessibilidade no Ensino Fundamental: Um Estudo nas Escolas dos Anos Iniciais na Rede Municipal da Cidade de Manaus/AM”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), onde possibilitou como resultado primário, o mapeamento dos alunos com deficiências na rede municipal, que dos 534 alunos inclusos, a grande maioria, mais especificamente, 371 alunos, estão no ensino fundamental, desses 279 alunos estão nos anos iniciais, ou seja, em turmas do 1º ao 5º ano.

O resultado secundário desse estudo foi sobre o processo inclusivo nas escolas, verificou-se que muitas ações ainda precisam ser concretizadas, como, por exemplo: a lacuna existente na formação dos professores a respeito da inclusão, da acessibilidade, da atuação com estudantes com deficiência, o conhecimento das políticas públicas, a falta de estrutura física nas escolas para que todos possam utilizar os espaços e a participação efetiva dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida nas escolas.

E como resultado terciário, concluímos com o estudo que a situação da acessibilidade das escolas investigadas, apesar de não atenderem à totalidade dos itens dos requisitos mínimos, a existência de uma vontade política para a implementação das políticas públicas e a inclusão dos alunos com deficiência nos anos iniciais do ensino fundamental por parte da Secretaria Municipal de Educação (SEMED/Manaus), com o Ministério da Educação (MEC), porém, muito ainda precisa ser feito.

Por meio das investigações apresentadas, foi possível a publicação de um capítulo intitulado “Acessibilidade e Políticas Públicas: Um Diálogo sobre Deficiência e/ou Mobilidade Reduzida” (SOUZA; MATOS, 2014) no livro “Educação e Política: O Enfoque da Diversidade, Diferença e Deficiência na Amazônia” e um artigo na Revista Amazônica intitulado “Pesquisas em Acessibilidade, Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa Desenvolvidas no NEPPD/FACED/UFAM” (MATOS, et al, 2015).

Na dissertação de mestrado (SOUZA, 2017), através da abordagem qualitativa, desenvolvemos nosso estudo descritivo por meio da dialética com o objetivo de analisar a produção científica, a legislação e os subsídios teóricos sobre acessibilidade com vista a inclusão educacional dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida na escola pública.

Neste estudo, evidenciou-se: 1) a falta de pesquisas sobre acessibilidade no campo da Educação, principalmente sobre a situação da acessibilidade nas escolas

públicas e a estrutura física das escolas, bem como os meios de comunicação e informação que apresentam barreiras que impedem e/ou dificultam a inclusão dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida nas escolas públicas. 2) Os direitos referentes à acessibilidade ainda não estão presentes, os documentos oficiais nem sempre se convertem nas práticas educacionais no cotidiano das escolas, o que leva a observar situações que privam os alunos com deficiência do exercício de seu direito à educação inclusiva. E 3) Verificamos com os subsídios teóricos, que a acessibilidade e a educação inclusiva estão intimamente ligadas, um depende do outro, onde essa articulação é necessária para o processo de inclusão escolar e superação dos desafios para a promoção da acessibilidade nas escolas públicas. A acessibilidade é uma condição fundamental para que as pessoas com deficiência tenham uma vida com qualidade e estejam incluídas em todos os contextos.

Um acontecimento atípico ocorreu durante o processo de qualificação, contando com as ilustres presenças da Profa. Dra. Maria Almerinda de Souza Matos (orientadora, UFAM), Profa. Dra. Selma Suely Baçal de Oliveira e Priscila Moreira Correa Telles (referencia em acessibilidade, UFU), a banca, após a apresentação, análise do material apresentado e da minha trajetória acadêmica indicou minha passagem direta para o doutorado, tivemos um desafio de concluir a pesquisa em dois meses, como fomos os pioneiros com esse processo na Faculdade de Educação (FACED/UFAM), abrimos caminhos para que outros colegas do mestrado, que possuem trajetória de ensino, pesquisa, extensão e publicação pudessem fazer essa passagem também, agora com menos resistência de alguns docentes, acadêmicos e demais funcionários.

A participação em eventos locais, estaduais, nacionais e internacionais possibilitou debates enriquecedores que culminaram no aprofundamento teórico sobre a temática acessibilidade e a socialização de resultados de pesquisas desde a iniciação científica na graduação em Pedagogia, no Mestrado em Educação, até esta etapa do Doutorado em Educação, conforme sintetizado nas publicações em periódicos (MATOS; SOUZA; OLIVEIRA, 2019; MATOS; SANTOS; SOUZA; SADIM, 2020; MATOS; SOUZA, 2020). Além de formações complementares sobre a Avaliação das Condições de Acessibilidade (UNESP, 2014), a Acessibilidade Educacional de Surdos - Aspectos Básicos (UFPel, 2017) e a Avaliação das Condições de Acessibilidade das Instituições Públicas de Ensino Superior (IFSP, 2019).

Nossos estudos e discussões não ficaram apenas no campo teórico e investigativo. Como retorno social, desde o ingresso em 2012, desenvolvemos várias

atividades sistemáticas de atendimento a comunidade por meio do Programa de Apoio Educacional Especializado – PAEE/NEPPD/FACED/PROEXTI/UFAM, com destaque para o projeto de extensão “PACE/PROEXTI/UFAM - 024/2015-01 - Acessibilidade: Contribuindo para a Inclusão de Alunos no Ensino Fundamental”, que teve como subsidiar os profissionais das escolas dos anos iniciais do ensino fundamental da Rede Municipal de Manaus com o intuito de contribuir para o processo de inclusão com base nas políticas públicas educacionais.

Agora, a pesquisa de doutorado teve como objetivo principal compreender, com base na legislação brasileira, na produção científica, e nos documentos escolares, o processo de implementação do Programa Escola Acessível na Rede Municipal de Ensino de Manaus, assim como a situação da acessibilidade de escolas que receberam recursos do programa com o intuito da efetivação de um sistema educacional inclusivo.

Após o exposto, as questões norteadoras que conduziram nossa investigação consistiram em:

- O que as pesquisas da área revelam sobre as definições, as legislações e os instrumentos avaliativos que preconizam a acessibilidade nos ambientes das escolas para utilização dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida?
- Quais as orientações, encaminhamentos e como foi o processo de implementação do Programa Escola Acessível na Rede Municipal de Ensino de Manaus/AM?
- E tomando como base o Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas do Ministério da Educação, quais as condições da acessibilidade nas escolas estudadas?

Deste modo, tivemos como objetivo principal compreender, com base na legislação brasileira, na produção científica, nos documentos escolares, o processo de implementação do Programa Escola Acessível na Rede Municipal de Ensino de Manaus, assim como as condições da acessibilidade de escolas que receberam recursos do programa com o intuito da efetivação de um sistema educacional inclusivo.

Assim sendo, tivemos os seguintes objetivos específicos que nos ajudaram a delimitar o tema, além de dar mais clareza nos procedimentos que adotamos no estudo:

- Analisar as pesquisas da área da educação sobre as definições, as legislações e os instrumentos avaliativos que preconizam a acessibilidade nos ambientes das escolas para utilização dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida;

- Discutir as orientações, encaminhamentos e o processo de implementação do Programa Escola Acessível para promoção das condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos, pedagógicos, à comunicação e informação;
- Verificar a situação da acessibilidade das escolas que receberam recursos do Programa Escola Acessível por meio da aplicação do Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas do Ministério da Educação.

Destarte, por meio deste estudo temos a seguinte tese: As escolas públicas municipais de Manaus, que implementaram o Programa Escola Acessível, não estão assegurando o direito dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida ao compartilharem os espaços escolares devido às condições de acessibilidade física, de comunicação e informação, conforme preconiza o Decreto Nº 5.296 (BRASIL, 2004) e a Lei Nº 13.146 (BRASIL, 2015).

A acessibilidade é uma condição fundamental para que as pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida tenham uma vida com qualidade e estejam incluídas em todos os contextos. Tendo em vista a escassez de pesquisas sobre a temática na Região Amazônica e a crescente demanda de alunos com deficiência nas escolas regulares, apresentamos nossa proposta de tese, dando prosseguimento aos estudos iniciados na graduação, sequenciados no mestrado e seguido no curso de doutorado em educação.

O contexto pandêmico da COVID-19 interferiu significativamente o desenvolvimento da pesquisa, principalmente por envolver pesquisa de campo, mas devido aos cuidados, bem como todo acolhimento durante o processo de orientação, acreditamos que o estudo foi desenvolvido p melhor possível, trazendo reflexões teóricas e empíricas que possibilite o fortalecimento das políticas públicas inclusivas nas escolas municipais de Manaus.

BREVES REFLEXÕES SOBRE NOSSO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO HUMANA, HISTÓRICO E SOCIAL NA SUSTENTAÇÃO DA NOSSA PERSPECTIVA TEÓRICA

Há momentos na vida onde a questão de saber se podemos pensar de outro modo que não pensamos e perceber de outro modo que não vemos é indispensável para continuar a olhar e refletir (M. Foucault)

De acordo com Kosik (1995), a pesquisa científica é sem dúvida, uma atividade social fundamental em relação à construção e ao avanço do conhecimento, compreendido esta como um processo histórico-social em permanente construção/desconstrução por meio da ação de homens e mulheres que trabalham, produzem e pensam ao mesmo tempo, em que se relacionam.

Tomada em sentido amplo, a pesquisa pode ser entendida como toda e qualquer atividade voltada para a busca de um conhecimento novo e para possíveis soluções de problemas. Como atividade que busca, indaga, investiga, inquirir a realidade, é a atividade que nos possibilita, no âmbito da ciência, elaborar um conhecimento que nos auxilie na compreensão desta realidade e nos orientem em nossas ações.

Pádua (2002) diz que o conhecimento vai-se elaborando historicamente por meio do desenvolvimento da pesquisa, da reflexão sobre o que se conseguiu apreender por meio dela, dos resultados a que se chegou e das ações que foram desenvolvidas a partir destes resultados.

Entendemos que a pesquisa contribui efetivamente para as modificações da realidade, porém, o faz pela intervenção do homem, que ao criar o novo se propõe a busca de novas explicações e novas verdades.

Assim, toda a pesquisa tem uma intencionalidade, que é a de elaborar conhecimentos que possibilitem compreender e transformar a realidade: como atividade está inserida em determinado contexto histórico-sociológico, estando, portanto, ligada a todo um conjunto de valores, ideologia, concepções de homem e de mundo que constituem este contexto e que fazem parte também daquele que exerce esta atividade, ou seja, o pesquisador (p. 32).

Desse modo, o que de fato confere à pesquisa científica o caráter de originalidade, no processo de construção e reconstrução do conhecimento, é a sua capacidade de estar contribuindo permanentemente para a criação do novo e a recriação do velho. Ao transformar a realidade pela pesquisa, o homem cria conhecimentos e novos saberes necessários a outras pesquisas, subsidiários de novas sínteses.

Buscando ajuda no autor Ernesto Sabato:

Querem uma originalidade absoluta? Não existe. Nem na arte, nem em nada. Tudo se constrói sobre o anterior, e em nada do que é humano se pode encontrar a pureza. Os deuses gregos também eram híbridos e estavam infectados de religiões orientais e egípcias. Umberto Eco (1986) “trabalhando-se bem, não existe tema que seja verdadeiramente estúpido” (p. 10).

Entende-se que o conhecimento de pedagogia geral é fundamental na formação pedagógica. Neste domínio o professor deve compreender que o espaço escolar no qual ele vive e age, tem leis próprias e que essas leis são relativas ao meio socioeconômico no qual a escola se encontra. Essas leis têm uma história que permite compreendê-las e explica-las. Numa perspectiva dialética, um fenômeno só pode ser compreendido pela sua historicidade.

Se queremos que a atitude face à realidade escolar seja consciente, é necessária uma visão das concepções de educação e sua evolução das relações entre educação, sociedade e cultura, nas suas contradições, dos aspectos econômicos e políticos que determinam o projeto educacional brasileiro, da crise da escola e das estratégias para enfrentá-las e assim por diante.

Neste momento de finalização de construção da nossa pesquisa do curso de doutorado em educação, quero deixar claro que, ao “desenhar” os limites para essa formação, não quis fazer desses limites momentos estanques durante o processo de formação, mas como um contínuo dialético.

Estou convicto que a escrita da minha tese é uma empreitada difícil, sobretudo devido às múltiplas facetas das contradições do todo social e do sistema educacional vigente, que muitas vezes, estão além das nossas possibilidades e limites, principalmente em tempos pandêmicos. Mesmo assim, o nosso espírito de educador, descartando qualquer atitude idealista, nos incita a resolver, pelo menos em parte, da melhor maneira possível, os problemas da nossa formação como pesquisador na área da educação, pois entendemos que, teoria e prática constituem uma unidade dialética, fonte permanente de investigação científica.

É igualmente lembrar que a prática não pode ser entendida como um despejar de teorias, mas como atividade que considere as dimensões políticas, humanas e sociais.

Para Demerval Saviani, a importância política da educação rende na função de socialização do conhecimento. É, pois, realizando-se na sua especificidade que se cumpre sua função política.

Cabe ainda deixar bem claro que o fato de refletir um particular da formação do professor-pesquisador, não nos permite perder de vista os aspectos políticos e sociais,

bem como as condições materiais e concretas que permeiam toda a formação do professor-pesquisador no PPGE/UFAM em tempos de pandemia.

Antonio Gramsci diz que todo homem é um intelectual, mas que nem todo homem exerce o papel de intelectual na sociedade. Essa ideia muito discutida no espaço acadêmico nos leva a entender o papel do intelectual, no que se refere ao seu compromisso no processo histórico da nossa sociedade e da nossa história.

A preocupação com nossa formação de professor-pesquisador não difere daquela que considera a necessidade de mais recursos para a educação e de outros aspectos ligados à política educacional. Igualmente, essa formação deve ser encarada com responsabilidade social e política em todas as instâncias das instituições de ensino superior, apesar das irresponsabilidades e das omissões do governo com as questões da educação.

O professor-pesquisador não é um robô, é um profissional que deve transmitir uma mensagem e trabalhar em favor da sociedade. Para ele, é indispensável ultrapassar o plano de simples executor de sua atividade pedagógica para o plano da compreensão da sua prática, recolocando-se no contexto histórico-social.

A educação em seu sentido amplo não pode satisfazer-se apenas com qualidade formal, pois esses aspectos, ainda que essenciais, são apenas um fenômeno formal isolado. Necessita de qualidade formal e política em simultâneo.

Saviani (2005) afirma que a educação é um reflexo da estrutura social (p. 154). Atribui ele à filosofia um papel imprescindível na formação do educador. Assim, o professor necessita ter consciência da realidade em que irá trabalhar, um constante embasamento teórico que lhe possibilite uma prática coerente e uma instrumentação técnica suficientemente boa para assegurar a sustentação e base da sua formação do educador.

As reflexões e as práticas demonstram que o discurso da formação do professor, a intenção e necessidade de reformular essa formação deveriam estar sustentadas pela redefinição da educação no contexto da sociedade, através de uma abordagem dialética da educação contida no processo de transformação da sociedade.

Conforme Saviani, o objetivo do trabalho docente é garantir ao aluno o acesso ao saber, a verdade e a finalidade da escola consistem em "... proporcionar a aquisição dos instrumentos que possibilitem o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rendimentos desse saber (p. 155).

Há que se reconhecer o professor como sujeito de um fazer e de um saber. Sujeito que deve ser reconhecido como desempenhando papel central em qualquer tentativa viável de revitalizar a escola pública, pois, se é sujeito, é capaz de transformar a realidade em que vive (p. 156).

Duarte (2000), ressalta a necessidade de uma pedagogia mais reflexiva para que os educadores possam construir um referencial contra as formas de alienação humana nas ações educacionais.

Neste contexto, acreditamos que a Pedagogia está inserida na sociedade e suas transformações, sendo que a crítica não é reprodutivista, mas, enraizada na história, assim, adotamos a Pedagogia Histórico-Crítica como base teórica das nossas práxis como pedagogo e como professor-pesquisador.

Como fontes específicas da pedagogia histórico-crítica, consideramos os autores como: Gramsci (1977), Manacorda (1989), Paulo Freire (1999); e autores no campo da psicopedagogia e educação especial: Vygotsky, Luria, Wallon e Makarenko.

Quando pensamos os fundamentos teóricos, observamos a questão da dialética histórica, isto é, expressa no materialismo histórico, como nos traz Saviani (2005):

A concepção que procura compreender e explicar o todo desse processo, abrangendo desde a forma de como são produzidas as relações sociais e suas condições de existência, até a inserção da educação nesse processo (p. 141).

Crochik et al. (2013, p. 152) nos lembra ser necessário reconhecer os dois termos da contradição que indicam progresso e/ou regressão os quais qualquer um deles implica perder a dialética, portanto, a crítica, instrumento necessário para qualquer luta por justiça e, no nosso caso, pela educação.

Na perspectiva da diversidade, é pressuposto da educação inclusiva o desenho universal da aprendizagem, que concentra em seus objetivos, métodos e materiais, as características de flexibilizar os componentes da escolarização de modo a personalizá-las para as diferentes necessidades encontradas pelos professores e pelos escolares (UNESCO, 1994).

Oliveira (2018) esclarece que esse conceito

(...) pode ser compreendido como um conjunto de princípios norteadores para criação de ambientes de aprendizagens que considerem a variedade humana presente no espaço escolar, portanto, caracteriza-se como formas de garantia.

A acessibilidade em sua múltipla dimensionalidade: arquitetônica, comunicacional, atitudinal, informacional, na oferta de serviços e na mesma forma de sua

aplicação à educação, centrando-se na dimensão pedagógica e curricular (OLIVEIRA, 2018).

Considerando os aspectos teóricos-epistemológicos que fundamentam a prática da pesquisa, Sánchez-Gamboa (1989) distingue a tendência metodológica Histórico-Dialética da perspectiva educacional.

A abordagem Histórico-Dialética procura apresentar uma concepção unitária, coerente e orgânica de mundo, fazendo da crítica seu modelo paradigmático, mesmo porque não há modelo teórico por síntese, por melhor que seja, que dê conta da realidade (FIORENTINI, 1989).

A educação, em particular, é vista como prática inserida no contexto das formações sociais que resulta de condicionamentos sociais, políticos e econômicos, reproduzindo, de um todo, as contradições sociais, mas de outro, dinamizando e viabilizando as transformações ao garantir aos futuros cidadãos o efetivo acesso ao saber.

Essa abordagem, segundo Fiorentini (1989), vê a ciência como categoria histórica, um fenômeno em contínuo devir inserido no movimento das transformações sociais. Metodologicamente, o processo de investigação é visto como um procedimento que vai do empírico-real (que apresenta uma visão caótica e sincrética) ao concreto – síntese de múltiplas relações e determinações (apresentando uma visão crítica e orgânica), por meio da partição do todo, de categorias e abstrações (KOSIK, 1995).

Por isso, essa abordagem explora categorias analíticas bipolares, os quais preservam uma tensão dialética como teoria/prática.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A perspectiva crítica assume que as ideias e ações das pessoas e os processos sociais de trocas e comunicação não são neutras. E não precisam ser neutras. A vida social implica em interesses, incluindo a aquisição do conhecimento.

Interesses que devemos considerar no processo educativo. Vemos e vivemos a vida de determinada maneira, não apenas porque temos uma racionalidade mais ou menos complexa, e sim também porque tomamos uma posição inevitavelmente “interessada” (ARIZA e COL, 1997, p. 157). A investigação de problemas educacionais no contexto inclusivo deve levar necessariamente a ações de mudanças das práticas educacionais. Então, a perspectiva crítica também se refere ao comprometimento com a mudança nas práticas educacionais. Nosso trabalho visa gerar conhecimento que pode ser aplicado na

transformação da atividade educacional e não ficar restrito a modelos descritivos dessa prática. A perspectiva crítica implica em ação.

O principal objetivo deste trabalho é compreender, com base na legislação brasileira, na produção científica e nos documentos escolares, o processo de implementação do Programa Escola Acessível (PEA) na Rede Municipal de Ensino de Manaus, assim como a situação da acessibilidade das escolas que receberam recursos do programa.

A abordagem qualitativa, apresentando-se descritiva, com a descoberta de um espaço rico em conhecimento, sendo capaz de empregar palavras ou fatos em que: “a palavra escrita assume particular importância na abordagem qualitativa, tanto para o registro dos dados como para a disseminação dos resultados” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 49).

O contexto dialético baseia a investigação por fornecer um diálogo da totalidade, sem que nenhum item do procedimento ficasse abandonado de lado. É respeitável indicar que ‘(...) a dialética é a ciência da destruição de toda a fixidez, de todo o ser aqui, a negação de toda a determinação, a evanescência de toda a certeza no movimento incessante do devir, da evolução para a abolição’ (BROHN, 1979, p. 58).

Pinto (1979) conclui que o homem é sujeito e objeto de investigação e que somente a dialética pode compreender essa dupla relação, visto que “(...) a compreensão do fenômeno humano, em si mesmo e em sua atuação sobre a realidade, pertence de direito à dialética”.

A educação analisada sob o prisma dialético, diz respeito ao desenvolvimento pleno dos sujeitos, o pesquisador é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais.

Nesta seção, iremos conversar um pouco sobre as principais ideias que fundamentam nosso trabalho, sendo este um trabalho de pesquisa educacional comprometida com ações de mudanças da própria prática educacional.

Temos a preocupação de estruturar um arcabouço teórico mais fundamentado possível em dados empíricos, do âmbito de pesquisas educacionais na perspectiva inclusiva.

Considerando nossos objetivos, procuramos fundamentar nosso trabalho no princípio de investigação na escola, segundo o que a investigação de problemas relevantes é a estratégia didática mais adequada para favorecer a evolução e o desenvolvimento, tanto dos alunos quanto dos professores.

Neste momento, não temos a pretensão de montar (construir) um arcabouço teórico perfeito e definitivo, num todo internamente coerente. Norteamos por estabelecer diretrizes de pensamento, as quais chamaremos de perspectivas, o que pretendemos montar é uma espécie de mapa conceitual para guiar-nos em nossa empreitada de investigação dos fenômenos desse universo social chamado escola. A fundamentação teórica está na perspectiva dialética crítica.

É possível delinear também uma concepção metodológica dialética do processo educativo.

Saviani, ao correlacionar a teoria dialética do conhecimento com a correspondente metodologia do ensino-aprendizagem, diz que:

O movimento que vai da síncrize (a visão caótica do todo) à síntese (uma rica totalidade de determinação e de relações numerosas) pela mediação de análise (as abstrações e determinação mais simples) constitui uma orientação segura tanto para o processo de descoberta de novos conhecimentos (o método científico) como para o processo de transmissão-assimilação do conhecimento (o método de ensino). (Saviani, 2005, p. 83)

A teorização é um processo fundamental para a apropriação crítica da realidade, uma vez que ilumina e supera o conhecimento imediato e condiz à compreensão da totalidade social.

PARTICIPANTES DA PESQUISA

Nossa investigação foi desenvolvida em seis escolas públicas da Rede Municipal de Ensino de Manaus que receberam recursos do Programa Escola Acessível desde a sua implementação até o ano de 2020, esse número foi definido com base na seleção de uma escola municipal de cada zona geográfica de nossa cidade (norte, sul, centro-sul, leste, oeste, centro-oeste).

Como critério de inclusão para escolha das escolas, definimos aquelas que receberam recursos do Programa Escola Acessível na Secretaria Municipal de Educação de Manaus, pertencentes à rede pública municipal de ensino, que possuem Salas de Recursos Multifuncionais e que possuem alunos com deficiências matriculados no corrente ano.

E como critério de exclusão, determinamos que além de não atenderem as definições do tópico anterior, as escolas cujos gestores que estejam na função apenas em exercício, ou seja, não é o gestor titular; que não participaram do processo de elaboração e execução do Plano de Atendimento do Programa Escola Acessível e, gestores escolares que não aceitarem ou não assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(TCLE). No caso de várias opções se encaixarem, utilizamos como critério a escola ou o gestor escolar que não criou barreiras ou dificuldades para o desenvolvimento da pesquisa.

PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Na intenção de alcançarmos nosso primeiro objetivo específico, analisar as pesquisas da área da educação sobre as definições, as legislações e os instrumentos avaliativos que preconizam a acessibilidade nos ambientes das escolas para utilização dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida, utilizamos para leitura, tratamento e análise dos dados a revisão sistemática de literatura.

Com o intuito de discutir as orientações, encaminhamentos e o processo de implementação do Programa Escola Acessível para promoção das condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos, pedagógicos, à comunicação e informação, utilizamos como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, documental e a entrevista.

Através da pesquisa bibliográfica, também denominada de pesquisa de fontes secundárias (LAKATOS; MARCONI, 1993), realizamos um apanhado da literatura existente, principalmente em livros, Dissertações, Teses e produções científicas vinculadas aos periódicos dos Programas de Pós-Graduação em Educação e outras áreas afins, para isso, onde utilizamos como palavras-chave: “acessibilidade AND escola”, com o intuito de nos fornecer dados atuais e relevantes sobre a temática acessibilidade, inclusão escolar e o Programa Escola Acessível.

De acordo com Lüdke e André (1986), esse processo pode completar os dados adquiridos por diversos procedimentos metodológicos, como também pode desvelar aspectos novos de um problema ou de um tema.

Para isso, realizamos uma análise das publicações documentais referente ao Programa Escola Acessível, tais como: Documento Orientador do Programa Escola Acessível (BRASIL, 2013), Resolução/CD/FNDE/Nº 19/2013 (BRASIL, 2013), Resolução FNDE nº27/2012 (BRASIL, 2012), Resolução Nº 27 de 02 9 de junho de 2011 (BRASIL, 2011), a relação das escolas contempladas pelo Programa Escola Acessível e o Plano de Atendimento do Programa Escola Acessível, bem como a entrevista com o Gestor Escolar.

A fim de atingir nosso terceiro objetivo, verificamos a situação da acessibilidade das escolas que receberam recursos do Programa Escola Acessível, avaliamos essas

condições por meio do Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas do Ministério da Educação, realizamos, através da pesquisa exploratória e observação aberta, direta, não participativa e sistemática (VIANNA, 2003), com apoio de registro fotográfico para realização de uma coleta de informações com a utilização de um instrumento específico do Ministério da Educação intitulado “Manual de Acessibilidade Espacial para as Escolas” (DISCHINGER, 2009).

Os ambientes que avaliados com base no manual são: 1 – A rua em frente à escola; 2 – Do portão à porta de entrada da escola; 3 – Recepção e Salas de Atendimento; 4 – Corredores; 5 – Escadas e Rampas; 6 – Salas de Aulas; 7 – Laboratórios e Salas de Artes; 8 – Sala de Recursos Multifuncional; 9 – Biblioteca; 10 – Auditório; 11 – Sanitários; 12 – Refeitórios; 13 – Quadra de Esportes; 14 – Pátios.

Seguindo os mesmos procedimentos metodológicos de Côrrea (2010; 2014), para avaliarmos as condições de acessibilidade das escolas que receberam recursos do Programa Escola Acessível, utilizamos a observação como procedimento para coleta de dados nesta etapa da pesquisa acordo com Vianna (2003). Para isso, respeitaremos as orientações para o desenvolvimento da observação com apoio do Manual de Acessibilidade do Ministério da Educação, dentre as orientações, podemos destacar:

- A descrição detalhada das estruturas físicas das escolas pesquisadas;
- Utilização do registro fotográfico;
- Utilização dos quatorze ambientes definidos no Manual de Acessibilidade.

A observação foi escolhida como procedimento metodológico desse estudo, pois para avaliação das condições de acessibilidade é imprescindível à utilização desse procedimento (MANZINI; CORREA, 2014).

Para apoio na descrição detalhada dos espaços das escolas desta pesquisa utilizamos o registro fotográfico de cada item do protocolo com base no estudo de Loizos (2010).

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Com vistas a análise dos dados coletados estamos seguindo os princípios e orientações da Análise de Conteúdo Temática.

Segundo Bardin (2011) a análise de conteúdo numa pesquisa qualitativa pressupõe investigar a presença ou ausência de uma característica de conteúdo, ou de fragmento de mensagem sobre um determinado tema.

Nessa linha, desenvolvemos nosso estudo na perspectiva de investigar a presença ou ausência dos elementos relativos ao tema proposto, tomando com suporte os objetivos específicos de nossa proposta de pesquisa.

Assim, definimos como eixos temáticos de nossa análise e interpretação de dados:

- Estudos sobre acessibilidade em escolas;
- O processo de implementação do Programa Escola Acessível em Manaus.
- As condições de acessibilidade das escolas municipais com base no Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas do Ministério da Educação.

Bardin (2011, p.135) lembra que “[...] fazer uma análise temática consiste em descobrir “os núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”.

Os dados coletados em campo foram registrados em formulário previamente elaborado, e em relatório parciais, os quais foram ilustrados com fotografias digitais obtidos em campo, agrupados em uma planilha do Excel para a confecção dos gráficos, buscando-se favorecer a análise e fornecer dados concretos e fidedignos para a pesquisa.

Para reunir, sintetizar e confrontar todos os dados encontrados, usamos como estratégia a Triangulação de Dados, assim, as informações da pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental, da entrevista, da observação e da Aplicação do Protocolo não ficaram soltas em nossa investigação.

Norteados por estes percursos, identificamos que a pesquisa possibilitou ainda mais aprofundamento teórico através de leituras atualizadas da acessibilidade e o processo de inclusão dos alunos com deficiências e/ou mobilidade reduzida, além de responder questões que ainda não foram debatidas de forma específica em artigos científicos e por trazer dados da implementação de um programa federal que ainda não havia sido investigado em âmbito local e nem de forma sistemática por outros pesquisadores.

1 ACESSIBILIDADE EM ESCOLAS: REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Utilizamos a revisão bibliográfica sistemática para ser apresentada na parte inicial do nosso estudo. Essa necessidade surgiu devido às diferenças entre as definições de acesso e acessibilidade, pelas inúmeras políticas públicas que asseguram a acessibilidade e a dificuldade de instrumentos para avaliar as condições de acessibilidade nos espaços escolares. Assim, a partir da revisão bibliográfica sistemática, assegura-se que de forma criteriosa realizou-se um estudo e síntese dos dados de pesquisas já desenvolvidas e o levantamento das direções para novas pesquisas (WEBSTER; WATSON, 2002 apud RIBEIRO; MENEGON, CAMAROTTO, 2020) sobre acessibilidade em escolas.

O primeiro passo da revisão foi a construção das questões que seriam exploradas no estudo, prosseguindo para a coleta de dados por meio de artigos, dissertações e teses, no qual determinamos os trabalhos por pertinência, análise dos materiais e síntese dos resultados.

Para a coleta dos dados deste estudo, utilizamos três bases de dados, são elas: a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), a Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal (REDALYC) e a Biblioteca Eletrônica Científica Online, mais conhecida como Scientific Electronic Library Online (SciELO), disponibilizadas à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) por meio acesso remoto ao conteúdo assinado do Portal de Periódicos da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Tomando como partida um estudo anterior, durante o mapeamento da produção científica sobre acessibilidade na área da educação, Souza (2017) encontrou apenas 17 trabalhos (entre dissertações e teses), dos quais, apenas 23% (04 trabalhos) analisavam o ambiente escolar e o processo de inclusão dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida. A ausência de pesquisas na região norte do Brasil foi outro ponto de destaque, o que motivou a publicação de artigos em revistas científicas sobre a situação da acessibilidade na educação infantil (MATOS; SOUZA; OLIVEIRA, 2019), a produção científica sobre acessibilidade nas revistas brasileiras de educação especial (MATOS; SOUZA, 2020) e os recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva (MATOS; SANTOS; SOUZA; SADIM, 2020). Buscando avançar nas discussões sobre acessibilidade, nos guiamos pelas seguintes questões:

- **Questão 1:** Quais definições de acessibilidade estão sendo utilizadas pelos pesquisadores?
- **Questão 2:** Quais legislações e/ou documentos orientadores/normativos preconizam a acessibilidade nos espaços escolares?
- **Questão 3:** Quais instrumentos são utilizados para avaliar as condições de acessibilidade nas escolas?
- **Questão 4:** Qual a importância da acessibilidade nas escolas para o processo de inclusão dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida?

Para buscar os trabalhos (artigos, dissertações e teses) norteados por essas questões, definimos a seguinte cadeia lógica (*strings* de busca): ("Programa Escola Acessível" OR acessibilidade AND escola).

O rastreamento de documentos utilizando esses descritores foi realizado de forma integral nos bancos de dados definidos, possibilitando a organização de um dossiê de literaturas consultadas e que contribuirá para as discussões dos próximos capítulos. Ao mesmo momento, aplicou-se critérios de inclusão (I) e exclusão (E) nos artigos selecionados neste estudo, a saber, são eles:

- (I) Tipo de documento definido: dissertações, teses e artigos em periódicos;
- (I) Idioma: Língua Portuguesa;
- (I) Presença das strings no título, ou resumo ou palavras-chave;
- (I) Ano de Publicação: 2010 até 2020.
- (E) Publicações que não estejam disponíveis na íntegra;
- (E) Publicações que não apresentam resultados.

No momento da elaboração dos critérios de inclusão e exclusão, evidenciou-se que as pesquisas sobre acessibilidade em escolas geralmente são publicadas em periódicos e/ou por universidades da área da Educação Especial e/ou Educação, bem como áreas que discutem de forma interdisciplinar o espaço escolar, como por exemplo, às Políticas Sociais, Design, Engenharias (Civil, Ambiental e de Produção) e Arquitetura e Urbanismo, Design.

Quanto ao intervalo de tempo destinado às publicações, delimitamos o período de dez anos, iniciados em 2010, um ano após o Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 que trouxe a acessibilidade como um dos princípios básicos dos direitos das pessoas com deficiência e, 2020 o ano final, por ser o último ano dos trabalhos publicados nos bancos de dados. As publicações anteriores a esse período inicial não trazem estudos sobre o

Programa Escola Acessível, tendo em vista que o programa federal foi implementado em Manaus a partir do ano de 2010.

Totalizando as três bases de dados (BDTD, SciELO e REDALYC), foram captados 894 trabalhos (814 dissertações/teses e 80 artigos), posteriormente ao emprego das filtros, afinou-se para 112 trabalhos, conforme detalhado na Tabela 1.

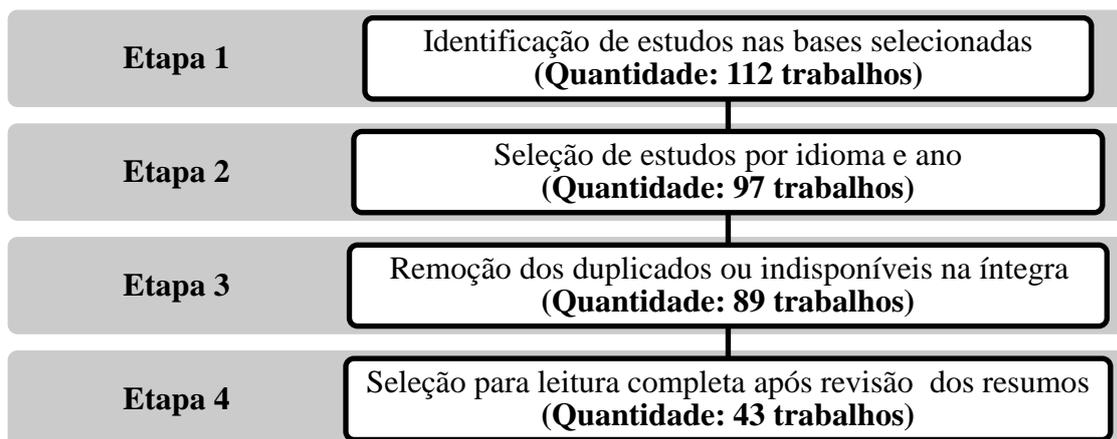
Tabela 1 – Quantitativo de publicações encontradas nas bases de dados.

Base de Dados	Número de Trabalhos
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)	34
Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal (REDALYC)	56
Scientific Electronic Library Online (SciELO)	22
Total	112

Fonte: Autoria própria.

Durante a organização e gerenciamento dos dados coletados, utilizamos planilhas do Excel, onde foram criadas três guias de planilhas (uma para cada base de dados) e em cada uma comportava as seguintes colunas: quantidade, título, periódico ou universidade, ano, autores e critério (inclusão/exclusão). Na classificação e uso de filtros nas informações analisadas foram identificados 15 trabalhos fora do período do estudo (2010 a 2020) ou que não foram escritos na Língua Portuguesa e 08 trabalhos duplicados ou que estavam indisponíveis na íntegra. Dos 89 trabalhos que tiveram seus resumos lidos, apenas 43 estavam direcionados às indagações do nosso estudo, sendo assim, estes foram selecionados para leitura completa e síntese. As etapas podem ser observadas na Figura 01.

Tabela 2 – Etapas do processo de seleção dos trabalhos do estudo.



Fonte: Autoria própria.

Devido às inúmeras publicações em periódicos nacionais, assim como nos programas de pós-graduação, nosso objetivo foi tentar compreender quais as semelhanças e diferenças existentes entre as definições de acessibilidade, quais legislações ou documentos orientadores preconizam a acessibilidade no ambiente escolar, quais instrumentos foram utilizados para analisar as condições de acessibilidade e por fim, qual a importância da acessibilidade nesses processos de inclusão (ou exclusão).

Questão 01: Quais definições de acessibilidade estão sendo utilizadas pelos pesquisadores da área?

O termo acessibilidade está presente no nosso cotidiano e difundiu-se nos discursos políticos, em estudos relacionados ao público-alvo da educação especial e na sociedade em geral, mas, esse termo na maioria das vezes, é utilizado de forma errada, sem ter relação com sentido da palavra, por isso, iremos discutir as definições utilizadas nos estudos.

Quando nos referimos à definição, estamos realizando uma tentativa de enunciar de uma maneira muito precisa, clara, coerente, normativa e específica o uso da palavra e seus limites. Segundo o Dicionário Online de Língua Portuguesa (2021), definição é o “significativo de uma palavra ou o verdadeiro significado de um termo”, ou seja, é um registro de uma normatização de como um povo usa um determinado termo, como a gente deve usar, quais são seus limites e o uso adequado dele.

Dentre as definições encontradas nos trabalhos deste estudo, identificamos seis definições do termo acessibilidade que passaram por atualizações em legislações,

políticas públicas e documentos orientadores no período de 15 anos (2000 a 2015), bem como as pesquisas que utilizaram cada definição, conforme detalhado na tabela 3.

Tabela 3 – Definições de acessibilidade.

Nº	Fonte	Definição	Pesquisas
01	Lei Nº 10.098 (BRASIL, 2000)	Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.	GUERREIRO, 2012; SANTOS, 2017; CASTRO et. al, 2018; ROCHA; DESIDÉRIO; MASSARO, 2018
02	Decreto Nº 5.296 (BRASIL, 2004)	Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.	CORRÊA, 2010; MARTINS, 2010; MAZZARINO; FALKENBACH; RISSI, 2011; GUERREIRO, 2012; SANTOS, 2017; JÜRGENSEN, 2019; GARCIA; BRAZ, 2020
03	NBR 9050 ABNT, 2004)	Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, mobiliário, equipamento urbano e elementos.	GUERREIRO, 2012; MÜLLER, 2013; EVANGELO, 2014; SANTOS, 2017
04	Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite (BRASIL, 2013)	É um atributo do ambiente que garante que todos convivam de forma independente, com segurança e autonomia, nos espaços, mobiliários e equipamentos abertos ao público ou de uso público. Para que pessoas com deficiência utilizem, em igualdade de oportunidades, o meio físico, o transporte e a informação, são necessárias medidas apropriadas para efetivar a acessibilidade.	VILAS BOAS, 2014; KRAEMER; THOMA, 2018
05	NBR 9050 (ABNT, 2015)	Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.	DIAS, 2016; RODRIGUES, 2019; SILVA FILHO; KASSAR, 2019
06	Lei Nº 13.146 (BRASIL, 2015)	Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.	SANTOS, 2017; SOUZA, 2017; KRAEMER; THOMA, 2018; MENDES, 2018; MACHADO, 2019; SILVA, 2019; MATOS et. al., 2020

Fonte: Autoria própria.

Observa-se uma evolução na definição do termo acessibilidade nesse período de quinze anos, até pelo fato da nossa língua estar em um contate processo de modificação, assim, apesar de serem definições parecidas, elas possuem especificidades que se diferenciam e que possibilita fazer uma análise crítica sobre a significação de cada elemento que compõe essa definição (MANZINI; CORREA, 2014).

Guerreiro (2012) também realizou uma reflexão sobre a definição de acessibilidade na Lei nº 10.098 (2000), NBR 9050 (2004) e Decreto-lei nº 5.296 (2000), verificaram-se semelhanças entre elas e um desenvolvimento qualitativo da definição, como

Na Lei nº 10.098/00 pode-se encontrar a definição de acessibilidade indicando o ambiente, o sistema e o meio que deve estar acessível, a condição de uso e a quem se dirige. Na NBR 9050/2004 se encontram as mesmas condições, porém foram introduzidos os termos percepção e entendimento (de quem se utiliza), mas não foi especificado a quem se dirige, pois seu parâmetro básico é o desenho universal. O Decreto-lei nº 5.296/04 amplia a definição encontrada nos documentos anteriores quando introduz o termo “total ou assistida” ao se referir à condição de utilização (GUERREIRO, 2012).

Nesta pesquisa de doutorado, adotamos a definição de acessibilidade publicada na Lei Nº 13.146 (BRASIL, 2015), também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, na qual, acessibilidade é

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015)

Para realizarmos uma melhor compreensão dos elementos que compõe a definição de acessibilidade na Lei Nº 13.146 (BRASIL, 2015) iremos pontuar com base em Manzini e Correa (2014): 1) o que ela é; 2) para quê ela serve; 3) quem são os usuários e; 4) de que forma deve ser utilizada.

Quando verificamos o que a acessibilidade é, identificamos que ela é uma **possibilidade e condição**, ou seja, uma condição do que é possível, do que pode acontecer. E na própria definição é estipulado ser uma **condição para utilização** de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações.

Os **usuários** também estão bem definidos, são as pessoas com deficiência (física, visual, auditiva, intelectual e múltiplas) ou com mobilidade reduzida, que são aquelas que tenham, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, como por exemplo, idosos, gestantes, lactantes, pessoa com crianças de colo e obesos.

A forma que os usuários devem utilizar também é estabelecida, precisa ser com **segurança**, ou seja, não apresentar riscos à própria pessoa ou a terceiros e, com **autonomia** total (sem a necessidade de assistência de algo ou alguém) ou assistida (com o auxílio de outra pessoa, animal, objeto ou recurso).

Assim, entende-se que a definição do termo acessibilidade passou por diversas alterações nesse período de quinze anos e em cada atualização especificar as delimitações e tentativas de deixar a explicação mais clara nas políticas públicas e documentos orientadores, de modo que não ocorra confusão entre acesso (adentrar em algum lugar ou espaço, conseguir acessar uma informação ou sair de um nível e entrar em outro) e acessibilidade.

Questão 02: Quais legislações e/ou documentos orientadores/normativos preconizam a acessibilidade nos espaços escolares?

Em nossa investigação, após leitura, síntese e análise dos estudos selecionados, encontramos 21 documentos bases das políticas públicas (leis, decretos, resoluções e declarações) que preconizam a acessibilidade em escolas com o objetivo da plena inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A tabela 4 apresenta a publicação ou fonte da informação, o que aquele determinado documento trata e os estudos que utilizaram em suas pesquisas. Observa-se que desde o ano de 1948 até 2015, foram diversas publicações que foram sendo atualizadas e se complementaram de modo que fortalecessem o movimento de uma sociedade mais inclusiva.

Tabela 4 – Legislações e documentos orientadores que preconizam a acessibilidade em escolas.

Nº	Publicações/Fonte	Descrição/Contribuições	Pesquisas
----	-------------------	-------------------------	-----------

01	Declaração dos Direitos Humanos (ONU, 1948)	A educação passou a ser vista como um direito de todos.	GUERREIRO, 2012; PIMENTEL; NASCIMENTO, 2016; MENDES, 2018; RODRIGUES, 2019
02	Emenda Constitucional nº 12 (BRASIL, 1978)	É assegurada à pessoa com deficiência a melhoria de sua condição social e econômica, mediante, entre outros itens, a possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.	GUERREIRO, 2012; VILAS BOAS, 2014
03	Lei nº 7.405 (BRASIL, 1985)	Símbolo Internacional de Acesso.	SANTOS, 2017; SOUZA, 2017
04	Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988)	A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular e normas para a construção de logradouros, a fim de garantir o acesso adequado às pessoas com deficiência, bem como é prevista a adaptação dos logradouros públicos, com a mesma finalidade.	MARTINS, 2010; GUERREIRO, 2012; LIPPE; ALVES; CA,ARGO, 2012; SILVA JUNIOR; MARQUES, 2015; DIAS, 2016 PIMENTEL; NASCIMENTO, 2016; SANTOS, 2017; SOUZA, 2017; LERIA et al., 2018; MENDES, 2018; VIEIRA, 2018; DO CARMO et. al, 2019; MACHADO, 2019; RODRIGUES, 2019; GARCIA; BRAZ, 2020; MARQUES; CARON; CRUZ, 2020; MÜLLER, 2013; EVANGELO, 2014; VILAS BOAS, 2014
05	Lei Nº 9394 (BRASIL, 1996)	A inclusão de pessoas com deficiência e alunos sem deficiência surge legalmente no Brasil	DIAS, 2010; MARTINS, 2010; MAZZARINO; FALKENBACH; RISSI, 2011; GUERREIRO, 2012 MÜLLER, 2013; BRIDI; MEIRELLES, 2014; VILAS BOAS, 2014; SILVA JUNIOR; MARQUES, 2015; DIAS, 2016 PIMENTEL; NASCIMENTO, 2016; SANTOS, 2017; SOUZA, 2017; LERIA et al., 2018; VIEIRA, 2018; MACHADO, 2019; RODRIGUES, 2019; SILVA, 2019 GARCIA; BRAZ, 2020; MARQUES; CARON; CRUZ, 2020
06	Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais, Salamanca (ONU, 1994) Declaração de Salamanca (BRASIL, 1997)	Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais	MARTINS, 2010; MÜLLER, 2013 DUEK, 2014; VILAS BOAS, 2014 PIMENTEL; NASCIMENTO, 2016; ROSA; MENEZES, 2017; SANTOS, 2017; SOUZA, 2017; CASTRO et. al, 2018; VIEIRA, 2018; MACHADO, 2019; RODRIGUES, 2019; SILVA, 2019 GARCIA; BRAZ, 2020; MARQUES; CARON; CRUZ, 2020
07	Decreto Nº 3.298 (BRASIL, 1999)	Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.	CORRÊA, 2010; MÜLLER, 2013; PIMENTEL; NASCIMENTO, 2016; SANTOS, 2017; SOUZA, 2017; CALHEIROS; MENDES; LOURENÇO; 2018; CASTRO et. al, 2018; LERIA et al., 2018; SILVA, 2019
08	Lei Nº 10.048 (BRASIL, 2000) Lei Nº 10.098 (BRASIL, 2000) Decreto Nº 5.296 (BRASIL, 2004)	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	CORRÊA, 2010; DIAS, 2010; MARTINS, 2010; MAZZARINO; FALKENBACH; RISSI, 2011; GUERREIRO, 2012; MÜLLER, 2013; EVANGELO, 2014; VILAS

			BOAS, 2014; DIAS, 2016; ABATE; KOWALTOWSKI, 2017; SANTOS, 2017; SOUZA, 2017; CALHEIROS; MENDES; LOURENÇO; 2018; CASTRO et. al, 2018; KRAEMER; THOMA, 2018; LERIA et al., 2018; MENDES, 2018; ROCHA; DESIDÉRIO; MASSARO, 2018; JÜRGENSEN, 2019; RODRIGUES, 2019; SILVA FILHO; KASSAR, 2019; DO CARMO et. al, 2019; SILVA, 2019; GARCIA; BRAZ, 2020
09	Resolução Nº 2 (BRASIL, 2001)	Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.	DIAS, 2010; BRIDI; MEIRELLES, 2014; VILAS BOAS, 2014; PIMENTEL; NASCIMENTO, 2016; SANTIAGO, 2016; OLIVEIRA; NUNES; MUNSTER, 2017; SANTOS, 2017; DO CARMO et. al, 2019; RODRIGUES, 2019; GARCIA; BRAZ, 2020
10	Decreto Nº 3.956 (BRASIL, 2001)	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência	MARTINS, 2010; VILAS BOAS, 2014; PAGLIUCA et al., 2015; CASTRO et. al, 2018; VIEIRA, 2018; DO CARMO et. al, 2019; SILVA, 2019
11	Decreto Nº 5.626 (BRASIL, 2005)	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	SOUZA; LIPPE, 2012
12	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008)	Acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, comunicações e informação	CORRÊA, 2010; GUERREIRO, 2012; CORRÊA; MANZINI, 2011; BRIDI; MEIRELLES, 2014; VILAS BOAS, 2014; SILVA JUNIOR; MARQUES, 2015; OLIVEIRA; NUNES; MUNSTER, 2017; ROSA; MENEZES, 2017; SANTOS, 2017; SOUZA, 2017; ROCHA; DESIDÉRIO; MASSARO, 2018; VIEIRA, 2018; MACHADO, 2019; RIBEIRO et. al., 2019; RODRIGUES, 2019; SILVA, 2019; SILVA FILHO; KASSAR, 2019; GARCIA; BRAZ, 2020; MATOS et. al., 2020
13	Decreto Legislativo Nº 186 (BRASIL, 2008)	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.	MARTINS, 2010; MÜLLER, 2013; SANTOS, 2017; SILVA FILHO; KASSAR, 2019; SILVA, 2019
14	Parecer CNE/CEB nº 13 (BRASIL, 2009) Resolução CNE/CEB Nº 4 (BRASIL, 2009)	Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.	OLIVEIRA; NUNES; MUNSTER, 2017; LEITE; CAMPOS, 2018; CALHEIROS; MENDES; LOURENÇO, 2018; VIEIRA, 2018; MACHADO, 2019; RIBEIRO et. al., 2019; SILVA, 2019; MATOS et. al., 2020
15	Decreto Nº 6.949 (BRASIL, 2009)	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.	GUERREIRO, 2012; SOUZA; LIPPE, 2012; MÜLLER, 2013; SOUZA, 2017; CASTRO et. al, 2018; LERIA et al., 2018; MENDES, 2018; DO CARMO et. al, 2019;

			RODRIGUES, 2019; SILVA, 2019; SILVA FILHO; KASSAR, 2019; MARQUES; CARON; CRUZ, 2020
16	Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº 11 (BRASIL, 2010)	Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares.	SILVA JUNIOR; MARQUES, 2015
17	Decreto Nº 7.611 (BRASIL, 2011)	Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.	GUERREIRO, 2012; SOUZA; LIPPE, 2012; MÜLLER, 2013; SILVA JUNIOR; MARQUES, 2015; SANTOS, 2017; SOUZA, 2017; MENDES, 2018; VIEIRA, 2018; DO CARMO et. al, 2019; MACHADO, 2019; RIBEIRO et. al., 2019; RODRIGUES, 2019; GARCIA; BRAZ, 2020; MATOS et. al., 2020
18	Decreto 7.612 (BRASIL, 2011) Cartilha do Plano (BRASIL, 2013)	Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite	VILAS BOAS, 2014; SANTOS, 2017; KRAEMER; THOMA, 2018
19	Lei Nº 13.005 (BRASIL, 2014)	Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências	SOUZA; LIPPE, 2012; SANTOS, 2017; SOUZA, 2017; VIEIRA, 2018; DO CARMO et. al, 2019; RODRIGUES, 2019; GARCIA; BRAZ, 2020; MARQUES; CARON; CRUZ, 2020
20	NBR 9050 (ABNT, 1985; 1994; 2004; 2008; 2015)	Norma brasileira sobre Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	CORRÊA, 2010; CORRÊA; MANZINI, 2011; GUERREIRO, 2012; MÜLLER, 2013; PIMENTEL; NASCIMENTO, 2016; ABATE; KOWALTOWSKI, 2017; SANTOS, 2017; SOUZA, 2017; CASTRO et. al, 2018; MENDES, 2018; ROCHA; DESIDÉRIO; MASSARO, 2018; JÜRGENSEN, 2019; SILVA, 2019; SILVA FILHO; KASSAR, 2019
21	Lei Nº 13.146 (BRASIL, 2015)	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	EVANGELO, 2014; SANTOS, 2017; SOUZA, 2017; KRAEMER; THOMA, 2018; LERIA et al., 2018; MENDES, 2018; DO CARMO et. al, 2019; MACHADO, 2019; RIBEIRO et. al., 2019; RODRIGUES, 2019; SILVA, 2019; SILVA FILHO; KASSAR, 2019; GARCIA; BRAZ, 2020; MARQUES; CARON; CRUZ, 2020; GARCIA; BRAZ, 2020; MATOS et. al., 2020

Fonte: Autoria própria.

A Declaração dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e Declaração de Salamanca (ONU, 1994) são documentos orientadores com instrumentos que trazem princípios de uma sociedade mais inclusiva, dentre as contribuições, no que se refere à acessibilidade e/ou a participação de todos nos ambientes escolares, destacamos o direito do ser humano

de ser respeitado em todos os momentos e em todos os lugares, bem como uma educação de qualidade na escola regular, com igualdade/equidade de oportunidades e que atendam suas necessidades.

Entre 1978 a 1999, observamos nos documentos legislativos nacionais uma preocupação com a melhoria das condições de acesso das pessoas com deficiências aos edifícios (escolas, por exemplo), logradouros públicos e outros ambientes de uso coletivo, assim como a obrigatoriedade do símbolo internacional de acesso nos ambientes que possibilitem a participação das pessoas com deficiências por meio de adaptações e eliminação de barreiras. Essas garantias estão definidas na Emenda Constitucional Nº 12 (BRASIL, 1978) e na Lei Nº 7.405 (BRASIL, 1985).

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) e Lei Nº 9.394 (BRASIL, 1996) são consideradas marcos para a inclusão dos alunos com e sem deficiência no Brasil, pois, mais uma vez, é fundamentado a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular e normas para construções e adaptações de espaços que possibilitem a participação de todas as pessoas. E para consolidar esse primeiro momento, o Decreto Nº 3.298 (BRASIL, 1999) delibera normas de proteção e outras providências definidas na Política Nacional para a Integração das Pessoas com Deficiência (Lei Nº 7.853 de 1989).

É a partir dos anos 2000 que a questão da acessibilidade se fortalece e ganha mais destaque por meio de definições, garantias e normativas estabelecidas em diversas políticas públicas.

Mais da metade dos trabalhos que fazem parte deste estudo trouxeram reflexões sobre a Lei Nº 10.048 (2000), Lei Nº 10.098 (2000) e o Decreto 5.296 (2004), pois são elas que dispõem de normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, além de trazer definições importantes como pesquisadores da educação especial, como por exemplo, acessibilidade, barreiras, deficiência, desenho universal entre outras coisas.

O Decreto Nº 3.959 (2001) que delibera sobre a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, prevê que sejam tomadas medidas legislativas para que os edifícios, instalações veículos e os obstáculos arquitetônicos, de transportes e comunicação sejam eliminados para que possibilite a participação plena das pessoas com deficiência.

Também em 2001, a Resolução Nº 2 (BRASIL, 2001) que fundamenta as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica estabelece que as instituições de ensino devem promover condições de acessibilidade e erradicar barreiras

que possam impedir a plena participação dos alunos público-alvo da educação especial. Essa preocupação com a acessibilidade dos prédios escolares também estava presente na Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008), onde

[...] em 1998, aponta que 14% dos 6.557 estabelecimentos de ensino com matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais possuíam sanitários com acessibilidade. Em 2006, das 54.412 escolas com matrículas de alunos atendidos pela educação especial, 23,3% possuíam sanitários com acessibilidade e 16,3% registraram ter dependências e vias adequadas (BRASIL, 2008).

Como já apresentado nas definições, a acessibilidade presente nas legislações não é somente física, mas também, de comunicação e informação, em outras documentos normativos, que não serão explorados nesse momento, trazem contribuições da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e orientações para a elaboração de livros didáticos acessíveis para o processo de inclusão de alunos com deficiências auditiva e visual.

A anuência do conteúdo do material e a deliberação da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo assinado em Nova York em 2007, está firmado no Decreto Legislativo Nº 186 (BRASIL, 2008) e no Decreto Nº 6.949 (BRASIL, 2009). Nessa convenção, a acessibilidade é um princípio e sua importância é revalidada como um dos instrumentos para eliminação de barreiras e obstáculos, possibilitando plena participação das pessoas com deficiência na sociedade em espaços públicos e privados de uso coletivo.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem suas orientações especificadas nas diretrizes operacionais (BRASIL, 2009a; 2009b), bem como o processo de institucionalização da oferta (BRASIL, 2010) e o seu desenvolvimento em escolas regulares (BRASIL, 2011a) notadamente preconizados nesses três documentos normativos.

Para entendimento, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncional (SRM) e tem como base a acessibilidade em suas diversas dimensões, seja na organização do conjunto de atividades ou recursos pedagógicos, com o objetivo de complementar ou suplementar as necessidades dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Também em 2011, o Decreto Nº 7.612 (BRASIL, 2011b) que foi um documento basilar para a cartilha do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limites (BRASIL, 2013), trazem a acessibilidade como eixos de atuação e no campo

da educação, possibilitou a criação e implementação do Programa Escola Acessível que é objeto de estudo da nossa pesquisa de doutorado.

O Plano Nacional de Educação, estabelecido pela Lei Nº 13.005 (BRASIL, 2014), que em inúmeras de suas estratégias asseguram a acessibilidade física, de comunicação e informação na construção ou em reestruturação de prédios escolares, de recursos pedagógicos e didáticos, desde a educação infantil até o ensino superior, criando contextos de acesso e permanência nas instituições de ensino.

Os parâmetros que a legislação brasileira e os documentos orientadores têm como base para avaliar as condições de acessibilidade são as especificações da Norma Brasileira 9050, mas conhecida como NBR 9050 (ABNT, 2015), que é uma vasta lista de normativas que definem aspectos relacionados à acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.

E por fim, a Lei Nº 13.146 (BRASIL, 2015), também conhecido como Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto das Pessoas com Deficiência, mais uma vez evidencia a acessibilidade como condição primordial para que ocorra o pleno acesso, permanência e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, pois além da garantia de construções e reestruturação de escolas com um olhar mais inclusivo, fomentar a formação continuada e a produção de materiais em formato acessível, desde a educação infantil até o ensino superior.

Assim, observamos que nesse período de tempo que ultrapassa meio século, muitos instrumentos legislativos preconizam a acessibilidade nos espaços escolares, esses documentos norteiam as diversas políticas públicas, que apesar das limitações encontradas nos processos de implementação, tem o objetivo de uma inclusão plena dos alunos público-alvo da educação especial.

Questão 03: Quais instrumentos são utilizados para avaliar as condições de acessibilidade nas escolas?

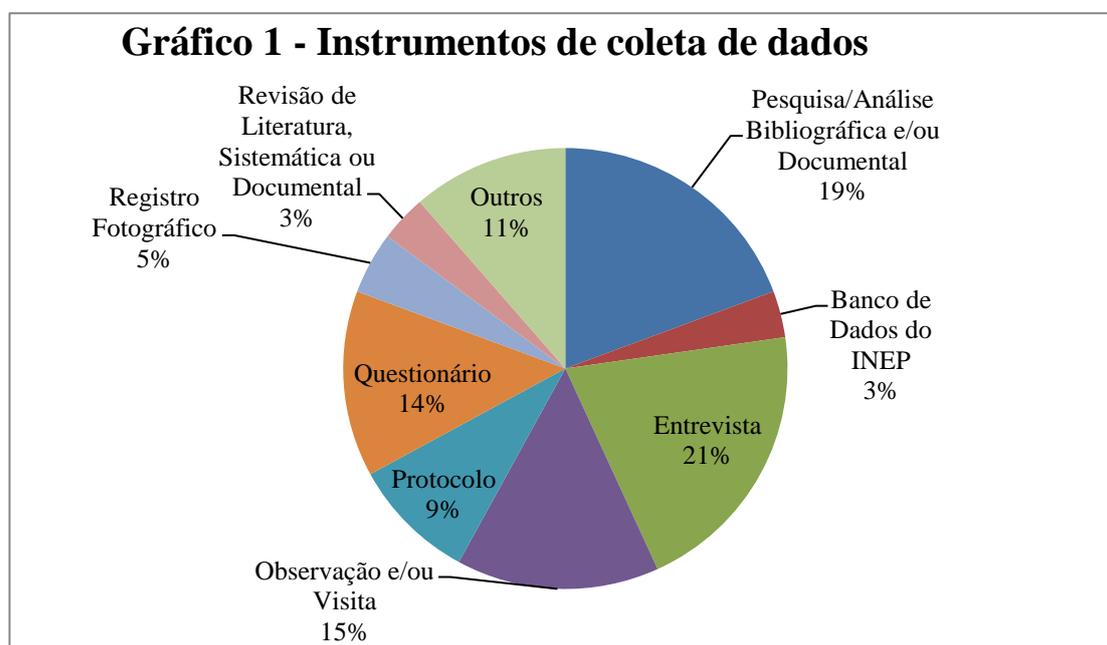
Para que possamos avaliar as condições de acessibilidade de determinada escola ou qualquer outro ambiente de uso coletivo, temos que deixar claro a forma que essa avaliação aconteceu, mas uma vez trazemos as políticas públicas que destacam a NBR 9050 como instrumento orientador específico com princípio do desenho universal, ou seja, com concepção de elaboração e uso por todas as pessoas, independente de suas especificidades.

Nos 43 trabalhos que foram selecionados nesta revisão sistemática, verificamos que 18 trabalhos (21%) utilizaram a entrevista como instrumento para avaliar as

condições de acessibilidade, 17 trabalhos (19%) tiveram seus dados por meio da pesquisa, análise bibliográfica ou documental, a observação foi utilizada em 13 trabalhos (correspondendo a 15%), o questionário em 12 (14%), protocolos e instrumentos específicos foram utilizados em 8 trabalhos (9%), a fotografia foi instrumento de coleta em 4 trabalhos (5%), o banco de dados do INEP (Censo Escolar), assim como a revisão de literatura, sistemática ou documental, totalizaram 3 trabalhos cada, o que equivale a 3% cada um.

Os outros instrumentos, que somam 10 trabalhos (11%), utilizaram a cartografia, o ciclo de políticas, a análise do conteúdo e do conceito, rodas de formação, oficinas pedagógicas, o caso de ensino, a pesquisa-ação, a Escola de Proximidade entre os Alunos (sociograma) e o Projeto Centrado no Usuário.

É bom salientar que os trabalhos selecionados neste estudo, na maioria dos casos, utilizaram diversos instrumentos para coletar os dados, a acessibilidade, como qualquer outro fenômeno a ser investigado, o pesquisador precisa se apropriar de diversas técnicas em busca de entender a complexidade daquele objeto de estudo. Assim, apresentamos a seguir o gráfico 1 com os instrumentos encontrados nesta revisão sistemática.



Fonte: Autoria própria.

A entrevista foi o instrumento mais utilizado para compreender as condições de acessibilidade nas escolas, os pesquisadores por meio do registro oral utilizaram de gravações e filmagens para coletar e analisar de forma qualitativa as falas dos

entrevistados, que na grande maioria dos casos, foram pequenos grupos de pessoas que estavam envolvidos com o processo em investigação.

Já os questionários, possibilitaram por meio do registro escrito que um número maior de participantes (quantitativa) dessem seu ponto de vista sobre determinado objeto de estudo que envolveu o processo de inclusão dos alunos público-alvo da educação especial.

Tanto a entrevista, quanto o questionário, tiveram como entrevistados ou participantes, coordenadores da educação especial e inclusão dos municípios/estados, gestores e coordenadores pedagógicos, professores da sala regular e sala de recursos multifuncionais, além dos alunos e seus responsáveis, todos esses, dependendo do foco das pesquisas, foram considerados sujeitos essenciais para a compreensão da acessibilidade nos espaços escolares.

Outros estudos trouxeram reflexões a partir da pesquisa, análise bibliográfica ou análise documental, assim como a revisão de literatura, esses estudos viabilizaram uma compreensão das definições, políticas públicas, documentos orientadores e princípios que são basilares para o compreensão de inúmeros entendimentos que estão envolvidos nesse complexo processo de inclusão dos alunos com deficiência na escola pública.

A observação e a fotografia são duas técnicas que frequentemente estão juntas nas pesquisas que tem como foco avaliar as condições de acessibilidade das escolas, pois, elas possibilitam que o pesquisador esteja no local do fenômeno a ser investigado para identificar, analisar e compreender os elementos que fazem parte dele, a observação geralmente é no local onde o fato acontece (direta), as pessoas que fazem parte sabe que o pesquisador está observando (aberta), sem interferir na rotina das pessoas (não participativa) e com um roteiro ou protocolo de observação (sistemática). A fotografia complementa a observação na medida em que facilita o resgate de uma situação ou elemento não observado em outro momento, essa revisitação geralmente apresenta dados que enriquecem ainda mais a pesquisa.

Os **protocolos** para avaliar as condições de acessibilidades são instrumentos específicos elaborados por pesquisadores (aprovados por juízes) ou instituições com grande renome em normatização das condições de acessibilidade, dentre os encontrados podemos listar:

1. Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas (DISCHINGER, 2009);
2. Protocolo para Avaliação de Acessibilidade Física em Escolas de Educação Infantil (CORRÊA, 2010);

3. Norma Brasileiro 9050 (ABNT, 2015)
4. Avaliação Pós-Ocupação;
5. Análise Walkthrough

Esses protocolos utilizados foram elaborados ou aplicados em estudos de programas de pós-graduação em educação, educação especial, designer, arquitetura, urbanismo e engenharia, trazendo mais uma vez que a acessibilidade é um campo multidisciplinar e que essas aproximações possibilitam uma compreensão maior desse fenômeno e um respaldo mais consolidado nas coletas e análises dos dados que quase sempre são acompanhados da observação e do registro fotográfico.

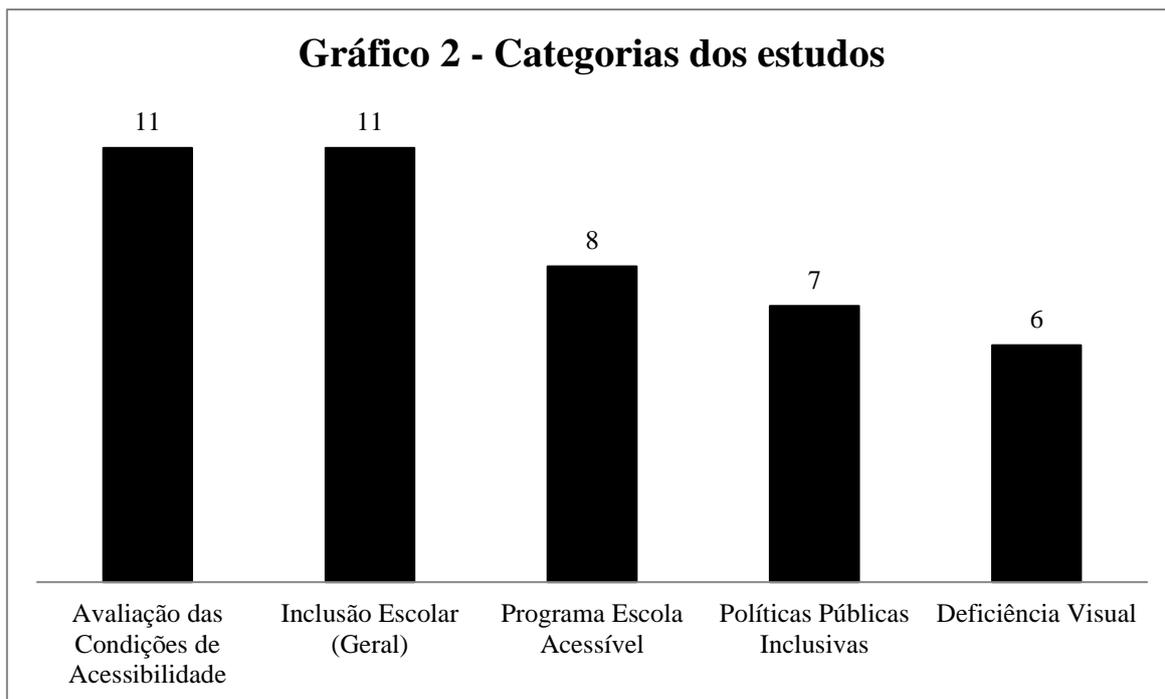
E por fim, alguns estudos utilizaram instrumentos que não são tão frequentemente encontrados nas pesquisas que avaliam as condições de acessibilidade, são eles: a cartografia, o ciclo de políticas, a análise de conteúdo e de conceito, rodas de formação, oficinas pedagógicas, os casos de ensino, a pesquisa-ação, a escala de aproximação entre os alunos (sociograma) e o Projeto Centrado no Usuário.

Sem dúvidas, esses instrumentos, apesar de não serem utilizados com muita frequência em pesquisas relacionadas a acessibilidade, fomentaram ideias para novas aplicações e possibilidades de compreensões de situações tão complexas que envolvem o processo de inclusão dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida no espaço escolar.

Questão 4: Qual a importância da acessibilidade nas escolas para o processo de inclusão dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida?

Como já demonstrado em diversos documentos legais e normativos, a acessibilidade é princípio basilar para que ocorra a inclusão plena, pois além do acesso aos espaços, equipamentos e mobiliários, os alunos precisam ter autonomia para utilização e segurança em todos os lugares.

Sobre nosso último questionamento, os 43 trabalhos que fazem parte da nossa revisão sistemática, demonstraram a importância da acessibilidade para não somente os alunos público-alvo da educação especial, mas, para todas as pessoas, pois um ambiente acessível beneficia e respeita toda a diversidade humana. Para isso, agrupamos suas dimensões em 05 categorias, especificando o quantitativo de trabalhos em cada uma delas, conforme gráfico 2 e detalhado no Apêndice 02 sobre as Categorias dos Trabalhos que Fizeram Parte da Revisão Sistemática.



Fonte: Autoria própria.

Os onze trabalhos agrupados na categoria de “Avaliação das Condições de Acessibilidade” utilizaram protocolos de avaliação de modo que os dados de cada ambiente ou rota de acesso puderam ser comparados, com o intuito de identificar e analisar as barreiras que impedem a plena participação dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida nos espaços escolares. Essas pesquisas geraram relatórios nos quais as pessoas responsáveis pelas instituições de ensino podem ser utilizados como diretrizes para construções ou reestruturações das escolas.

Outro ponto de destaque desses estudos é que além da acessibilidade física, a acessibilidade de informação e comunicação também foram analisadas, assim, pode-se, desde 2010, elaborar objetos de aprendizagens acessíveis, tendo como proposta metodológica a utilização de software com uma vertente inclusiva.

Na categoria Inclusão Escolar, também com 11 trabalhos, os estudos destacaram a acessibilidade no processo de inclusão de forma geral, ou seja, apresentaram resultados que reafirmam que os municípios, estados e o país possuem documentos que preconizam a acessibilidade física, de comunicação e informação na escola. Outro dado que se destaca é a importância de uma equipe multidisciplinar e o trabalho colaborativo para realizar as formações com os professores e sistematizar instrumentos e/ou materiais didáticos para a inclusão dos alunos nas salas regulares, bem como toda a diversidade existente na sala de aula.

Os aportes potenciaram uma reflexão sobre a prática pedagógica dos professores, pois além de realizarem intervenções junto aos alunos com deficiência, acabam realizando uma tomada de consciência de sua prática pedagógica, interiorizando o processo inclusivo de forma indissociável das demais ações dentro e fora da escola, fomentando uma cultura inclusiva com toda a comunidade escolar, além de atender ou superar a expectativa da família no processo de aprendizagem dos alunos.

Com isso, percebe-se um aumento de estudos que tem como objetivo analisar a formação inicial de professores, a articulação entre o professor da sala de recursos e o do atendimento educacional especializado, a implementação das políticas públicas inclusivas e as diversas possibilidades de inclusão dos alunos público-alvo da educação especial na sala regular.

Na terceira categoria intitulada “Programa Escola Acessível”, que é foco dessa pesquisa de doutorado, conta com oito trabalhos que abordam as contribuições da implementação do programa federal para as melhorias de condições de acessibilidade nas escolas de educação básica.

Os estudos demonstram que nas escolas contempladas, as pessoas que formam a comunidade escolar não percebeu melhorias significativas, o impacto maior foi nas melhorias físicas, que não refletiram em uma melhoria no campo didático-pedagógico, de informação e comunicação, pois na implementação do programa deveria envolver além da equipe diretiva da escola, os professores, pais/responsáveis e os próprios alunos.

Essa ineficiência na aplicação dos recursos dos programas federais, na maioria das vezes, se dá pela fragilidade na formação e atuação dos representantes da educação especial e inclusão que estão nas pastas centrais das secretarias de educação, essa negligência reflete diretamente nos processos inclusivos que acontecem nas escolas regulares, pois os obstáculos e entraves nos espaços físicos, no currículo e na comunicação dos alunos, culminando na omissão de direitos e garantias fundamentais de todo ser humano.

Com o alinhamento das políticas públicas inclusivas, um número crescente de alunos da educação especial nas salas regulares, as secretarias de educação devem se preparar cada vez mais para assumir o paradigma da inclusão com profissionais capacitados, atendimento educacional especializado organizado para todos que precisem, acessibilidade em todos os contextos e a plena participação dos alunos em todos os processos.

A penúltima categoria, traz sete trabalhos que tem como foco a efetivação das políticas públicas inclusivas, onde se evidenciou, como já foi falado, que por diversos motivos, o impacto da implementação das políticas públicas não chega na sala de aula. Nem sempre as orientações expressas nas leis, decretos e resoluções são visualizados na prática da escola, por isso é importante a parceria do ensino superior para o fortalecimento da educação básica, já que se a inclusão for trabalhada desde a educação infantil os alunos público-alvo da educação especial terão mais condições de permanência e sucesso na aprendizagem, possibilitando que seu processo de escolarização ocorra de forma inclusiva.

O aumento de matrículas de alunos com deficiência nas salas regulares e nas salas de recursos multifuncionais são considerados indicadores que norteiam as políticas públicas educacionais, porém, somente o acesso não se configura que esteja acontecendo inclusão escolar, mas já é o passo inicial para que se ocorra o processo inclusivo. É aí que entra a acessibilidade como condição basilar para que ocorra além do acesso, a participação, aprendizagem e equidade de participação com os demais alunos.

A última categoria agrega sete trabalhos que trazem como foco a acessibilidade e o processo de inclusão de alunos com deficiência visual. As análises destacam que nesses estudos, os alunos estavam apenas inseridos nas salas regulares, sem articulação do professor da sala de recursos com o professor da sala regular, pois como já evidenciado em estudos anteriores, apenas a matrícula (acesso) não pode ser considerado para afirmar que a inclusão esteja acontecendo.

A importância da acessibilidade física com a colocação de piso direcional e de alerta e intervenções como orientação e mobilidade, o ensinamento para manuseio de bengalas e avaliações mediadas por recursos tecnológicos são estratégias identificadas como as mais comuns desenvolvidas na escola regular para que ocorra a inclusão dos alunos com deficiência visual.

Os pesquisadores concordam no ponto que observam uma tentativa das secretarias de educação em alinhar seus documentos orientadores com as políticas públicas inclusivas, mas para isso, deve envolver toda a comunidade escolar, pois a convivência com a diversidade possibilita crescimento mútuo, respeito e solidariedade entre todas as pessoas que estão envolvidas nesse contexto inclusivo.

Mediante o exposto, após o intervalo de tempo de 15 anos, a definição de acessibilidade foi complementada com elementos que se ponderadas, deixam o termo mais preciso, outro ponto é o uso da definição presente na Lei Brasileira de Inclusão, pois

assim, demonstra que parte dos pesquisadores estão em constante processo de leitura, estudo e sempre com a preocupação de atualização de seus escritos.

Percebe-se que inúmeras legislações e documentos orientadores ratificam a acessibilidade nas escolas, mas a inclusão não é definida por imposição de lei, dentre outras necessidades, é preciso pessoal capacitado desde os que estão nas secretarias de educação, envolvendo os professores, pais, alunos e toda a comunidade escolar, pois assim, seria um dos passos para que as diretrizes saiam do papel e sejam efetivadas.

A maioria dos instrumentos utilizados pôde analisar a acessibilidade de forma qualitativa, porém, deve-se destacar que o uso de protocolos com itens específicos e normatizados dão uma segurança maior para que o pesquisador possa indicar e analisar quais elementos estão inacessíveis (ou não), já que a acessibilidade são condições concretas e palpáveis que podem ser medidas, legisladas e cobradas judicialmente.

A acessibilidade é uma temática com grande relevância na área da educação, educação especial e áreas afins, já que de formas multidisciplinares diversos pesquisadores trazem diversas contribuições de suas áreas de formação acadêmica e atuação profissional. Apesar de um número maior de trabalhos encontrados nessa revisão sistemática em relação ao mapeamento das produções científicas (SOUZA, 2017), muito ainda precisa ser pesquisado e discutido para que além do acesso, os alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida possam desenvolver todas as suas potencialidades e aprendizagens com os demais alunos.

Em conclusão da nossa revisão sistemática sobre a acessibilidade em escolas, verificou-se que dos 43 trabalhos (14 dissertações, 2 teses e 27 artigos), muito ainda se precisa pesquisar, analisar e apontar caminhos para situações que impedem a participação plena dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida no ambiente escolar.

Assim, a educação pode ser considerada como um dos mais importantes e poderosos agentes do processo civilizatório, encarregado de promover o conhecimento, transmitir experiências e produzir novas visões de mundo e de comportamentos.

2 O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MANAUS

Nesta segunda etapa do trabalho iremos discutir as orientações, encaminhamentos e o processo de implementação do Programa Escola Acessível para promoção das condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos, pedagógicos, à comunicação e informação na rede municipal de ensino de Manaus

Para isso, utilizamos a pesquisa bibliográfica com a utilização de artigos de revistas, dissertações, teses e livros, a pesquisa documental, por meio do documento orientador, resoluções e lista de escolas que receberam recursos do Programa Escola Acessível. Além da entrevista com os gestores das escolas selecionadas neste estudo.

O Programa Escola Acessível, originado em 2007, é uma ação do Ministério da Educação (MEC), através da articulação entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), as Secretarias de Educação e as escolas. Foi incorporado como uma das ações que integraram o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Viver sem Limite, criado em 2011, cuja meta vislumbrava o atendimento de 42.000 escolas até 2014.

Com base no Documento Orientador do Programa Escola Acessível, entendemos que este programa é destinado à promoção de condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas do ensino regular.

O Programa estabelece a disponibilização de “recursos financeiros às escolas públicas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola, para a promoção da acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e compra de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva” (Brasil, 2013, p. 16).

O enfoque deste Programa, por meio do Plano Viver sem Limite, estava em garantir que, até o ano de 2014, 42 mil escolas no território nacional tivessem acesso ao recurso para investimento em acessibilidade arquitetônica. Segundo dados do governo federal, “entre 2011 e 2012, 21.288 do total das escolas previstas já haviam sido contempladas” (BRASIL, 2013, p. 16).

Numa tentativa de reduzir as barreiras impostas por um longo período de descaso com as pessoas com deficiência, o MEC, através do FNDE, vem destinando recursos

financeiros às escolas que apresentam previsão de matrículas de alunos público-alvo da educação inclusiva selecionadas no Programa Escola Acessível, criado em 2011.

Este programa tem por objetivo promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos, e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular.

Anualmente, o FNDE publica uma relação de escolas contempladas, que precisam se cadastrar no Sistema Integrado de Monitoração, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC), para inserir o plano de atendimento contendo o planejamento de utilização dos recursos. A transferência deste recurso é feita através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que consiste em assistência financeira a todas as escolas públicas da educação básica das redes municipais, estaduais e do Distrito Federal e às escolas privadas da rede especial mantidas por entidades sem fins lucrativos.

No intuito de melhorar a infraestrutura física e pedagógica das escolas e reforçar a autogestão, o FNDE faz os repasses, que são depositados diretamente para as caixas escolares, sem intermediários. Neste contexto, existem algumas modalidades de PDDE específicas para determinadas escolas que possuem público alvo diferenciado.

No caso do Programa Escola Acessível, também chamado de PDDE – Acessibilidade ou PDDE – Estrutura, o recurso é destinado a escolas que contam com salas de recursos multifuncionais para atendimento às crianças com deficiência (BRASIL, 2012).

Apesar de o repasse do PDDE ser realizado sem intermediários, a SEE/MG possui o controle de todas as unidades que recebem o recurso e orienta a SRE e as escolas para que façam o planejamento e o cadastro dos serviços no Simec de forma integrada, após uma análise criteriosa dos técnicos da Supervisão de Infraestrutura Escolar quanto aos serviços e aquisições necessárias para a execução da acessibilidade. Esta medida visa a garantir que o recurso seja empregado adequadamente, atendendo à finalidade específica, sem que haja distorções na execução. Dentre os serviços que compõem o escopo do PDDE - Acessibilidade estão:

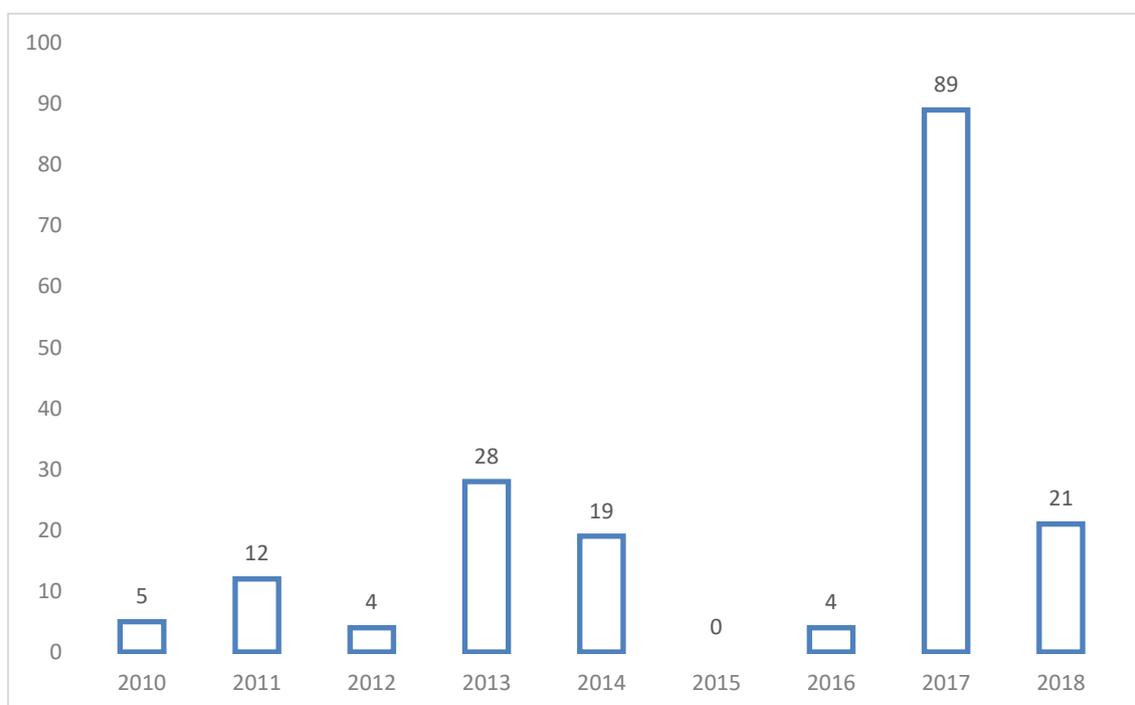
- Recursos de Custeio: aquisição de materiais e bens e/ou contratação de serviços para construção e adequação de rampas, alargamento de portas e passagens, instalação de corrimão, construção e adequação de sanitários para acessibilidade e colocação de sinalização visual, tátil e sonora;
- Recursos de Capital: aquisição de cadeiras de rodas, bebedouros acessíveis, mobiliários acessíveis e recursos de alta tecnologia assistiva. Esses recursos

variam de R\$ 8.300,00 a R\$ 15.000,00, dependendo da quantidade total de alunos da escola.

No entanto, são valores insuficientes para tornar uma escola plenamente acessível, o que faz com que as adaptações sejam apenas paliativas.

Na Secretaria Municipal de Educação de Manaus, no período de 2010 a 2018, foram contempladas 182 escolas de todas as zonas da cidade de Manaus, esses foram os dados que a SEMED/Manaus disponibilizou por meio da solicitação, apesar de algumas tentativas de atualização das informações com dados dos anos de 2019, 2020 e 2021. A seguir, são apresentados os quantitativos de escolas por ano (Apêndice 03).

Gráfico 3 – Quantitativo de escolas que receberam recursos do Programa Escola Acessível por ano.



Fonte: Autoria própria.

Assim, com base no Apêndice 03: Lista de Escolas que receberam recursos do Programa Escola Acessível na SEMED/Manaus” podemos verificar que na região Centro-Oeste foram contempladas 13 escolas, 06 na Centro-Sul, 9 escolas na zona leste, 47 escolas na zona norte, 25 na zona oeste, 26 na zona sul e 6 escolas na zona rodoviária.

Dentro de um universo de mais de 500, apenas 182 escolas foram contempladas no período supracitado, acompanhando a realidade da nossa secretaria de educação, observamos um olhar mais inclusivo nos ambientes quando se trata de projetos de criação

de novas instituições de ensino, claro, fruto também de inúmeras políticas públicas e a sociedade mais engajada no reconhecimento que a escola é um espaço para todos.

O Programa Escola Acessível constitui uma medida estruturante para a consolidação de um sistema educacional inclusivo, concorrendo para a efetivação da meta de inclusão plena, condição indispensável para uma educação de qualidade (BRASIL, 2011, p. 7).

Pretendendo alcançar a meta de inclusão plena, o Estado brasileiro ressalta a importância desse programa como medida estruturante, com o seguinte objetivo geral:

Promover a acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos, pedagógicos e as comunicações e informações (BRASIL, 2011, p. 6).

Quanto à execução do programa nas escolas, os sistemas de ensino deveriam se orientar pelo desenho universal, a fim de cumprir as normas de acessibilidade previstas pela ABNT/NBR9050/2004, pelo decreto 6.949/2009 e pelo Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: o direito à escola acessível. Os recursos para as obras estruturais foram disponibilizados às escolas selecionadas por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Para compreensão dos impactos do Programa Escola Acessível nas escolas da Secretaria Municipal de Manaus, realizamos entrevistas com seis gestores escolares, um de cada zona geográfica da cidade, pertencentes a escolas que receberam recursos do programa em questão e que possuem Sala de Recursos Multifuncionais.

As entrevistas foram gravadas, depois transcritas para que as falas pudessem ser analisadas de forma objetiva e confrontadas com as políticas públicas inclusivas, bem como outros estudos que fizeram parte da nossa revisão sistemática.

Assim, nosso roteiro de entrevista está estruturado em três eixos temáticos que estão organizados nos tópicos a seguir.

2.1 Eixo 1: Acessibilidade e Inclusão Escolar

Pensar uma educação para a resistência também inclui pensar no processo de democratização da escola, conseqüentemente na educação inclusiva. Diante disto, o presente estudo discorre sobre uma questão básica quanto à inclusão escolar e à

emancipação dos alunos com necessidades educacionais especiais: a acessibilidade na escola pública.

Limitar o conceito de acessibilidade apenas ao acesso é preocupante, pois deixamos de lado vários aspectos fundamentais que englobam a definição, como podemos observar na fala abaixo.

“Acessibilidade eu entendo de que é a questão do acesso da criança ao ambiente escolar, vem desde lá de fora, desde o entorno, para criança ter acesso aqui dentro da escola. Eu creio que os ambientes devem estar propícios para receber esse aluno, são coisas que aqui nós não temos muito” (Gestora da EM Oeste).

Conforme já apresentada na definição adotada em nosso estudo que é a da Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), na qual a acessibilidade envolve aspectos não somente físico, mas também, a possibilidade de utilização, com segurança e autonomia, de aspectos relacionados à informação e comunicação.

“A acessibilidade a gente precisa que as crianças tenham acesso; todas as escolas elas precisam se adequar aos estudantes a sua realidade. As crianças que tem deficiências elas precisam ter o acesso garantido na escola: são as rampas, as faixas todas e qualquer que seja visual, auditiva, física. Então a escola tem que estar adequada, tem que estar preparada. Os espaços físicos para receber essas crianças, não só as escolas como também as ruas e todos os espaços. A gente precisa oferecer condições delas ir e vir com autonomia até a garantir acesso a elas esses espaços físicos, e a escola precisa se adequar a essas crianças com qualquer deficiência para que ela possa estar na escola é que ela precisa ter acesso garantido através desses espaços físicos, como as rampas (Gestora da EM Centro-Sul)

Além de garantir o acesso, devemos possibilitar condições para que esses alunos participem e desenvolvimento em todos os seus aspectos e em todas as atividades desenvolvidas nas escolas.

Conforme Veiga (2012), em se tratando da escola, essas adaptações tornam-se necessárias, uma vez que uma escola não adaptada pode segregar alunos do direito social à educação ao apresentar barreiras arquitetônicas e práticas docentes que impedem o acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Em consonância com a LDBEN (BRASIL, 1996), são elaboradas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB n.º 2/2001 (BRASIL, 2001), que no artigo 2º, determina que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Além da regularidade da matrícula, também considera a organização do espaço escolar para atender os alunos com necessidades educacionais, para que não aconteçam fatos conforme trecho a seguir:

“Outra coisa, todos tem que falar a mesma língua, o CMEE fala uma língua, a SEMED fala outra língua, a DDZ fala, o diretor que tiver ele vai falar a língua dele, a gente recebe muito aluno porque o diretor não quer, o professor não quer, aí eu respondo para o pai “eu também não quero, porque que o senhor está aqui?”, “não, é porque todo mundo fala que a senhora aceita os alunos especiais” mas não é que a gente aceita, a gente trabalha da melhor forma possível, eu nunca fiz formação de Educação Especial, nunca fiz nada, mas a gente passa pela sensibilidade de se fazer, como é tão difícil o profissional que se chama o professor (Gestora da EM Centro-Oeste).

Nesse cenário, é importante que haja reflexão dos professores que enfrentam a inclusão na escola pública, principalmente em estruturas sem acessibilidade, como é o caso das escolas participantes da pesquisa. Assim, é possível que os professores se sintam inseguros com as dificuldades presentes no cotidiano escolar e se apropriem do autoritarismo, e pratiquem a segregação em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais na escola pública.

“Temos na sala de recursos, inclusive as professoras da sala de recursos elas são mesmo treinadas com cursos e formações e, nós temos materiais para cegos, para surdos, deficiência mental e atender todo o público da educação especial” (Gestora da EM Oeste).

Temos que lutar e combater contra a segregação e ao preconceito, pois são premissas para se evitar que os alunos com necessidades educacionais especiais que estejam matriculados na escola ainda sejam segregados no que se refere à aprendizagem, esse conhecimento e interação não deve ser somente de responsabilidade das professoras da sala de recursos, mas sim de toda a comunidade escolar.

“Eu acho a formação dos professores, isso é fundamental. A questão do auxílio ao professor, monitores em sala de aula. Essa questão é fundamental, é primordial. Primeiro a formação dos professores, os professores eles se sentem temerosos de pegar um aluno especial na sua turma, é o terror de cada professor” (Gestora da EM Oeste).”

De acordo com Becker (In: ADORNO, 1995), não fomos educados para a emancipação. Então, não é possível esperar que apenas um Programa do Governo Federal colaborasse para emancipar os indivíduos, profissionais e alunos da escola pública. Porém, concomitantemente, são necessárias atitudes que se contraponham à segregação, que colaborem para que a escola se democratize e se torne inclusiva.

“Eu acho que a questão do recurso financeiro, eu acho que esse é o principal entrave para questão da acessibilidade aqui na escola. Porque veio uma verba, apesar de que 2018 para cá especificamente para a acessibilidade nós não recebemos, recebemos no ano passado um plano a ser realizado, que eu fiz e

enviei, e esse ano a moça da DDZ já até me ligou a respeito disso, eu acho que cai esse ano uma verba, para a gente comprar algumas situações que já foi planejado” (Gestora da EM Leste).

A existência de processos de exclusão incluída permite que se reconheça como - não tendo sido modificada durante às duas últimas décadas aquela estrutura histórica e de discriminação educacional - a universalização no acesso e permanência nos sistemas escolares acabou se sobrepondo a uma dinâmica de diferenciação institucional injusta e anti-democrática. O de sempre: escolas pobres para os pobres e ricas para os ricos.

Essa tendência, ao mesmo tempo em que atenua uma forma histórica de exclusão educacional, reforça outro, produzindo, nesta, novas dinâmicas.

2.2 Eixo 2: Programa Escola Acessível

No documento que expressa o Programa Escola Acessível contém o conceito de sociedade inclusiva, como aquela que não elege, classifica ou segrega indivíduos. Mas, que modifica seus ambientes, atitudes e estruturas para tornar-se acessível a todos.

Nesse contexto, pretende apoiar os sistemas de ensino na realização de obras para adequações arquitetônicas necessárias para promover a acessibilidade nos prédios escolares, possibilitando o acesso com rampas, alargamento de portas, sinalização tátil, sonora, adaptação de sanitários, tornando a circulação livre de obstáculos, conforme normas vigentes da ABNT/Decreto 5.696/2004 (BRASIL, 2004).

Conforme entendimento de uma das gestoras escolares, o entendimento sobre o programa de forma geral, coincide com o definido no documento orientador do programa.

“A Escola Acessível foi aquele recurso que a gente recebeu que era para fazer a parte da estrutura e que aqui aconteceu em parte, porque o recurso ele veio, mas ele não veio o suficiente para a escola, porque para fazer essa entradinha aí o valor do recurso só foi esse e a gente teve que mudar o banheiro e compramos o andador, a cadeira de rodas, cadeira de banho, aquele acento para que seja usado, colocamos a barra de apoio na escada, porque tem criança que sobe, mas não é o suficiente para o tamanho da escola, porque quando eles mandaram, eles mandaram um valor para todos” (Gestora da EM Centro-Oeste).

Para Veiga (2012), convém lembrar que o desenvolvimento da autonomia dos alunos com necessidades educacionais especiais não depende somente da disposição dos professores e gestores, mas também de adaptações arquitetônicas para possibilitar o acesso, circulação e permanência desses alunos.

“Com certeza, quando o dinheiro chegou a escola não tinha rampa, eram escadas. Era muito difícil, eu tinha cadeirante na época, a gente entrar as crianças com a cadeira de rodas na escola eram muitas mãos para ajudar essa

criança, alguns pais tiravam as crianças lá, traziam no colo, a gente deixava a cadeira de rodas lá fora, levava a criança para sala e a criança ficava ali presa” (Gestora da EM Centro-Sul).

Sendo assim, o Programa Escola Acessível faz parte do conjunto de políticas públicas, oriundas de acordos internacionais importantes acerca da educação inclusiva, dos quais o Brasil é signatário. Nesse âmbito é notória a proposta da educação inclusiva, apesar das barreiras à educação experimentada por alguns alunos com necessidades educacionais especiais, fato que representa maiores desafios àqueles que pretendem desenvolver práticas pedagógicas inclusivas.

“É assim, a gente tem um prazo e o prazo também não é muito longo, porque a gente tem que fazer a prestação de conta, então o prazo não é muito longo, foi tipo assim, seis meses e seis meses é pouco tempo para pesquisar, por toda dificuldade que temos aqui na nossa cidade, por não ter esse material, por não ter empresas que atendessem, além da pesquisa de preços nós temos que levantar 3 ou 4 empresas para verificar isso, então a dificuldade foi essa” (Gestora da EM Norte).

De acordo com Becker (In: ADORNO, 1995), não fomos educados para a emancipação. Então, não é possível esperar que apenas um Programa do Governo Federal colaborasse para emancipar os indivíduos, profissionais e alunos da escola pública. Porém, concomitantemente, são necessárias atitudes que se contraponham à segregação, que colaborem para que a escola se democratize e se torne inclusiva.

2.3 Eixo 3: Avaliação das Condições de Acessibilidade

Os ambientes que mais foram sinalizados como ambientes que apresentaram riscos de acidente são os pátios e as escadas.

Apesar de muitos espaços já terem passado por adaptações, muitos elementos ainda precisam ser considerados para que a acessibilidade esteja presente, como o alargamento das portas das salas de aula ou como registrado nas falas pela Gestora da EM Oeste, da EM Centro-Sul e da EM Centro-Oeste, que precisam de rampas para acesso ao segundo andar das escolas.

“Uma questão assim que eu acho urgente, porque a gente nunca sabe quando vai receber, essa questão que eu acho urgente seria uma rampa de acesso ao segundo andar, porque aqui em baixo não temos sala de ensino fundamental é só infantil, educação infantil, cadeirinhas, mesinhas, então se chega um aluno de quinto ano aqui, ”como é que a gente vai atender?” Eu acho que é uma coisa urgente a fazer seria uma rampa de acesso, então acho que isso aí é o mais urgente” (Gestora da EM Oeste).

A perspectiva da inclusão escolar impõe o desafio de transformações importantes nas concepções do sistema educacional, pois a emergência de processos

inclusivos em uma escola pressupõe que a mesma esteja aberta para criar condições educacionais para todos os alunos. “Todos os defensores das melhorias das escolas, para melhor atender às diferentes necessidades dos alunos, devem unir-se e reconhecer o princípio de que boas escolas são boas escolas para todos os alunos”. (SCHAFFNER e BUSWELL, 1999, p. 60).

“Por exemplo, nossa biblioteca é em cima, nosso auditório é em cima, para a acessibilidade dessas crianças não vai ter, toda vez que for ter vai ser um constrangimento porque alguém vai ter que carregar, para não ter aquele constrangimento a turma não vai” (Gestora da EM Centro-Oeste).

No que se refere aos instrumentos utilizados para avaliar as condições de acessibilidade e as dificuldades encontradas, segundo as falas das gestoras escolares, geralmente utilizam rodas de conversas com os pais, professores das salas regulares e sala de recursos multifuncional para que tomem providências de que maneira a escola pode disponibilizar mais condições de acessibilidade aos alunos público-alvo da educação especial.

Assim como no estudo de Matos, Lemos e Batista (2017), também observamos questões que impedem o cumprimento das políticas públicas inclusivas, dentre elas, podemos indicar: “barreiras estruturais de acesso, permanência e sucesso dos educandos com deficiência nas escolas, sejam barreiras físicas ou atitudinais, como a falta de aceitação do educando com deficiência nas salas de aula, fragilidades na qualificação para o trabalho do educador e demais profissionais sobre as práticas pedagógicas que atendam e incluam o referido educando em um sistema educacional inclusivo”, situações já denunciadas em muitos estudos, porém sem efetivação na realidade escolar.

Em paralelo, a equipe diretiva encaminha os alunos ao Complexo Municipal de Educação Especial da SEMED/Manaus para que o aluno passe por um processo avaliativo por uma equipe multidisciplinar, para que assim, com o relatório elabora, possa indicar estratégias com práticas pedagógicas inclusivas para que o mesmo possa participar de forma ativa do processo de aprendizagem.

3 AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS COM BASE NO MANUAL DE ACESSIBILIDADE ESPACIAL PARA ESCOLAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

A acessibilidade se torna um dos princípios basilares para o processo inclusivo, tendo em vista que é por meio das condições de acessibilidade que os alunos com deficiência e mobilidade reduzida conseguem ter possibilidades para utilizar com segurança os diversos ambientes da escola, participando de todos os processos de forma efetiva, vivenciando a real inclusão escolar.

Resgatando dados já apresentados no primeiro capítulo, durante a Revisão Sistemática de Literatura, os estudos demonstraram a importância da avaliação das condições de acessibilidade nas escolas para o processo inclusivo (CORRÊA, 2010; DIAS, 2010; CÔRREA, MANZINI, 2012; KASPER, 2013; MÜLLER, 2013; EVANGELO, 2014; DIAS, 2016; CASTRO et. al, 2018; MENDES, 2018; ROCHA et. al, 2018; RODRIGUES, 2019).

Dentre as principais denúncias realizadas nos estudos, podemos destacar o não cumprimento dos requisitos mínimos de acessibilidade física, de comunicação e informação, preconizadas em diversas normativas brasileiras, levando a identificação de barreiras que impedem a plena participação dos estudantes nos diversos ambientes escolares.

A importância de conhecer e saber aplicar um protocolo de acessibilidade em escolas é fundamental para sermos agentes de transformação da sociedade, possibilitando o processo de reflexão-ação na garantia de contextos mais inclusivos dentro e fora dos espaços escolares, tendo em vista que nossos alunos com deficiência e mobilidade reduzida são seres sociais que interagem em diversos espaços.

O Manual Espacial de Acessibilidade para Escolas (MEC, 2009) demonstra de maneira clara e objetiva as condições de acessibilidade prevista na Norma Brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), assim, nós, educadores, através das imagens e orientações, conseguimos aplicar o manual para identificar os problemas e propor maneiras de eliminação das barreiras existentes na escola, garantindo o direito ao acesso, permanência e participação com segurança de todos os alunos.

Este manual de acessibilidade também é um importante instrumento para auxiliar na implementação do Programa Escola Acessível que objetiva tanto a criação de espaços acessíveis, quanto a adequação de construções na escola.

Portanto, neste terceiro capítulo, iremos verificar a situação da acessibilidade das escolas que receberam recursos do Programa Escola Acessível por meio da aplicação do Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas do Ministério da Educação.

Com o intuito de avaliar as condições de cada escola, realizamos a aplicação do protocolo “Manual Espacial de Acessibilidade para as Escolas” do Ministério da Educação (MEC, 2009).

Deste manual, efetivamos a descrição detalhada e o registro fotográfico dos utilizamos 14 ambientes da escola, são eles:

- Ambiente 1: A rua em frente a escola;
- Ambiente 2: Do portão da escola à porta de entrada;
- Ambiente 3: Recepção e salas de atendimento;
- Ambiente 4: Corredores;
- Ambiente 5: Escadas e rampas;
- Ambiente 6: Salas de aula;
- Ambiente 7: Laboratórios;
- Ambiente 8: Sala de Recursos Multifuncional;
- Ambiente 9: Biblioteca;
- Ambiente 10: Auditório;
- Ambiente 11: Sanitários;
- Ambiente 12: Refeitório;
- Ambiente 13: Quadra de Esportes;
- Ambiente 14: Pátios.

Combinamos a aplicação do protocolo com a observação, outro procedimento de coleta que nos possibilitou fortalecer os dados da pesquisa, assim, realizamos em todas às seis escolas, observações abertas (todas as pessoas da escola sabiam nosso objetivo no local), direta (de forma presencial nos ambientes de cada escola), não-participativa (não foi preciso uma pessoa mediando, somente a presença no próprio local) e sistemática (por meio do protocolo).

De maneira que não fique repetitivo, já que muito dos itens de acessibilidade são universais em todos os ambientes escolares, organizamos em cinco grupos de ambientes que possuem características comuns entre eles, assim ficou:

- Grupo de Ambientes 1: A rua em frente à escola; Do portão da escola à porta de entrada e; Recepção e salas de atendimento;
- Grupo de Ambientes 2: Corredores e; Escadas e rampas;
- Grupo de Ambientes 3: Salas de aula; Laboratórios e; Sala de Recursos Multifuncional;
- Grupo de Ambientes 4: Biblioteca; Auditório e; Refeitório;
- Grupo de Ambientes 5: Banheiros; Quadra e; Pátios.

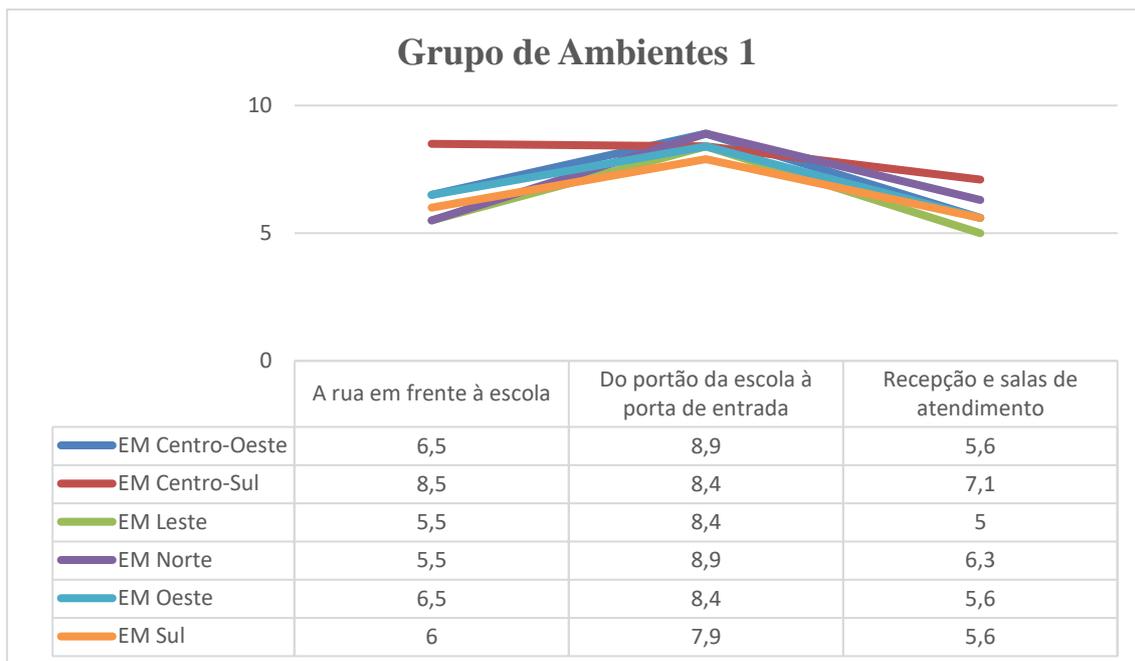
Cada ambiente recebeu uma pontuação de acordo com os itens de acessibilidade presentes (e de itens que não se aplicam no ambiente), esse cálculo foi feito considerando a nota máxima 10,0, dividida pelo quantitativo de itens presente em cada ambiente no Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas.

Assim, definimos seis escolas para participares desta etapa da pesquisa, uma em cada zona da cidade de Manaus (centro-oeste, centro-sul, leste, norte, oeste e sul), tendo em vista que são escolas que receberam recursos do Programa Escola Acessível e possuem Sala de Recursos Multifuncionais ativas em seus estabelecimentos de ensino.

3.1 Grupo de Ambientes 1: A rua em frente à escola, Do portão da escola à porta de entrada e Recepção e salas de atendimento

Os ambientes compreendidos no grupo 1, são os primeiros espaços que o estudante com deficiência e/ou com mobilidade reduzida tem contato ao querer adentrar ao espaço escolar, para que o aluno tenha seu acesso garantido, esses espaços precisam possibilitar condições de acessibilidade desde a entrada inicial, pois ao contrário, o aluno já encontra barreiras que dificultam seu primeiro, podendo até acarretar um desinteresse em frequentar aquele espaço, levando a problemas mais sérios que interferem no processo de ensino-aprendizagem, já que o primeiro direito à educação que é o acesso foi negado.

No gráfico a seguir, apresentamos a análise das condições de acessibilidade nas seis escolas analisados no que se refere aos três primeiros ambientes: 1) A rua em frente à escola; 2) Do portão da escola à porta de entrada e; 3) Recepção e Salas de Atendimento.



Fonte: Autoria própria.

No ambiente “A rua em frente à escola” a escola municipal da zona Centro-Sul apresentou maiores condições de acessibilidade e a teve a pontuação menor foi a da escola municipal Leste e escola municipal Norte.



Imagem 1: A rua em frente à EM Centro-Sul.



Imagem 2: A rua em frente à EM Norte.

Os principais problemas encontrados foram: ausência de faixa de pedestre, calçada sem rebaixamento nos dois lados da rua, calçada com pavimentação irregular, sem ser plana, com buracos e degraus, obstáculos sem sinalização com piso tátil de alerta

para pessoa com deficiência visual, ponto de ônibus distante à entrada da escola e estacionamento na rua sem vaga para pessoas com deficiência.

Em “Do portão da escola à porta de entrada” a escola municipal Centro-Oeste obteve a maior pontuação e a menor pontuação ficou com a escola municipal da zona Sul, é interessante destacar que todas as escolas apresentaram bastante itens considerados acessíveis nesse ambiente.



Imagem 3: Do portão da escola à porta de entrada da EM Centro-Oeste.



Imagem 4: Do portão da escola à porta de entrada da EM Sul.

Os itens que merecem atenção são: caminho amplo e sem limites definidos, sem piso direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a porta da escola, bem como, muitos obstáculos no caminho.

E no ambiente “Recepção e salas de atendimento”, novamente a escola municipal da Centro-Sul foi a mais bem pontuada, tendo mais itens considerados acessíveis nesse espaço, contra a escola municipal da zona Leste que novamente está entre com menos itens acessíveis no espaço escolar.

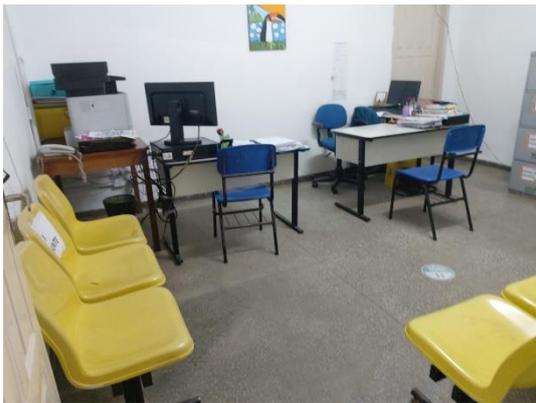


Imagem 5: Recepção e salas de atendimento da EM Centro-Sul.



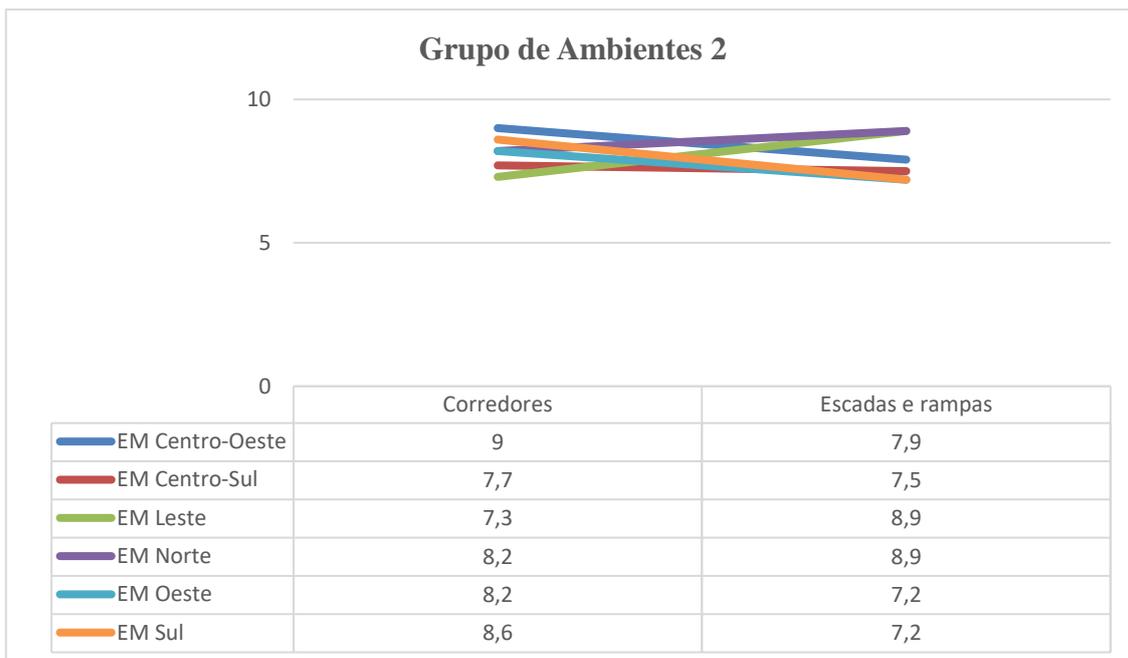
Imagem 6: Recepção e salas de atendimento da EM Leste.

Conforme apresentado no relatório, os itens desse ambiente que precisam ser ajustados são: o balcão de atendimento não permite aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas, ou seja, o balcão não é mais baixo e com espaço de aproximação para as pernas; o mobiliário localizado não está fora da circulação, ou seja, atrapalha a passagem de pessoas; a ausência de espaço de espera para usuários de cadeiras de rodas aguardar o atendimento sem atrapalhar a circulação; a inexistência de mapa tátil que possibilite ao usuário com deficiência visual localizar-se, identificando o local das diferentes atividades e os caminhos a seguir. Não foi observado um serviço de atendimento para pessoas com deficiência auditiva ou com surdocegueira prestado por pessoas habilitadas ou por um equipamento de tecnologia assistiva.

3.2 Grupo de Ambientes 2: Corredores, escadas e rampas

O grupo de ambientes 2 “corredores, escadas e rampas” são os elementos responsáveis pelas transições entre os ambientes, corredores amplos para o quantitativo de pessoas que circulam, bem como rampas e escadas em boas condições são fundamentais para que os alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida participem de todas as atividades com segurança e autonomia na escola.

Deste modo, o gráfico a seguir apresenta os ambientes que dentre outras coisas, consideram se os elementos presentes nos corredores não atrapalham a passagem de pessoas, a questão do contraste de cor entre piso e paredes, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão e se o piso antiderrapante, regular, nivelado e em boas condições.



Fonte: Autoria própria.

Os corredores considerados com mais condições de acessibilidade é da EM da zona Centro-Oeste (9,0 pontos) e o com mais barreiras a serem eliminadas é da EM da zona Leste, na qual chegou a pontuar (7,3). Já no que se refere às escadas e rampas a EM Norte e Leste empataram com a pontuação de 8,9 e a com menor pontuação foram as EM Oeste e EM Sul com 7,2. A comparação entre os ambientes das duas escolas podem ser vistas a seguir:



Imagem 7: Corredor da EM Centro-Oeste.



Imagem 8: Corredor da EM Leste.



Imagem 9: Rampa da EM Norte.

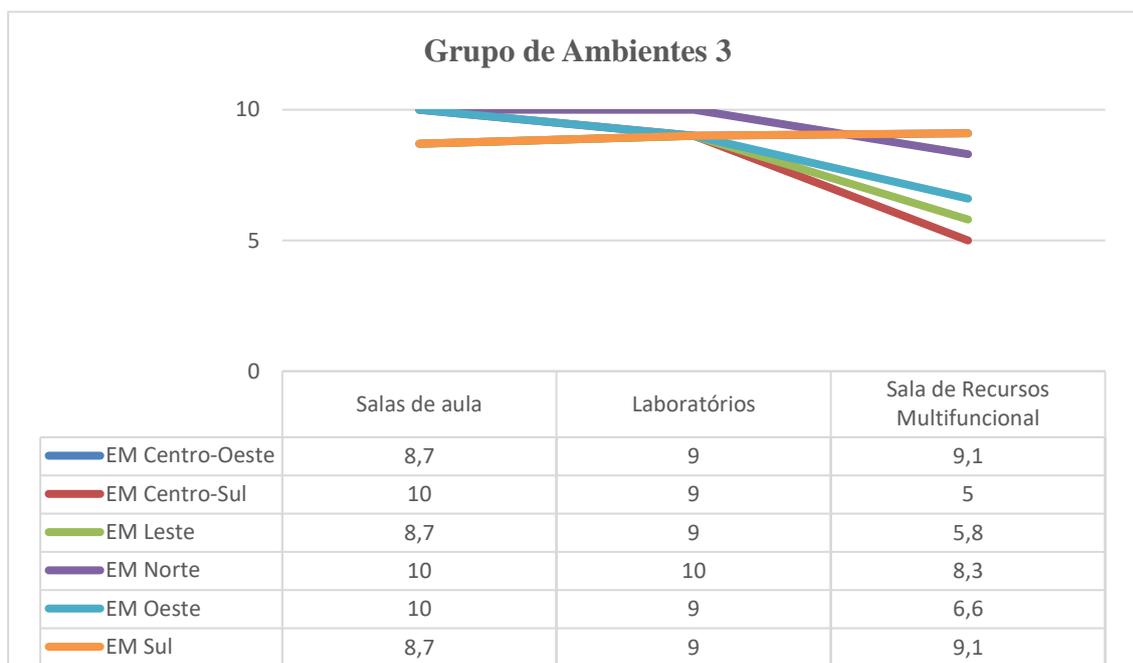


Imagem 10: Rampa e escada da EM Sul.

Os itens que merecem atenção são: elementos presentes nos corredores atrapalham a passagem de pessoas, os obstáculos não estão identificados com piso tátil de alerta, corredores amplos sem piso tátil direcional em cor e textura contrastante para guiar pessoas com deficiência visual, ausência de placas indicativas que orientem as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes, ausência de identificação nas portas com letras grandes e em cores contrastantes com o fundo, ausência de portas com placas com letras em relevo ou em Braille e o bebedouro com torneira inacessível (de enroscar), ou seja, o ideal seria de alavanca ou pressão.

3.3 Grupo de Ambientes 3: Salas de aula, Laboratórios e Sala de Recursos Multifuncionais

O grupo de ambientes 3 “Salas de aula, Laboratórios e Sala de Recursos Multifuncionais” possuem características fundamentais dentro do ambiente escolar, pois são responsáveis pelo desenvolvimento da aprendizagem mais direcionada de forma coletiva ou individualizada.



Fonte: Autoria própria

Na Sala de Recursos Multifuncional é oferecido o serviço de Atendimento Educacional Especializado ao público-alvo de educação especial, assim, deveria ser o ambiente mais acessível dentro do espaço escolar, pois, dentre suas responsabilidades estão a avaliação, acompanhamento e eliminação de todo o tipo de barreiras que venham impedir o processo de ensino-aprendizagem.

As imagens abaixo mostram as diferentes realidades encontradas nas escolas, onde, no ambiente Sala de aula, a EM Leste apresentou menos itens acessíveis, no ambiente Laboratório a EM Norte pontuou todos os itens de acessibilidade (pontuação máxima, 10), todas as demais apresentaram pontuação 9, que também são muito altas e, a EM Centro-Sul apresentou poucos itens de acessibilidade na Sala de Recursos Multifuncional (pontuação 5,0, a mais baixa entre as escolas).



Imagem 11: Sala de aula da EM Centro-Sul.



Imagem 12: Sala de aula da EM Leste.



Imagem 13: Laboratório da EM Norte.



Imagem 14: Laboratório da EM Centro-Sul.



Imagem 15: SRM da EM Centro-Oeste.



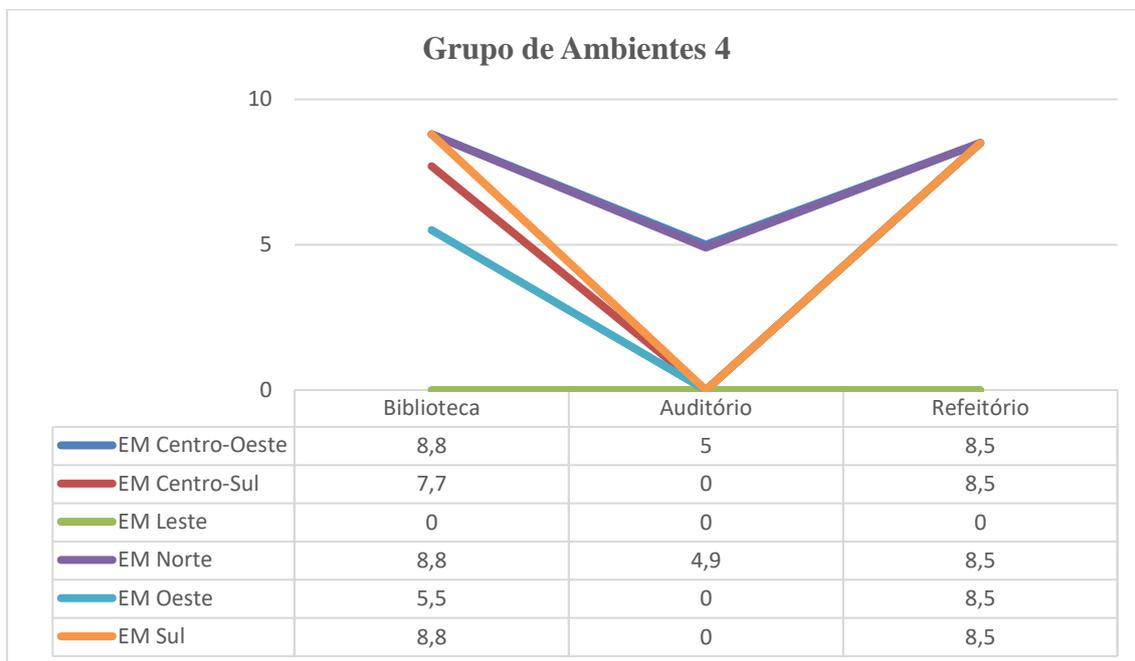
Imagem 16: SRM da EM Centro-Sul.

Os itens que merecem atenção são: os corredores entre as fileiras de carteiras não são largo o suficiente para a passagem de um aluno em cadeiras de rodas. No laboratório de informática não existe computador com tecnologia assistiva para pessoas com deficiência visual. Na Sala de Recursos Multifuncional, geralmente o tamanho da sala não é suficiente para abrigar diferentes atividades e seus equipamentos (mesas de atendimentos, armários, quadros, atividades de movimento corporal), ausência de separação, por divisória ou cortinas, entre os locais de diferentes atividades e a inexistência de espaço com tapete, almofada e espelho (espelho com altura que permita a visualização por crianças menores e em cadeiras de rodas).

3.4 Grupo de Ambientes 4: Biblioteca, Auditório e Refeitório

O grupo de ambientes 4 “biblioteca, auditório e refeitório” são ambientes de convívio mais amplos, ou seja, com estudantes e profissionais que fazem parte da escola, mas não necessariamente são da mesma sala de aula, assim, esse processo de participação

e interação com outros indivíduos também devem ser livres de qual entrave que prejudique esse processo.



Fonte: Autoria própria.

É preocupante, que em 2022, ainda encontramos escolas com a ausência de ambientes tão importantes para o processo de ensino-aprendizagem, as EM Sul, Oeste, Leste e Centro-Sul não possuem auditório, a EM Leste não possui refeitório, nem biblioteca, sem dúvidas, a ausência desses espaços trarão pobreza de experiências na vida desses alunos, pois através da socialização, vivências e interações possibilitadas é que também ocorrem o crescimento humano.



Imagem 17: Biblioteca da EM Centro-Oeste.



Imagem 18: Auditório da EM Centro-Oeste.



Imagem 19: Auditório da EM Norte.



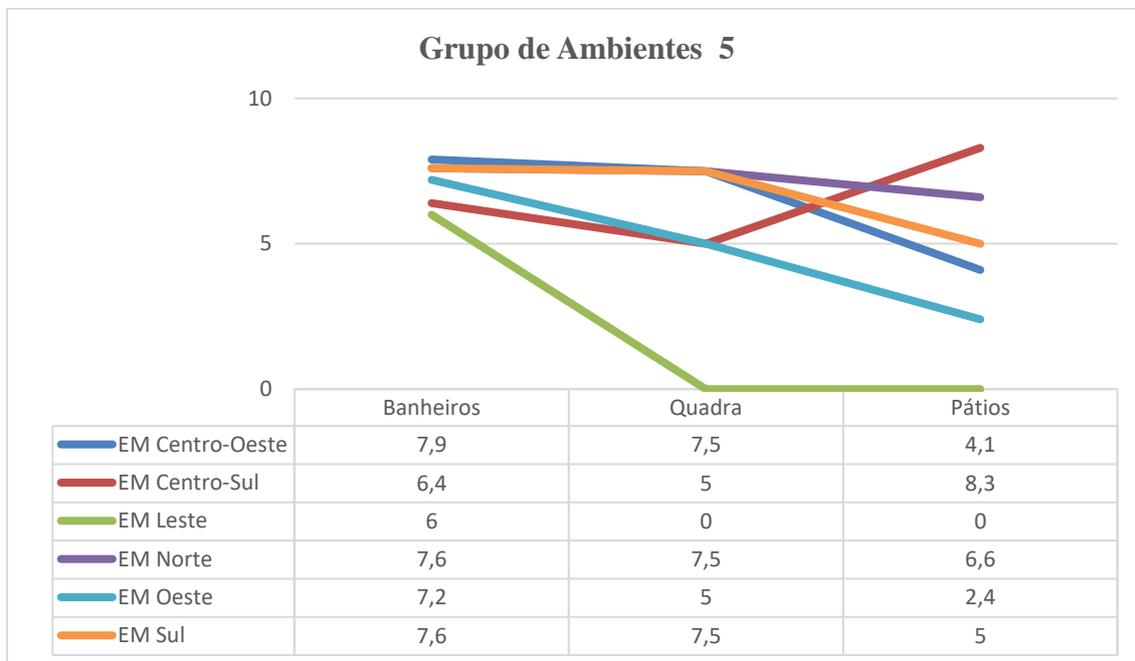
Imagem 20: Refeitório da EM Centro-Sul.

Os itens que merecem atenção são: na biblioteca, dificuldade para que pessoas em cadeiras de rodas possam circular e manobrar pela sala até os diferentes locais de atividades (mesas de trabalho, computadores, estantes e balcão de empréstimo), a largura do corredor entre as estantes não permite a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas, ao final de cada corredor de estantes não é possível manobrar com a cadeira de rodas e não existe computador com programa de leitor de tela para alunos com deficiência visual.

No auditório, é preciso eliminar as seguintes barreiras: inexistência de pelo menos um espaço reservado para pessoas em cadeira de rodas, obesas pessoas com mobilidade reduzida e seus acompanhantes, impossibilidade que uma pessoa em cadeira de rodas acesse o palco através de rampa, inexistência de guia de balizamento no desnível entre palco e plateia e inexistência de um local, com boa visibilidade e iluminação, destinado ao intérprete de Libras.

3.5 Grupo de Ambientes 5: Banheiros, Quadra e Pátios

O grupo de ambientes 5 “banheiros, quadra e pátios” são os três últimos ambientes do estudo e que apresentam suas especificidades no que se referem aos itens de acessibilidade, seguem o gráfico e imagens comparativas.



Fonte: Autoria própria.

Os itens que merecem atenção são: caminho amplo e sem limites definidos, sem piso direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a porta da escola, bem como, muitos obstáculos no caminho.



Imagem 21: Banheiro da EM Centro-Oeste.



Imagem 22: Banheiro da EM Leste.



Imagem 23: Quadra da EM Sul.



Imagem 24: Pátio da EM Centro-Sul.



Imagem 25: Pátio da EM Oeste.

Os itens que merecem atenção nos banheiros são: inexistência de pelo menos um sanitário feminino e um masculino com vaso sanitário acessível às pessoas com deficiência na escola, ausência de contraste entre piso, parede, equipamentos para facilitar a orientação de pessoas com baixa visão, torneiras difíceis de serem manuseadas por uma pessoa com mobilidade reduzida nas mãos, a porta do box não abre totalmente para fora, sem encontrar nenhum obstáculo, inexistência de barras de apoio na porta do box acessível e no mictório, descarga está a 1 metro do piso, porém, não é fácil de ser acionada (sugestão: acionador por pressão ou alavanca), boxe não possui puxadores em forma de barras horizontais para facilitar o fechamento.

Nas quadras de esportes, os itens identificados foram: ausência de piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a entrada da quadra, bancos/arquibancadas ou aos sanitários, vestiários e inexistência de pelo menos um espaço reservado, entre os bancos ou na arquibancada, com tamanho suficiente para a permanência de uma cadeira de rodas.

E no último ambiente, pátios: a ausência de contraste de cor entre os pisos e paredes, nos pátios internos e externos, a fim de facilitar a orientação de pessoas com baixa visão, não é possível atravessar o pátio, num percurso seguro, sem encontrar obstáculos (bancos, telefones, bebedouros, extintores de incêndio, vasos de plantas, móveis, lixeiras e etc.) que atrapalham a circulação de pessoas, ausência de piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até os principais acessos, pois o pátio é muito amplo e sem limites definidos, inexistência de grade de proteção que evite queda nos pátios localizados em terrenos inclinados ou em pavimentos elevados e inexistência de placas indicativas no pátio que orientem para as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes.

Acreditamos que com a aplicação do protocolo, bem como a disponibilização deles para cada escola, é um instrumento fundamental que a comunidade escolar possa ver mais claramente as barreiras e juntos, buscar a eliminação das mesmas, já que o papel fundamental da escola é o desenvolvimento da aprendizagem de todas as crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas aqui delineadas nos possibilitam concluir que o conhecimento e a pesquisa são processos históricos pertinentes, por meio dos quais o homem investiga, questiona e conhece a realidade, enquanto sujeito do processo, numa dinâmica de ação-reflexão-ação, na medida em que nada é definitivo, nada está pronto e acabado: tudo é provisório, tudo é processo. Estamos em constante movimento, em permanente processo de construção/desconstrução e reconstrução da realidade histórico-social e de nós mesmos.

Então, o critério para entender o mundo é o critério da realidade. É o critério da ação do homem, cheio de significações historicamente construídas, numa dinâmica dialética, como explica Kosik (1995), no processo de uma construção histórica, o homem percorre a realidade, conhece-a e a interpreta, criando e recriando-a e voltando a ela mais enriquecida.

Sendo o objetivo da pesquisa contribuir para a construção e o avanço do conhecimento em seu caráter universal e autônomo, contribuindo também para a solução de problemas sociais, educacionais, econômicos e políticos, nacionais e regionais, torna-se inadmissível o não reconhecimento unânime de sua natureza social, ou seja, um ser que se propõe por finalidade à criação da realidade em que deseja existir, e que se pretenda mais humanizada.

Desenvolvemos esta pesquisa de doutorado com o intuito de compreender, com base na legislação brasileira, na produção científica e nos documentos escolares, o processo de implementação do Programa Escola Acessível em Manaus, assim como a situação da acessibilidade de escolas que receberam recursos do programa com o intuito da efetivação de um sistema educacional inclusivo.

Todavia, não podemos compreender a acessibilidade na escola, sem antes discutir sobre o processo macro de inclusão escolar, já que o paradigma da inclusão e do desenho universal, que são princípios de uma educação para todos. Nesse sentido, Dutra e Griboski (2010, p. 209), reiteram:

A inclusão expressa uma dimensão de direitos humanos e justiça social que pressupõe o acesso pleno e a participação de todos nas diferentes esferas da estrutura social, a garantia de liberdade e direitos iguais e o estabelecimento de princípios de equidade. Essa concepção situa-se na perspectiva de uma sociedade democrática e na compreensão do caráter social das relações, considerando a capacidade humana de desenvolver valores de dignidade e cidadania, de respeitar esses pressupostos e de modificá-los na construção do processo social.

A pedagogia crítica não se deixa iludir com os artifícios tecnocráticos das atuais reformas neoliberais e reafirmam seu compromisso com a qualidade social da escola, onde o dia a dia das salas de aula se “mede” também pelo grau de democratização efetiva do direito à educação e onde a comunidade escolar, fundamentalmente os trabalhadores e trabalhadoras da educação não são culpados pelo fracasso e pela irresponsabilidade daqueles que administram nosso Brasil.

Conforme já apresentado, a definição de acessibilidade adotada neste estudo é a definida na Lei Brasileira de Inclusão, onde acessibilidade é “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, 2015).

Estudos como o nosso são significativos para que cada vez mais profissionais da educação se apropriem de conhecimentos teóricos, legais e de instrumentos que possibilitem analisar as condições de acessibilidade e identificar os itens que precisam constar nos projetos de criação e/ou adaptação de espaços escolares na perspectiva inclusiva, possibilitando assim, uma gestão democrática, onde todos os indivíduos da comunidade escolar possam participar de todos os processos.

Nessa perspectiva, a educação inclusiva é fundamental para a eliminação de qualquer tipo de barreiras e processos de preconceito, exclusão e/ou segregação dentro da escola, visto que, no enfoque de Costa (2009, p. 73), “pensar em uma educação na

perspectiva inclusiva é admitir que alunos com e sem deficiência não são meros expectadores e que podem aprender juntos, ou seja, uma educação na qual a aprendizagem não ocorra em espaços segregados.

Deste modo, nosso primeiro capítulo que teve como eixo estudos sobre acessibilidade em escolas, verificamos que os pesquisadores concordam no ponto que observam uma tentativa das secretarias de educação em alinhar seus documentos orientadores com as políticas públicas inclusivas, mas para isso, deve envolver toda a comunidade escolar, pois a convivência com a diversidade possibilita crescimento mútuo, respeito e solidariedade entre todas as pessoas que estão envolvidas nesse contexto inclusivo.

O intervalo de tempo de 15 anos, a definição de acessibilidade foi complementada com elementos que se ponderadas, deixam o termo mais preciso, outro ponto é o uso da definição presente na Lei Brasileira de Inclusão, pois assim, demonstra que parte dos pesquisadores estão em constante processo de leitura, estudo e sempre com a preocupação de atualização de seus escritos.

Percebe-se que inúmeras legislações e documentos orientadores ratificam a acessibilidade nas escolas, mas a inclusão não é definida por imposição de lei, dentre outras necessidades, é preciso pessoal capacitado desde os que estão nas secretarias de educação, envolvendo os professores, pais, alunos e toda a comunidade escolar, pois assim, seria um dos passos para que as diretrizes saiam do papel e sejam efetivadas.

A maioria dos instrumentos utilizados pôde analisar a acessibilidade de forma qualitativa, porém, deve-se destacar que o uso de protocolos com itens específicos e normatizados dão uma segurança maior para que o pesquisador possa indicar e analisar quais elementos estão inacessíveis (ou não), já que a acessibilidade são condições concretas e palpáveis que podem ser medidas, legisladas e cobradas judicialmente.

A acessibilidade é uma temática com grande relevância na área da educação, educação especial e áreas afins, já que de formas multidisciplinares diversos pesquisadores trazem diversas contribuições de suas áreas de formação acadêmica e atuação profissional. Apesar de um número maior de trabalhos encontrados nessa revisão sistemática em relação ao mapeamento das produções científicas (SOUZA, 2017), muito ainda precisa ser pesquisado e discutido para que além do acesso, os alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida possam desenvolver todas as suas potencialidades e aprendizagens com os demais alunos.

Nossa revisão sistemática sobre a acessibilidade em escolas, verificou-se que dos 43 trabalhos (14 dissertações, 2 teses e 27 artigos), muito ainda se precisa pesquisar, analisar e apontar caminhos para situações que impedem a participação plena dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida no ambiente escolar.

Nosso segundo capítulo dispôs sobre o processo de implementação do Programa Escola Acessível em Manaus, sendo que originado em 2007, é uma ação do Ministério da Educação (MEC), através da articulação entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), as Secretarias de Educação e as escolas. Foi incorporado como uma das ações que integraram o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Viver sem Limite, criado em 2011, cuja meta vislumbrava o atendimento de 42.000 escolas até 2014.

Quanto à execução do programa nas escolas, os sistemas de ensino deveriam se orientar pelo desenho universal, de modo a cumprir as normas de acessibilidade previstas pela ABNT/NBR9050/2004, pelo decreto 6.949/2009 e pelo Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: o direito à escola acessível. Os recursos para as obras estruturais foram disponibilizados às escolas selecionadas por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

No total, 182 escolas foram receberem recursos do PEA e é uma leitura possível dos dados induz à identificação de uma mudança paulatina de mentalidade em relação aos direitos da pessoa com deficiência, pela preocupação com os aspectos de adequação arquitetônica como uma forma de acessibilidade.

E o terceiro, e último capítulo teve como eixo norteador as condições de acessibilidade das escolas municipais com base no Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas do Ministério da Educação.

A utilização do Manual de Acessibilidade Espacial para a Escolas (MEC, 2009) foi eficiente para identificar as necessidades em relação às adequações dos ambientes escolares. Notou-se que, mesmo identificando que os ambientes escolares não se encontram acessíveis para as crianças com deficiência e/ou mobilidade reduzida, elas participam das atividades realizadas nos ambientes com o auxílio dos colegas e de professores.

Com a aplicação do protocolo, foi possível comparar e distinguir as condições de acessibilidade de cada um de seus itens, entre às seis escolas avaliadas. Com esse instrumento, pôde-se identificar quais escolas que fizeram parte da pesquisa parecem ter

incorporado algumas características de acessibilidade física, em alguns itens, como: a) a largura e o desnível da soleira do portão de entrada dos alunos e das portas; b) a não presença de tapetes e capachos; c) as grades nas valetas de água pluvial; d) a largura dos corredores. Porém, alguns itens ainda necessitam de melhores projeções, pois foi percebida ausência: a) do piso antiderrapante; b) de passarelas dos caminhos ao ar livre; c) de linhas-guias; d) de suportes de proteção nas árvores; e) do piso tátil de alerta, nas lixeiras suspensas; f) dos corrimãos com dupla altura, nas escadas e nas rampas; g) de lugares reservados para usuários de cadeiras de rodas, nas quadras de esportes; h) de bebedouro com dupla altura de torneira, base recuada e barras de apoio junto ao equipamento, fixadas na parede; i) de banheiro adaptado.

Observou-se a necessidade de formação dos profissionais que avaliam e acompanham os processos de criação e reforma de espaços escolares, de modo a capacitá-los a utilizarem estratégias para ampliar a participação da criança durante as atividades em todos os ambientes da escola. Ademais, é fundamental que profissionais capacitados realizem uma proposta de adequação da escola, tornando-a acessível e seguro a todas as crianças, assim como é proposto pelo Desenho Universal.

Sugere-se para estudos futuros a ampliação deste estudo por meio da avaliação de acessibilidade de um número maior de escolas, estudos que proponham adaptações para os equipamentos recreativos e ambiente do parque nas escolas para que a inclusão comece pela base educacional, bem como propostas de formação para os profissionais que acompanham as crianças nesse ambiente.

Desta forma, confirmamos a nossa tese de que as escolas públicas municipais de Manaus, que implementaram o Programa Escola Acessível, não estão assegurando o direito dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida ao compartilharem os espaços escolares devido as condições de acessibilidade física, de comunicação e informação, conforme preconiza o Decreto Nº 5.296 (BRASIL, 2004) e a Lei Nº 13.146 (BRASIL, 2015).

No contexto acadêmico, em especial com o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) reitero o compromisso de continuar divulgando os resultados da pesquisa em revistas científicas qualificadas, bem como a aprovação de projetos de pesquisas em agências de fomentos no país. Exemplo disso é a aprovação de um projeto de pesquisa sobre Comunicação Alternativa e

Aumentativa em escolas municipais através do Edital Nº 006/2021 – PRODEB junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

A participação das atividades de formação, pesquisa e extensão do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial (NEPPD) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) estarão como estratégia de desdobramento da pesquisa sobre acessibilidade, já que desde 2012 venho participando de forma sistemática e esse processo foi fundamental para o prosseguimento do avanço dos estudos.

No âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Manaus, além da proposição da criação de uma Comissão de Acessibilidade e Inclusão Escolar, o desdobramento da pesquisa poderá se fazer através de eventos de socialização práticas exitosas e/ou eventos científicos, publicações de materiais de estudos, orientadores e informativos, bem como, participar de momentos de formação continuada de profissionais que atuam com alunos público-alvo da educação especial.

No contexto da sociedade contemporânea, a educação pública tem tríplice responsabilidade: ser agente de mudanças, capaz de gerar conhecimentos e desenvolver a ciência e a tecnologia trabalhar a tradição e os valores nacionais ante a pressão mundial de descaracterização da soberania das nações periféricas, preparar cidadãos capazes de entender o mundo, seu país, sua realidade e de transformá-la positivamente.

Segundo Habermas (1987), é possível reabilitar a sociedade no âmbito da esfera pública, de modo que as pessoas possam participar das decisões não por imposição, mas por uma disposição de dialogar e de buscar consenso, com base na racionalidade das ações expressas em normas jurídicas compartilhadas.

A emancipação objetiva de todas as formas de dominação torna-se possível se os indivíduos desenvolverem capacidades de aprendizagens baseadas em uma prática comunicativa. Aportados em Adorno, “A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica” (ADORNO, 2006, p. 21).

A pedagogia crítica é construída dia a dia, junto àqueles que sofrem a barbárie brutal de um sistema que nega os mais elementares direitos humanos a milhões de pessoas, meninas e meninos, unidos pelo desprezo e a indiferença que os poderosos lhes concedem.

Sei que hoje estou aqui, escrevendo as considerações finais da minha tese, convencido de que a luta contra o monopólio do conhecimento é a luta pela dignidade e

pelos direitos, porque me ofereceu a oportunidade que poucos tem a possibilidade de desfrutar, me dedicar à pesquisa da educação no contexto inclusivo.

REFERÊNCIAS

- ABATE, Tania Pietzschke; KOWALTOWSKI, Doris Catharine Cornélie Knatz. Avaliação de Pisos Táteis como Elemento de Wayfinding em Escola de Ensino Especial para Crianças com Deficiência Visual. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 53-71, Junho 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-86212017000200053&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Fev. 2021.
- ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, 3ª edição, Editora: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições, 2011.
- BOGDAN, Robert.; BIKLEN, Sari. **Características da investigação qualitativa**. In: Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Porto Editora, 1994.
- BRASIL. **Decreto N° 5.296**, de 02 de dezembro de 2004. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 27 mar. 2021.
- BRIDI, Fabiane Romano de Souza; MEIRELLES, Melina Chassot Benincasa. Atos de Ler a Educação Especial na Educação Infantil: Reordenações Políticas e os Serviços Educacionais Especializados. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 745-769, Set. 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3172/317231340008.pdf>>. Acesso em: 20 Jan. 2021.
- BROHN, J. M. **O que é dialética?** Tradução de Maria Resende. Lisboa: Antídoto, 1979.
- CALHEIROS, David dos Santos; MENDES, Enicéia Gonçalves; LOURENÇO, Gersa Ferreira. Considerações Acerca da Tecnologia Assistiva no Cenário Educacional Brasileiro. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 229-244, Jan./Mar.

2018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/3131/313154906018/html/index.html>>. Acesso em: 20 Jan. 2021.

CARMO, Bruno Cleiton Macedo do; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico; MERCADO, Elisângela Leal de Oliveira; MAGALHÃES, Luciana de Oliveira Rocha. Políticas Públicas Educacionais e Formação de Professores: Convergências e Distanciamentos na Área de Educação Especial. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, n. e113, p. 1-28. 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/3131/313158902114/index.html>>. Acesso em: 20 Jan. 2021.

CASTRO, Gisélia Gonçalves de; ABRAHÃO, Cesar Augusto França; NUNES, Ângela Xavier e; NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes do; FIGUEIREDO, Glória Lúcia Alves. Inclusão de Alunos com Deficiências em Escolas da Rede Estadual: Acessibilidade e Adaptações Estruturais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 93-106. 2018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/3131/313154906009/index.html>>. Acesso em: 06 Jan. 2021.

CORRÊA, Priscila Moreira. **Elaboração de um Protocolo para Avaliação de Acessibilidade Física em Escolas da Educação Infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, p. 174, 2010.

CORREA, Priscila Moreira; MANZINI, Eduardo José. Um Estudo Sobre as Condições de Acessibilidade em Pré-Escolas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 18, n. 2, p. 213-230, Junho 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Fev. 2021.

COSTA, Valdelúcia Alves da; CHAVES, Iduina Mont'Alverne; CARNEIRO, Waldeck (Org.). **Políticas Públicas de Educação: pesquisas em confluência**. Niterói: Intertexto, 2009.

CROCHÍK, José Leon et al. (Org.). **Inclusão e discriminação na educação escolar**. São Paulo: Editora Alínea, 2013.

DIAS, Cristiani de Oliveira. **De Olho na Tela: requisitos de acessibilidade em objetos de aprendizagem para alunos cegos e com limitação visual**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 162, 2010.

DIAS, Edmilson Queiroz. **Acessibilidade Espacial e Inclusão em Escolas Municipais de Educação Infantil**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Bauru, p. 206, 2016.

DISCHINGER, Marta. **Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: o direito à escola acessível**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.

DUARTE, Newton. **As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento**. Revista Brasileira de Educação, Belo Horizonte, n. 18, p. 35-40, 2000.

DUEK, Viviane Preichardt. Formação Continuada: Análise dos Recursos e Estratégias de Ensino para a Educação Inclusiva sob a Ótica Docente. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 2, p. 17-42. 2014. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/3993/399360938002.pdf> >. Acesso em: 06 Jan. 2021.

DUTRA, Claudia; GRIBOSKI, Claudia. **Educação Inclusiva: um projeto coletivo de transformação do sistema educacional**. In: _____. Ensaios Pedagógicos: educação inclusiva direito à diversidade. p. 17 – 24. jul./dez. 2010. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos.pdf> >. Acesso em: 06 Jul. 2022.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

EVANGELO, Larissa Silva. **Avaliação da Acessibilidade e Mobilidade Arquitetônica em Escolas de Ensino Fundamental de Viçosa – MG**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, p. 174, 2014.

FIorentini, Dario. **Tendências temáticas e metodológicas da pesquisa em educação matemática**. In: ENCONTRO PAULISTA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 1., 1989, Campinas. Anais... SBEM, 1989. p.186-193.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 12ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GARCIA, Fabiane Maia; BRAZ, Aissa Thamy Alencar Mendes. Deficiência Visual: Caminhos Legais e Teóricos da Escola Inclusiva. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 108, p. 622-641, set. 2020. Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/jatsRepo/3995/399563646008/index.html>>. Acesso em: 06 Jan. 2021.

GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. A Acessibilidade e a Educação: Um Direito Constitucional como Base para um Direito Social da Pessoa com Deficiência. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 217-232. 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3131/313127405004.pdf>>. Acesso em: 06 Jan. 2021.

Habermas, Jürgen. **Técnica e ciência como "ideologia"**. Lisboa, Edições 70, 1987.

JURGENSEN, Bruno Damien da Costa Paes. “Lendo e escrevendo o mundo” com Matemática: Estudando Trigonometria com Alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental. **Bolema**, Rio Claro, v. 33, n. 65, p. 1400-1423, Dez. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-636X2019000301400&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Fev. 2021.

KASPER, Andrea de Aguiar. **Sistema Norteador para Projetos Interativos (SINPI): abordagem da percepção espacial, da arquitetura escolar inclusiva e da usabilidade orientada para a interação espacial de alunos com restrições visuais**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 372, 2013.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KRAEMER, Graciele Marjana; THOMA, Adriana da Silva. Acessibilidade como Condição de Acesso, Participação, Desenvolvimento e Aprendizagem de Alunos com Deficiência. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 554-563, Set. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000300554&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Fev. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LEITE, Graciliana Garcia; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez. Percurso Escolar de Alunos com Deficiência na Educação de Jovens e Adultos, Nível Ensino Médio. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 24, n. 1, p. 17-32, Mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Fev. 2021.

LERIA, Lucinda De Almeida et al. Enem Acessível: Autonomia para a Pessoa com Deficiência Visual Total no Exame Nacional do Ensino Médio. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 24, n. 1, p. 103-120, Mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000100103&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Fev. 2021.

LIPPE, Eliza Oliveira; ALVES, Fabio de Souza; CAMARGO, Eder Pires de. Análise do Processo Inclusivo em uma Escola Estadual no Município de Bauru: A Voz de um Aluno com Deficiência Visual. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p.81-94. 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=129523881005>>. Acesso em: 06 Jan. 2021.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Elisa Dalmazo Afonso de. **Métodos de coleta de dados**: observação, entrevista e análise documental. In: _____. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. p. 25-44.

MACHADO, Michela Lemos Silveira. **O Trabalho Docente Colaborativo na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade Federal do Pampa. Bagé, p. 168, 2019.

MANZINI, Eduardo José; CORRÊA, Priscila Moreira. **Avaliação de acessibilidade na educação infantil e no ensino superior**. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2014.

MARQUES, Circe Mara; CARON, Lurdes; CRUZ, Adriane Alves da. Inclusão da Criança com Deficiência no Ensino Regular: Olhar das Famílias Sobre a Inclusão na Escola. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2013499, p. 1-18. 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/894/89462860010/html/index.html>>. Acesso em: 06 Jan. 2021.

MARTINS, Mary Grace. **Direito à Educação e Acessibilidade às Tecnologias de Informação e Comunicação por Alunos com Deficiência**. Dissertação (Mestrado em Educação), - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 172, 2010.

MATOS, Maria Almerinda de Souza; LEMOS, Cátia de; BATISTA, Claudenilson Pereira. **Os Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação e a Pessoa com Deficiência Visual**: um olhar crítico-analítico no contexto amazônico. 2017. Revista Amazônica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade

Federal do Amazonas. Disponível em: <www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/3537>. Acesso em: 06 Dez. 2022.

MATOS, Maria Almerinda de Souza Matos; SOUZA, Danilo Batista de; OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. **Acessibilidade e educação infantil**: o processo de inclusão do público-alvo da educação especial em Manaus/AM. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n. esp.1, p. 760–774, 2019.

MATOS, Maria Almerinda de Souza; SANTOS, Christiane Bruce dos; SOUZA, Danilo Batista de; SADIM, Geysel Patrizzia Teixeira. Os Recursos de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva na Sala de Recursos Multifuncionais nas Escolas Municipais de Manaus/AM. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp. 1, p. 932–947, 2020. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/jatsRepo/6198/619865687016/index.html>>. Acesso em: 06 Jan. 2021.

MATOS, Maria Almerinda de Souza; SOUZA, Danilo Batista de. **A produção científica na área de acessibilidade nas revistas brasileiras de educação especial**. *Debates em Educação*, Maceió, v. 12, n. 28, p. 215-231, Set./Dez. 2020. ISSN 2175-6600. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/8899>

MAZZARINO, Jane Márcia; FALKENBACH, Atos; RISSI, Simone. Acessibilidade e Inclusão de uma Aluna com Deficiência Visual na Escola e na Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 87-102, Mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892011000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Fev. 2021.

MENDES, Clayton Silva. **Análise das Condições de Acessibilidade em Equipamentos Públicos Educacionais no Município de Passos – MG**. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, p. 163, 2018.

MÜLLER, Marcelle Suzete. **Diretrizes para Projetos de Parques Infantis Escolares Acessíveis**. Dissertação (Mestrado em Design) – Centro de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 200, 2013.

OLIVA, Diana Villac. Barreiras e Recursos à Aprendizagem e à Participação de Alunos em Situação de Inclusão. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 492-502, Dez. 2016.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642016000300492&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Fev. 2021.

OLIVEIRA, Patrícia Santos de; NUNES, João Paulo da Silva; MUNSTER, Mey de Abreu van. Educação Física Escolar e Inclusão: Uma Revisão Sistemática da Produção Discente na Pós-Graduação Brasileira. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 570-590. 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=89453001016>>. Acesso em: 06 Jan. 2021.

PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag et al. Repercussão de Políticas Públicas Inclusivas Segundo Análise das Pessoas com Deficiência. Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 498-504, Set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452015000300498&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Fev. 2021.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PINTO, A. V. **Ciência e Existência: Problemas Filosóficos da Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PIMENTEL, Susana Couto; NASCIMENTO, Lucinéia Jesus. A Construção da Cultura Inclusiva na Escola Regular: Uma Ação Articulada pela Equipe Gestora. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, n. 39, p. 101-114. 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71546154008>>. Acesso em: 06 Jan. 2021.

RIBEIRO, Luiz Ricardo Gonzaga; MENEGON, Nilton Luiz; CAMAROTTO, João Alberto. Realidade Virtual Aplicada à Projetos em Ergonomia: Revisão Sistemática de Literatura. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 40., Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos ... Foz do Iguaçu: ENEGEP**, 2020. p. 1-17. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_WPG_349_1794_41089.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

RIBEIRO, Vívian Martins; FERRAZ, Denise Pereira de Alcantara; OLIVEIRA, Juliani Flávia de; LOPES, Stefano Maximo. O Uso das Salas de Recursos Multifuncionais para o Ensino de Ciências: Um Estudo Sobre Inclusão. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 6, p. 1-19. 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/5606/560662197016/html/index.html>>. Acesso em: 06 Jan. 2021.

ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado; DESIDERIO, Sara Vieira; MASSARO, Munique. Avaliação da Acessibilidade do Parque Durante o Brincar de Crianças com Paralisia Cerebral na Escola. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 24, n. 1, p. 73-88, Mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000100073&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Fev. 2021.

RODRIGUES, Eliane Gomes. **Acessibilidade Arquitetônica nas Escolas Estaduais de Governador Valadares: Caminhos e Desafios para a Equidade**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, p. 111, 2019.

ROSA, Denise Ferreira da; MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. Gestão Escolar e a produção discursiva do aluno incluído. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria, v. 6, n. 11, p. 85-100, Jan./Abr. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/24714>>. Acesso em: 20 Jan. 2021.

ROSA, Denise Ferreira da; MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. Gestão Escolar e a Produção Discursiva do Aluno Incluído. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria, v. 6, n. 11, p. 85-100. 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471855299008>>. Acesso em: 06 Jan. 2021.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **A Dialética na Pesquisa em Educação**: Elementos de Contexto. In: FAZENDA, I. Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo: Cortez, 1989.

SANTIAGO, Taís de Magalhães. **Vi(ver) Arte: Por uma Educação em Artes Visuais Inclusiva**. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade de Brasília. Brasília, p. 113, 2016.

SANTOS, Mavíael Leonardo Almeida dos. **Política de Inclusão Escolar: Uma Análise do Programa Escola Acessível**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 191, 2017.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-crítica**: Primeiras aproximações. 9. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

SILVA FILHO, Daniel Mendes da; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Acessibilidade nas Escolas como uma Questão de Direitos Humanos. **Revista Educação**

Especial, Santa Maria, v. 32, n. e27, p. 1-19. 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/3131/313158902027/html/index.html>>. Acesso em: 20 Jan. 2021.

SILVA JUNIOR, Samuel Vinente da; MARQUES, Maria do Perpétuo Socorro Duarte. Atendimento Educacional Especializado: Um Estudo Comparativo Sobre a Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais no Brasil. **Revista Exitus**, Santarém, v. 5, n. 1, p. 50-69. 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5531/553156345005.pdf>>. Acesso em: 06 Jan. 2021.

SILVA, Márcia Duarte da. **Acessibilidade e Inclusão: A Eficácia do Programa Escola Acessível em Escolas das Redes Municipal e Estadual de Salvador, Bahia, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) - Universidade Católica do Salvador. Salvador, p. 149, 2019.

SOUZA, Danilo Batista de. **Acessibilidade e Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência e/ou Mobilidade Reduzida na Escola Pública**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, p. 128, 2017.

SOUZA, Regina Maria; LIPPE, Eliza Marcia de Oliveira. Decreto 6.949/2009: Avanço ou Retorno em Relação à Educação dos Surdos?. **Calidoscópico**, São Leopoldo, v. 10, n. 1, p.12-23. 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=571561868002>>. Acesso em: 06 Jan. 2021.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VIANNA, Heraldo Maecelim. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Editora Plano, 2003.

VIEIRA, Sônia Aparecida Alvarenga. **Política Estadual de Educação Especial no Espírito Santo: Cartografando Espaços Locais**. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, p.192, 2018.

VILAS BOAS, Patrícia Augusta Ferreira. **A Política Educacional do Distrito Federal e o Uso de Tecnologias no Apoio à Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. Brasília, p. 188, 2014.

APÊNDICE 01: RELAÇÃO DE TRABALHOS SELECIONADOS NA REVISÃO SISTEMÁTICA

REVISÃO SISTEMÁTICA ("Programa Escola Acessível" OR acessibilidade AND escola							
BDTD: 16 trabalhos / REDALYC: 17 artigos / SCIELO: 10 artigos = 43 TRABALHOS SELECIONADOS NO ESTUDO							
Nº	BASE	Descritor	Tipo	Título	Autores	Periódico/Instituição	Ano
1	BDTD	"Programa Escola Acessível"	Dissertação	Política de inclusão escolar: uma análise do Programa Escola Acessível	SANTOS, Mavíael Leonardo Almeida dos	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2017
2	BDTD	"Programa Escola Acessível"	Tese	Política Estadual de Educação Especial no Espírito Santo: Cartografando Espaços Locais	VIEIRA, Sônia Aparecida Alvarenga	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	2018
3	BDTD	"Programa Escola Acessível"	Dissertação	Acessibilidade e inclusão: a eficácia do Programa Escola Acessível em escolas das Redes Municipal e Estadual de Salvador, Bahia, Brasil	SILVA, Márcia Duarte da	Universidade Católica do Salvador (PUC/Salvador)	2019
4	BDTD	acessibilidade AND escola	Dissertação	De olho na tela : requisitos de acessibilidade em objetos de aprendizagem para alunos cegos e com limitação visual	Dias, Cristiani de Oliveira	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2010
5	BDTD	acessibilidade AND escola	Dissertação	Direito à educação e acessibilidade às tecnologias de informação e comunicação por alunos com deficiência	Mary Grace Martins	Universidade de São Paulo	2010
6	BDTD	acessibilidade AND escola	Dissertação	Elaboração de um protocolo para avaliação de acessibilidade física em escolas da educação infantil	Corrêa, Priscila Moreira	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	2010
7	BDTD	acessibilidade AND escola	Dissertação	Diretrizes para projetos de parques infantis escolares acessíveis	Müller, Marcelle Suzete	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2013
8	BDTD	acessibilidade AND escola	Tese	Sistema norteador para projetos interativos (SINPI) : abordagem da percepção espacial, da arquitetura escolar inclusiva e da usabilidade orientada para a interação espacial de alunos com restrições visuais	Kasper, Andrea de Aguiar	Universidade Federal de Santa Catarina	2013

9	BDTD	acessibilidade AND escola	Dissertação	A política educacional do Distrito Federal e o uso de tecnologias no apoio à inclusão escolar de alunos com deficiência	Vilas Boas, Patrícia Augusta Ferreira	Universidade de Brasília	2014
10	BDTD	acessibilidade AND escola	Dissertação	Avaliação da acessibilidade e mobilidade arquitetônica em escolas de ensino fundamental de Viçosa-MG	Evangelo, Larissa Silva	Universidade Federal de Viçosa	2014
11	BDTD	acessibilidade AND escola	Dissertação	Acessibilidade espacial e inclusão em escolas municipais de educação infantil	Dias, Edmilson Queiroz	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	2016
12	BDTD	acessibilidade AND escola	Dissertação	Vi(ver) arte : por uma educação em artes visuais inclusiva	Santiago, Taís de Magalhães	Universidade de Brasília	2016
13	BDTD	acessibilidade AND escola	Dissertação	Acessibilidade e inclusão escolar de alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida na escola pública	SOUZA, Danilo Batista de	Universidade Federal do Amazonas	2017
14	BDTD	acessibilidade AND escola	Dissertação	Análise das condições de acessibilidade em equipamentos públicos educacionais no município de Passos – MG	Mendes, Clayton Silva	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	2018
15	BDTD	acessibilidade AND escola	Dissertação	Acessibilidade arquitetônica nas escolas estaduais de Governador Valadares: caminhos e desafios para a equidade	Rodrigues, Eliane Gomes	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	2019
16	BDTD	acessibilidade AND escola	Dissertação	O trabalho docente colaborativo na perspectiva da educação inclusiva	Machado, Michela Lemos Silveira	Universidade Federal do Pampa	2019
17	REDALYC	"Programa Escola Acessível"	Artigo	Atos de Ler a Educação Especial na Educação Infantil: reordenações políticas e os serviços educacionais especializados	Fabiane Romano de Souza Bridi e Melina Chassot Benincasa Meirelles	Educação & Realidade	2014
18	REDALYC	"Programa Escola Acessível"	Artigo	Gestão Escolar e a Produção Discursiva do Aluno Incluído	Denise Ferreira da Rosa e Eliana da Costa Pereira de Menezes	Regae - Revista de Gestão e Avaliação Educacional	2017
19	REDALYC	"Programa Escola Acessível"	Artigo	Considerações acerca da tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro	David dos Santos Calheiros, Enicéia Gonçalves Mendes e	Revista Educação Especial	2018

					Gerusa Ferreira Lourenço		
20	REDALYC	"Programa Escola Acessível"	Artigo	Acessibilidade nas escolas como uma questão de direitos humanos	Daniel Mendes da Silva Filho e Mônica de Carvalho Magalhães Kassar	Revista Educação Especial	2019
21	REDALYC	"Programa Escola Acessível"	Artigo	Políticas públicas educacionais e formação de professores: convergências e distanciamentos na área de Educação Especial	Bruno Cleiton Macedo do Carmo, Neiza de Lourdes Frederico Fumes, Elisangela Leal de Oliveira Mercado e Luciana de Oliveira Rocha Magalhães	Revista Educação Especial	2019
22	REDALYC	acessibilidade AND escola	Artigo	A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência	Elaine Maria Bessa Rebello Guerreiro	Revista Educação Especial	2012
23	REDALYC	acessibilidade AND escola	Artigo	Análise do Processo Inclusivo em uma Escola Estadual no Município de Bauru: A Voz de um Aluno com Deficiência Visual	Eliza Oliveira Lippe, Fabio de Souza Alves e Eder Pires de Camargo	Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências	2012
24	REDALYC	acessibilidade AND escola	Artigo	Decreto 6.949/2009: avanço ou retorno em relação à Educação dos Surdos?	Eliza Marcia de Oliveira Lippe	Calidoscópico	2012
25	REDALYC	acessibilidade AND escola	Artigo	Formação continuada: análise dos recursos e estratégias de ensino para a educação inclusiva sob a ótica docente	Viviane Preichardt Duek	Educação em Revista - UFMG	2014
26	REDALYC	acessibilidade AND escola	Artigo	Atendimento Educacional Especializado: um estudo comparativo sobre a implantação das salas de recursos multifuncionais no Brasil	Samuel Vinente da Silva Junior e Maria do Perpétuo Socorro Duarte Marques	Revista EXITUS	2015

27	REDALYC	acessibilidade AND escola	Artigo	A construção da cultura inclusiva na escola regular: uma ação articulada pela equipe gestora	Susana Couto Pimentel e Lucinéia Jesus Nascimento	EccoS Revista Científica	2016
28	REDALYC	acessibilidade AND escola	Artigo	Educação Física Escolar e Inclusão: uma revisão sistemática da produção discente na Pós-Graduação brasileira	Patrícia Santos de Oliveira, João Paulo da Silva Nunes e Mey de Abreu van Munster	Práxis Educativa (Brasil)	2017
29	REDALYC	acessibilidade AND escola	Artigo	Inclusão de alunos com deficiências em escolas da rede estadual: acessibilidade e adaptações estruturais	Gisélia Gonçalves de Castro, Cesar Augusto França Abrahão, Ângela Xavier e Nunes, Lilian Cristina Gomes do Nascimento e Glória Lúcia Alves Figueiredo	Revista Educação Especial	2018
30	REDALYC	acessibilidade AND escola	Artigo	O uso das salas de recursos multifuncionais para o ensino de ciências: um estudo sobre inclusão	Vívian Martins Ribeiro, Denise Pereira de Alcantara Ferraz, Juliani Flávia de Oliveira e Stefano Maximo Lopes	Research, Society and Development	2019
31	REDALYC	acessibilidade AND escola	Artigo	Deficiência visual: caminhos legais e teóricos da escola inclusiva	Fabiane Maia Garcia e Aissa Thamy Alencar Mendes Braz	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	2020
32	REDALYC	acessibilidade AND escola	Artigo	Inclusão da criança com deficiência no ensino regular: olhar das famílias sobre a inclusão na escola	Circe Mara Marques, Lurdes Caron e Adriane Alves da Cruz	Práxis Educativa (Brasil)	2020

33	REDALYC	acessibilidade AND escola	Artigo	Os Recursos de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva na Sala de Recursos Multifuncionais nas Escolas Municipais de Manaus/AM	Maria Almerinda de Souza MATOS, Christiane Bruce dos SANTOS, Danilo Batista de SOUZA e Geysel Patrizzia Teixeira SADIM	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	2020
34	SCIELO	acessibilidade AND escola	Artigo	Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na educação física	Jane Márcia Mazzarino, Atos Falkenbach e Simone Rissi	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	2011
35	SCIELO	acessibilidade AND escola	Artigo	Um estudo sobre as condições de acessibilidade em pré-escolas	Priscila Moreira Corrêa e Eduardo José Manzini	Revista Brasileira de Educação Especial	2012
36	SCIELO	acessibilidade AND escola	Artigo	Repercussão de políticas públicas inclusivas segundo análise das pessoas com deficiência	Lorita Marlena Freitag Pagliuca, Monaliza Ribeiro Mariano, Paula Marciana Pinheiro de Oliveira, Mariana Gonçalves de Oliveira, Inacia Satiro Xavier de França e Paulo Cesar de Almeida	Escola Anna Nery	2015
37	SCIELO	acessibilidade AND escola	Artigo	Barreiras e recursos à aprendizagem e à participação de alunos em situação de inclusão	Diana Villac Oliva	Psicologia USP	2016
38	SCIELO	acessibilidade AND escola	Artigo	Avaliação de pisos táteis como elemento de wayfinding em escola de ensino especial para crianças com deficiência visual	Tania Pietzschke Abate e Doris Catharine Cornélie Knatz Kowaltowski	Ambiente Construído	2017

39	SCIELO	acessibilidade AND escola	Artigo	Acessibilidade como Condição de Acesso, Participação, Desenvolvimento e Aprendizagem de Alunos com Deficiência	Graciele Marjana Kraemer e Adriana da Silva Thoma	Psicologia: Ciência e Profissão	2018
40	SCIELO	acessibilidade AND escola	Artigo	Avaliação da Acessibilidade do Parque Durante o Brincar de Crianças com Paralisia Cerebral na Escola	Aila Narene Dahwache Criado ROCHA, Sara Vieira DESIDÉRIO e Munique MASSARO	Revista Brasileira de Educação Especial	2018
41	SCIELO	acessibilidade AND escola	Artigo	Enem Acessível: Autonomia para a Pessoa com Deficiência Visual Total no Exame Nacional do Ensino Médio	Lucinda De Almeida LERIA, Lucia Vilela Leite FILGUEIRAS, Francisco José Fraga da SILVA e Leonardo Alves FERREIRA	Revista Brasileira de Educação Especial	2018
42	SCIELO	acessibilidade AND escola	Artigo	Percurso Escolar de Alunos com Deficiência na Educação de Jovens e Adultos, Nível Ensino Médio	Graciliana Garcia LEITE e Juliane Aparecida de Paula Perez CAMPOS	Revista Brasileira de Educação Especial	2018
43	SCIELO	acessibilidade AND escola	Artigo	“Lendo e escrevendo o mundo” com Matemática: estudando trigonometria com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental	Bruno Damien da Costa Paes Jürgensen	Bolema: Boletim de Educação Matemática	2019

APÊNDICE 02: CATEGORIAS DOS TRABALHOS QUE FIZERAM PARTE DA REVISÃO SISTEMÁTICA

CATEGORIAS	NÚMEROS DOS TRABALHOS (APÊNDICE 01)
Avaliação das Condições de Acessibilidade	4, 6, 7, 8, 10, 11, 14, 15, 29, 35, 40
Inclusão Escolar (Geral)	5, 12, 16, 25, 27, 28, 30, 32, 33, 42, 43
Programa Escola Acessível	1, 2, 3, 17, 18, 19, 20, 21
Políticas Públicas Inclusivas	9, 13, 22, 24, 26, 36, 39
Deficiência Visual	23, 31, 34, 37, 38, 41

Fonte: Autoria própria.

APÊNDICE 03: LISTA DE ESCOLAS QUE RECEBERAM RECURSOS DO PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL NA SEMED/MANAUS

Nº	ESCOLA	REGIÃO GEOGRÁFICA	ANO	TOTAL
1	EM Rodolpho Valle	Centro-Oeste	2011	13 escolas
2	EM Nossa Senhora da Paz – Urbana	Centro-Oeste	2011	
3	EM Abílio Nery	Centro-Oeste	2011	
4	EM Profa. Gelcy Sena Abrantes	Centro-Oeste	2011	
5	EM Desembargador Candido Honório Ferreira	Centro-Oeste	2013	
6	EM Elinea Folhadela	Centro-Oeste	2013	
7	EM Imaculada Conceição	Centro-Oeste	2013	
8	CMEI Graziela Ribeiro	Centro-Oeste	2017	
9	CMEI Hermann Gmeiner	Centro-Oeste	2017	
10	CMEI Romualdo Rubim	Centro-Oeste	2017	
11	EM Profa. Noemia Santana do Nascimento	Centro-Oeste	2017	
12	EM Maria Rufina de Almeida	Centro-Oeste	2018	
13	EM Firme na Fé	Centro-Oeste	2018	
14	EM Waldir Garcia	Centro-Sul	2013	06 escolas
15	EM Arthur Cezar Ferreira Reis	Centro-Sul	2013	
16	EM Profa. Maria José Nunes da Luz	Centro-Sul	2013	
17	CMEI Humberto de Alencar Castelo Branco	Centro-Sul	2017	
18	CMEI Francisco Pereira da Silva	Centro-Sul	2017	
19	EM Historiador Mario Ypiranga Monteiro	Centro-Sul	2017	
21	EM Ana Maria de Souza Barros	Leste I	2010	26 escolas
22	EM Profa. Regina Vitória Pires Muniz	Leste I	2011	
23	EM Presidente Tancredo Neves	Leste I	2012	
24	EM Arte e Cultura	Leste I	2013	
25	EM Pequeno Príncipe	Leste I	2013	
26	EM João Chrysostomo de Oliveira	Leste I	2013	
27	EM Rui Barbosa Lima	Leste I	2014	
28	EM Francisca Mendes	Leste I	2014	
29	EM Leonor Uchoa de Amorim	Leste I	2014	
30	CMEI Poeta Antonio Gonçalves Dias	Leste I	2014	
31	EM Maria do Carmo Rebello de Souza	Leste I	2014	
32	EM Dom Luiz Soares Vieira	Leste I	2017	
33	EM Roberto Ruiz Hernandez	Leste I	2017	
34	EM Vila da Felicidade	Leste I	2017	
35	EM Julia Barjona Labre	Leste I	2017	
36	CMEI Abelhinha	Leste I	2017	
37	CMEI Padre Luis Ruas	Leste I	2017	
38	CMEI Umberto Calderaro Filho	Leste I	2017	

39	CMEI Poeta Manuel Bandeira	Leste I	2017	
40	CMEI Nossa Senhora da Conceição	Leste I	2017	
41	EM Profa. Maria Rodrigues Tapajós	Leste I	2017	
42	CMEI Antonio Anastacio Cavalcante	Leste I	2017	
43	EM Nova Vida	Leste I	2018	
44	EM Prof. Agenor Ferreira Lima	Leste I	2018	
45	CEMEJA Prof. Samuel Benchimol	Leste I	2018	
46	EM Antonina Borges de Sá	Leste I	2018	
47	EM São Luiz	Leste II	2011	33 escolas
48	EM Lili Benchimol	Leste II	2012	
49	EM Padre João Drives	Leste II	2013	
50	EM Violeta de Matos Areosa	Leste II	2013	
51	EM Profa. Edinir Telles Guimarães	Leste II	2013	
52	EM São Sebastião – Urbana	Leste II	2013	
53	EM Profa. Zenaira Bentes Monteiro Pastor	Leste II	2013	
54	EM Prof. Alvaro Cesar de Carvalho	Leste II	2013	
55	EM Profa. Aribaldina de Lima Brito	Leste II	2013	
56	EM Doutor Paulo Pinto Nery	Leste II	2013	
57	EM Prof. Themistocles Pinheiro Gadelha	Leste II	2014	
58	EM Cleonice de Meneses Fernandes	Leste II	2014	
59	EM Jose Garcia Rodrigues	Leste II	2014	
60	EM Hiran de Lima Caminha	Leste II	2014	
61	EM Prof. João Castro Filho	Leste II	2014	
62	CMEI Maria Emilia Mestrinho	Leste II	2017	
63	CMEI Profa. Dulcineia Tinoco	Leste II	2017	
64	EM Jorge Amado	Leste II	2017	
65	EM Frei Mario Monacelli de Grello	Leste II	2017	
66	EM Raimunda Nonata Soares de Deus	Leste II	2017	
67	EM Nossa Senhora Aparecida	Leste II	2017	
68	EM Pintora Tarsila do Amaral	Leste II	2017	
69	CMEI Profa. Renata Holanda de Souza Gonçalves	Leste II	2017	
70	EM Prof. Ivomar de Lima Vieira	Leste II	2017	
71	EM Lucilene de Sena Guimarães	Leste II	2017	
72	CMEI Profa. Adelaide Bessa Wanderley	Leste II	2017	
73	EM Francinete Rocha Brasil	Leste II	2017	
74	CMEI Profa. Angela Maria Honorato da Costa	Leste II	2017	
75	EM Profa. Eliana Socorro Pacheco Braga	Leste II	2017	
76	CMEI Profa. Maria Amelia Tavares Lopes	Leste II	2017	
77	EM Manoel Francisco Garcia Marques	Leste II	2017	
78	EM Francisco Nunes da Silva	Leste II	2018	
79	EM Profa. Igues de Vasconcelos Dias	Leste II	2018	
20	EM Benjamim Matias Fernandes	Norte	2018	

80	EM Djalma Passos	Norte	2010	47 escolas
81	EM Nina de Araujo Costa Lins	Norte	2010	
82	EM Profa. Jarlece da Conceição Zaranza	Norte	2010	
83	EM Presidente João Goulart	Norte	2011	
84	EM Aristofanes Bezerra de Castro	Norte	2011	
85	EM Governador Eduardo Ribeiro	Norte	2012	
86	EM Senador Alvaro Botelho Maia	Norte	2013	
87	EM Prof. Julio Cesar de Moraes Passos	Norte	2013	
88	EM Profa. Sonia Maria da Silva Barbosa	Norte	2013	
89	EM Sociologo Hebert Jose de Souza	Norte	2014	
90	EM Santa Rita de Cassia	Norte	2014	
91	EM Profa. Rita de Cassia Cassiano da Silva	Norte	2014	
92	EM Profa. Marly Barbosa Garganta	Norte	2014	
93	CMEI Prof. Rozendo Neto de Lima	Norte	2016	
94	EM Prof. Roberto da Silva Peixoto	Norte	2016	
95	CMEI Prof. Caio Carlos Frota de Medeiros	Norte	2016	
96	EM Miguel Arraes de Alencar	Norte	2017	
97	CMEI Mario Jorge Couto Lopes	Norte	2017	
98	CMEI Tenente Roxana Pereira Bonessi	Norte	2017	
99	EM Irmã Zenir de Castro Alves	Norte	2017	
100	CMEI Elson Farias	Norte	2017	
101	CMEI Padre Claudio Dalbon	Norte	2017	
102	CMEI Argentina Barros	Norte	2017	
103	EM Profa. Ruth Costa	Norte	2017	
104	CMEI Irmão Ciro Raimundo Martins Fonseca	Norte	2017	
105	CMEI Profa. Santina Castro Pereira	Norte	2017	
106	CMEI Rosira dos Santos Monteiro	Norte	2017	
107	CMEI Eva Gomes do Nascimento	Norte	2017	
108	CMEI Ailton Roth	Norte	2017	
109	EM Escritor Erico Verissimo	Norte	2017	
110	CMEI São Judas Tadeu	Norte	2017	
111	CMEI Profa. Rita Etelvina Cassia Gomes Mourão	Norte	2017	
112	CMEI Heliodoro Balbi	Norte	2017	
113	EM Profa. Rosina Araújo Moura	Norte	2017	
114	CMEI Onias Bento da Silva Filho	Norte	2017	
115	EM Almeron Caminha Monteiro	Norte	2017	
116	CMEI Maria da Fé Xerex Anzoategui	Norte	2017	
117	CMEI Paulo Herban Jacob	Norte	2017	
118	CMEI Irmã Evelina Trindade	Norte	2017	
119	CMEI Prof. Dr. Felix Valois Coelho	Norte	2017	
120	EM Profa. Isabel Victoria do Carmo Ribeiro	Norte	2017	
121	EM Rubens Sverner	Norte	2018	

122	EM Carmem Guimarães Hagge	Norte	2018	
123	EM Engenheiro João Alberto Menezes Braga	Norte	2018	
124	EM Jornalista Sabá Raposo	Norte	2018	
125	EM Prof. Nilton Lins	Norte	2018	
126	EM Profa. Percilia do Nascimento Souza	Oeste	2011	25 escolas
127	EM Senador Fabio Pereira de Lucena Bittencourt	Oeste	2011	
128	EM Monsenhor Francisco da Silveira Pinto	Oeste	2013	
129	EM General Aristides Barreto	Oeste	2013	
130	EM Serafina Cinque	Oeste	2013	
131	EM Escritor Lima Barreto	Oeste	2013	
132	CMEI Madre Elisia	Oeste	2013	
133	EM Nestor Jose Soeiro do Nascimento	Oeste	2014	
134	EM Paula Frassinetti	Oeste	2014	
135	EM Santo Agostinho	Oeste	2014	
136	EM João Aparecido Alves dos Santos	Oeste	2016	
137	EM São José	Oeste	2017	
138	EM São Dimas	Oeste	2017	
139	CMEI Blandino José Ribeiro	Oeste	2017	
140	CMEI Nilza de Melo Godoy	Oeste	2017	
141	CMEI Profa. Elza Cruz de Oliveira	Oeste	2017	
142	CMEI Senador Alvaro Botelho Maia	Oeste	2017	
143	CMEI Profa. Naide Soares de Oliveira	Oeste	2017	
144	CMEI Profa. Maria de Fátima Marques Campos	Oeste	2017	
145	CMEI Mary Assayag Hannan	Oeste	2017	
146	EM Eliana Lucia Monteiro da Silva	Oeste	2018	
147	EM Prof. Alberto Makaren	Oeste	2018	
148	EM Carlos Gomes	Oeste	2018	
149	EM São Vicente de Paula	Oeste	2018	
150	EM Domingos Savio	Oeste	2018	
151	EM José Sobreira do Nascimento	Ribeirinha	2017	06 escolas
152	EM Carlos Santos	Rodoviária	2017	
153	EM João Paulo II	Rodoviária	2017	
154	EM Profa. Neuza dos Santos Ribeiro	Rodoviária	2017	
155	EM Profa. Francisca Campos Correa	Rodoviária	2017	
156	CMEI Ismail Aziz	Rodoviária	2017	
157	EM Profa. Maria Lira Pereira	Sul	2010	26 escolas
158	CMEI Dalva Maria Costa e Silva	Sul	2011	
159	CMEI Prof. José Erico Pereira de Souza	Sul	2011	
160	EM Prof. Jose Wanderberg Ramos Leite	Sul	2012	
161	EM Thales Silvestre	Sul	2013	
162	EM Padre Sebastião Luiz dos Santos Puga Barbosa	Sul	2013	
163	EM José Carlos Martins Mestrinho	Sul	2013	

164	EM Joaquim da Silva Pinto	Sul	2014
165	CMEI Profa. Odete de Araujo Puga Barbosa	Sul	2014
166	CMEI Doutor Fernando Trigueiro	Sul	2017
167	EM Desembargador Felismino Francisco Soares	Sul	2017
168	EM Profa. Adelaide Tavares de Macedo	Sul	2017
169	EM Doutor Geraldo Pinheiro	Sul	2017
170	EM Tereza Rosa Aguiar Abtibol	Sul	2017
171	EM José Tavares de Macedo	Sul	2017
172	EM Comunitária Sagrado Coração de Jesus	Sul	2017
173	CMEI Maestro Dirson Costa	Sul	2017
174	CMEI Gustavo Capanema	Sul	2017
175	CMEI Coração de Jesus	Sul	2017
176	CMEI Juracy Freitas Maciel	Sul	2017
177	CMEI Profa. Safira Barbosa da Silva	Sul	2017
178	CMEI Violeta Branca Menescal de Oliveira	Sul	2017
179	Pré-Escolar Infante Tiradentes Petrópolis	Sul	2017
180	EM Dr. Sérgio Alfredo Pessoa Figueiredo	Sul	2017
181	EM Amine Daou Lindoso	Sul	2018
182	EM Anastacio Assunção	Sul	2018

APÊNDICE 04: TERMO DE CONSENTIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Prezado(a) Gestor(a) Escolar,

Meu nome é Danilo Batista de Souza, sou aluno do curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Eu e minha orientadora estamos desenvolvendo uma pesquisa sobre o processo de implementação do Programa Escola Acessível nas escolas públicas da rede municipal de Manaus.

Para isso, precisamos compreender, com base na legislação brasileira, na produção científica, nos dados educacionais censitários e nos documentos escolares, a implementação do Programa Escola Acessível na cidade de Manaus/AM, assim como a situação da acessibilidade de escolas que receberam recursos do programa com o intuito da efetivação de um sistema educacional inclusivo.

Pela sua experiência, aqui na escola, você poderia muito nos ajudar. Por essa razão, você poderia nos dar uma entrevista sobre o assunto? Nós também necessitaríamos gravar essa entrevista como forma fidedigna das informações que você pode nos dar. Queríamos salientar que a sua pessoa será eticamente resguardada, ficando assegurada a não identificação do seu nome, na escrita do trabalho. Você, então, me permite gravar nossa conversa, nesses termos?

Eu, _____, RG _____, confirmo a participação da escola na pesquisa e autorizo a aplicação do manual de acessibilidade, bem como o registro fotográfico dos ambientes.

Manaus/AM, _____ de _____ de 2021.

Pesquisador: Danilo Batista de Souza

Orientadora: Profa. Dra. Maria Almerinda de Souza Matos

APÊNDICE 05: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa “ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO ESCOLAR: A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MANAUS/AM”, cujo pesquisador responsável é o doutorando Danilo Batista de Souza, sob orientação da Profa. Dra. Maria Almerinda de Souza Matos (PPGE/FACED/UFAM).

O objetivo do projeto é compreender, com base na legislação brasileira, na produção científica e nos documentos escolares, o processo de implementação do Programa Escola Acessível em Manaus, assim como a situação da acessibilidade de escolas que receberam recursos do programa com o intuito da efetivação de um sistema educacional inclusivo. Para isso, temos como objetivos secundários: I - Analisar as pesquisas da área da educação sobre as definições, as legislações e os instrumentos avaliativos que preconizam a acessibilidade nos ambientes das escolas para utilização dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida; II - Discutir as orientações, encaminhamentos e o processo de implementação do Programa Escola Acessível para promoção das condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos, pedagógicos, à comunicação e informação e; III - Verificar a situação da acessibilidade das escolas que receberam recursos do Programa Escola Acessível por meio da aplicação do Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas do Ministério da Educação.

O(A) Sr(a) está sendo convidado por que sua função de Gestor Escolar é fundamental para a implementação do Programa Escola Acessível, bem como sua experiência aqui na escola nos ajudaria muito a compreender o contexto vivenciado pelos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

O(A) Sr(a). tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que recebe neste serviço de entrevista que está sendo desenvolvida em escolas municipais de Manaus que receberam recursos do Programa Escola Acessível.

Caso aceite participar sua participação consiste em nos dar uma entrevista sobre o assunto, mais especificamente sobre I - Acessibilidade e Inclusão Escolar, II – Programa Escola Acessível e, III – Avaliação das Condições de Acessibilidade na Escola. Nós também necessitaríamos gravar essa entrevista como forma fidedigna das informações

que você pode nos dar. Queríamos salientar que a sua pessoa será eticamente resguardada, ficando assegurada a não identificação do seu nome, na escrita do trabalho.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos para o(a) Sr.(a) é o possível desconforto pela formalidade da entrevista, entretanto, caso os participantes não estejam à vontade no momento da entrevista, ou seja, no momento da coleta das informações, nessa situação, o entrevistador explicará novamente o objetivo da pesquisa, lerá novamente o Termo de Compromisso e deixar bem evidente que o indivíduo não é obrigado a responder a pergunta ou parte dela. Pretende-se que não ocorra qualquer forma de intimidação com os instrumentos de coleta de dados de nossa pesquisa. Se essa situação acontecer, os pesquisadores conduzirão o participante para o Centro de Serviços de Psicologia Aplicada (CSPA/UFAM), para acolher algum incidente de arranjo biológico e/ou emocional que decorra do desenvolvimento da nossa investigação, além da assistência e cuidado proporcionado pelos pesquisadores ao longo do transcurso da pesquisa. No que se refere ao risco de contaminação pela Covid (SARS-Cov-2), seguiremos um rígido protocolo de segurança para as realizações das entrevistas com os gestores e a observação dos espaços escolares, como por exemplo: 1) o agendamento para que ocorra em dias de menor circulação de pessoas nas escolas selecionadas; 2) higienização das mãos (regularmente com água e sabonete líquido, como também com álcool em gel 70%); 3) serão priorizados lugares ao ar livre; 4) ficaremos cerca de 2 metros de distância de outras pessoas e; 5) uso de equipamento de proteção individual (máscara e protetor facial).

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: O reconhecimento dos direitos inerentes às pessoas com deficiência já se configura num grande avanço social, porém ainda não é suficiente para que se alcance uma sociedade em que não se considerem as diferenças como princípios discriminatórios. No limiar desse novo milênio, vivem-se novos tempos, uma época de transição entre as práticas de exclusão e as de inclusão social. Os dois processos coexistem, ou seja, algumas das velhas práticas ainda sobrevivem, enquanto as novas vão sendo incentivadas. Deve-se salientar que muito ainda há que se fazer para melhoria das condições físicas de acessibilidade, nos diversos espaços de socialização, que recebem pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Muitos prédios escolares ainda não garantem ambientes adaptados que facilitem o trânsito e a permanência dessas pessoas em suas dependências. Somente a garantia legal, condição necessária, mas não suficiente, não é o bastante para se efetivar a inclusão

social também nesse sentido. No sentido de procurar fiscalizar e fazer melhorar os espaços escolares, atuação do Ministério Público tem trazido alguns avanços nesse processo de adequação para inclusão, principalmente se considerarem as ações referentes à acessibilidade, garantir o acesso facilitado, através de rampas, por exemplo, já se constitui em avanço nessa área. No entanto, ainda se está distante do efetivo cumprimento de todas as normas que visam defender os interesses das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Muitos são os espaços que ainda não atendem às exigências legais com relação acessibilidade. Não são raros os casos de escolas sem rampas de acesso para pessoas que usam cadeiras de rodas e de espaços públicos sem banheiros adaptados para atender a estes casos, dentre outros exemplos.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

Garantimos ao(à) Sr(a), e seu acompanhante quando necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente.

Também estão assegurados ao(à) Sr(a) o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa.

Asseguramos ao(à) Sr(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário.

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável Danilo Batista de Souza a qualquer tempo para informação adicional no endereço “Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial (NEPPD), Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Coroado, Campus Universitário, Faculdade de Educação, CEP: 69077-000 – Manaus/AM”; pelos telefones (92) 99180-0380, 99122-161 e; pelos e-mails ufamneppd@gmail.com ou danilo_batista_14@hotmail.com ou profalmerinda@ufam.edu.br.

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a)., ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

Manaus/AM, ____/____/____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE 06: ROTEIRO DE ENTREVISTA**DATA DA ENTREVISTA:** _____**ZONA GEOGRÁFICA QUE REPRESENTA:** _____**EIXO 01: ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO ESCOLAR**

- 1) O que você entende por acessibilidade na escola? (VEIGA, 2012)
- 2) Você considera necessária a acessibilidade na escola para inclusão? Comente: (VEIGA, 2012)
- 3) Comente sobre os principais desafios da escola em relação a implementação da acessibilidade aos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida. (RUIVO, 2010)

EIXO 02: PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL

- 4) O que você sabe sobre o Programa Escola Acessível? (VEIGA, 2012)
- 5) Quais foram as pessoas responsáveis pela implementação do Programa Escola Acessível? E qual a sua participação (VEIGA, 2012)
- 6) Assinale e descreva as melhorias realizadas na escola por meio do Plano de Atendimento do Programa Escola acessível(RUIVO, 2010)
 Acessibilidade arquitetônica. Exemplifique:
 Aquisição de Mobiliários Acessíveis. Exemplifique:
 Bebedouros Acessíveis. Exemplifique:
 Cadeiras de Rodas. Exemplifique:
 Recursos de Alta Tecnologia Assistiva. Comente:

EIXO 03: AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

- 7) De acordo com a sua experiência aqui nesta escola, quais são os locais em que apresentam mais perigo? (CORREA, 2014)

8) Há algum local desta escola que, em sua opinião, precise de uma reforma ou adequação? Qual ou quais seria(m)? (CORREA, 2014)

9) Considera sua escola acessível nos aspectos arquitetônicos, nos recursos pedagógicos e material para o ensino dos alunos com deficiência incluídos em sua escola? (VEIGA, 2012)

10) Quais instrumentos de avaliação foram utilizados para identificar as condições de acessibilidade e as dificuldades encontradas pelos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida no uso dos espaços e equipamentos escolares? (SOUZA, 2020)

APÊNDICE 07: RELATÓRIOS DAS AVALIAÇÕES DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

A) DADOS GERAIS

Região Geográfica da Escola: Zona Centro-Oeste.

Avaliador: Prof. Me. Danilo Batista de Souza.

Data da Avaliação: 09/02/2022.

B) GRÁFICO SOBRE AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DA ESCOLA

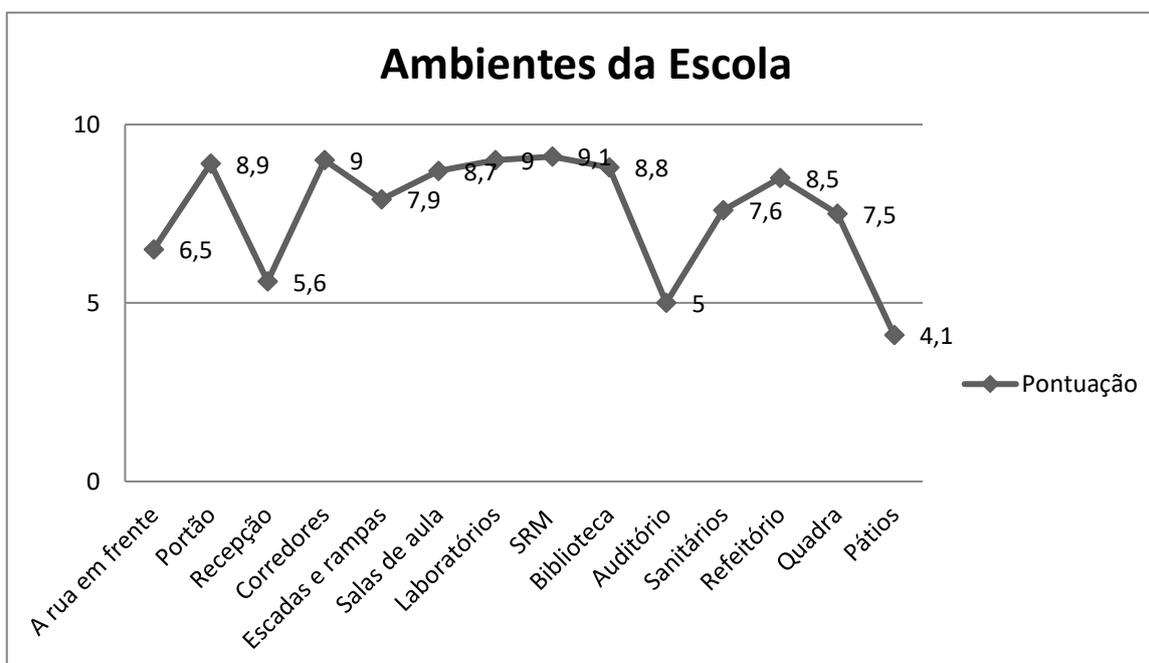


Gráfico 01 - Avaliação das condições de acessibilidade.

Ambientes inexistentes: 0.

Ambientes sem ou com poucas condições de acessibilidade: pontuação de 1 a 5.

Ambientes com mais condições de acessibilidade: pontuação de 5,1 a 10.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DA ESCOLA

	Itens considerados	Itens considerados
---	--------------------	--------------------

	ACESSÍVEIS	INACESSÍVEIS
<p>Ambiente 01 A rua em frente à escola</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de faixa de pedestre; • É possível identificar a escola; • Calçada com pavimentação regular, plana, sem buracos e degraus; • Ponto de ônibus próximo à entrada da escola. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de elementos que permita a travessia com segurança, além da faixa de pedestre (semáforo para veículos e pedestres com sinal sonoro, redutor de velocidade, etc.); • A calçada não é rebaixada nos dois lados da rua; • Não é possível percorrer a calçada sem encontrar obstáculos que atrapalham a circulação de pessoas; • Obstáculos sem sinalização com piso tátil de alerta para pessoa com deficiência visual; • O percurso entre a parada de ônibus e a escola não é acessível, possui muitos obstáculos ou desníveis para pessoas em cadeiras de rodas e sem piso tátil direcional e de alerta para pessoas com deficiência visual.
<p>Ambiente 02 Do portão da escola à porta de entrada</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O portão de entrada dos pedestres separado da entrada dos carros e separado do espaço onde as crianças brincam; • Campanhia ou interfone acessível a pessoas em cadeira de rodas e crianças menores; • Percurso pavimentado, regular, plano, sem buracos, sem degraus, antiderrapante, sem ofuscação, sem obstáculos. • É fácil identificar a porta de entrada da escola; • Existe estacionamento no pátio da escola, é fácil identificar sua entrada a partir da rua 	<ul style="list-style-type: none"> • Caminho amplo e sem limites definidos, sem piso direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a porta da escola; • Não existem vagas para pessoas com deficiência no estacionamento da escola.
<p>Ambiente 03 Recepção e salas de atendimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Balcão de atendimento pode ser visto logo na entrada e permite aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas, ou seja, o balcão é mais baixo e com espaço de aproximação para as pernas; • Mobiliário localizado fora da circulação, ou seja, não atarapalha a passagem de pessoas; • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de espaço de espera para usuários de cadeiras de rodas aguardar o atendimento sem atrapalhar a circulação; • Ausência de placas com letras grandes e contraste de cor que indicam o caminho a seguir para chegar aos demais ambientes da escola; • Inexistência de placas em alto relevo ou em Braille junto às portas; • Inexistência de Mapa Tátil que possibilite ao usuário com

	baixa visão.	deficiência visual localizar-se, identificando o local das diferentes atividades e os caminhos a seguir; <ul style="list-style-type: none"> • Não foi observado um serviço de atendimento para pessoas com deficiência auditiva ou com surdocegueira prestado por pessoas habilitadas ou por um equipamento de tecnologia assistiva.
Ambiente 04 Corredores	<ul style="list-style-type: none"> • Corredores com largura adequada à quantidade; • Os elementos presentes nos corredores não atrapalham a passagem de pessoas; • Contraste de cor entre piso e paredes, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Piso antiderrapante, regular, nivelado e em boas condições; • Em corredores situados em locais elevados ou em pavimentos superiores, existe grade ou mureta de proteção em altura mínima de 1 metro e 10 centímetros e bem fixada; • Presença de identificação nas portas com letras grandes e em cores contrastantes com o fundo; • Cor contrastante entre portas, marcos e paredes; • Portas com vão de abertura adequado (mínimo 80 cm), maçanetas em altura adequada e em formato de alavanca; • Bebedouro permite a utilização de copo, possui altura adequada, permite aproximação de cadeira de rodas e pode ser utilizado por crianças pequenas e pessoas de baixa estatura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de placas indicativas que orientem as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes; • Ausência de portas com placas com letras em relevo ou em Braille; • Bebedouro com torneira inacessível (de enroscar), ou seja, o ideal seria de alavanca ou pressão.
Ambiente 05 Escadas e rampas	<ul style="list-style-type: none"> • Escadas com largura adequada (mínimo 1 metro e 20 centímetros), piso antiderrapante, firme, regular e estável; • Espelhos dos degraus são fechados; • Degraus adequados e com mesma altura e profundidade; • Patamar adequado sempre que existe mudança de direção na escada e livre de obstáculos; • Presença de rampas na escola; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de borda de cor contrastante nos degraus para auxiliar pessoas com baixa visão a identificar os degraus; • Primeiro e último degraus de um lance de escadas não estão recuados da circulação; • Inexistência, no início e final da escada e/ou rampa, de piso tátil de alerta em cor contrastante para avisar as pessoas com deficiência visual a existência da escada e/ou

	<ul style="list-style-type: none"> • Rampas com largura adequadas, com piso antiderrapante, firme, regular, estável e com inclinação suave; • Rampas com patamares adequados, ou seja, com a mesma largura da rampa, sem obstáculos; • Existência de parede ou grade de proteção (guarda-corpo) ao longo das escadas e rampas, com altura adequada (no mínimo 1 metro e 5 centímetros); • Bordas dos corrimãos são arredondados e uniformes, ou seja, não ferem as mãos. 	<p>rampa;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de corrimãos em duas alturas, contínuos em toda a rampa ou escada e com prolongamento de no mínimo 30 centímetros antes do início e após o término da escada ou rampa.
<p>Ambiente 06 Salas de aula</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • As carteiras, em termos de largura, altura e formato adapta-se aos diferentes tamanhos dos alunos (estatura e obesidade); • O corredor entre as fileiras de carteiras é largo o suficiente para a passagem de um aluno em cadeiras de rodas. • A lousa possui altura que permite seu alcance por crianças menores ou em cadeiras de rodas, possui na frente espaço suficiente para a passagem e manobra de uma cadeira de rodas, além de estar livre de incidência de luz que cause ofuscamento e dificulte a sua visualização. 	<ul style="list-style-type: none"> • A carteira, em termos de largura, altura e formato não permite a aproximação e uso dos alunos em cadeiras de rodas.
<p>Ambiente 07 Laboratórios (Telecentro)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Pessoas em cadeiras de rodas podem circular e manobrar pela sala até os principais equipamentos (mesas de trabalho, computadores, lousa); • Mesas e cadeiras se adaptam às dimensões de todos os usuários; • Os objetos em prateleiras podem ser alcançados por crianças menores e pessoas em cadeiras de rodas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de computador com tecnologia assistiva para pessoas com deficiência visual.

	<ul style="list-style-type: none"> • A lousa possui altura que permite seu alcance por crianças menores ou em cadeiras de rodas, além de estar livre de incidência de luz que cause ofuscamento e dificulte a sua visualização. 	
<p>Ambiente 08 Salas de Recursos Multifuncional</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Tamanho da Sala de Recursos suficiente para abrigar diferentes atividades e seus equipamentos (mesas de atendimentos, armários, quadros, atividades de movimento corporal); • Pessoas em cadeiras de rodas podem circular e manobrar pela sala até os diferentes locais de atividades (mesas de trabalho, computadores, lousa); • Mesas de atendimento ou computador livres de qualquer obstáculo (pés e gaveteiros), que impeçam a aproximação de pessoas em cadeiras de rodas; • Mesas com altura adequada ao uso de pessoas em cadeiras de rodas ou baixa estatura; • A lousa possui altura que permite seu alcance por crianças menores ou em cadeiras de rodas, além de estar livre de incidência de luz que cause ofuscamento e dificulte a sua visualização; • Computador com programas de leitor de tela para alunos com deficiência visual; • Espaço com tapete, almofada e espelho (espelho com altura que permita a visualização por crianças menores e em cadeiras de rodas). 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de separação, por divisória ou cortinas, entre os locais de diferentes atividades.
<p>Ambiente 09 Biblioteca</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão (apesar de ser cinza escuro e cinza claro); • É possível que pessoas em cadeiras de rodas possam circular e manobrar pela sala até os diferentes locais de atividades (mesas de trabalho, 	<ul style="list-style-type: none"> • Não existe computador com programa de leitor de tela para alunos com deficiência visual.

	<p>computadores, estantes e balcão de empréstimo);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mesas de estudo ou computador livres de qualquer obstáculo (pés e gaveteiros), que impeçam a aproximação de pessoas em cadeiras de rodas; • Mesas com altura adequada ao uso de pessoas em cadeiras de rodas ou baixa estatura; • A largura do corredor entre as estantes permite a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas; • Ao final de cada corredor de estantes é possível manobrar com a cadeira de rodas; • Os livros nas prateleiras podem ser alcançados pelas crianças menores e pessoas em cadeiras de rodas. 	
<p>Ambiente 10 Auditório</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, afim de facilitar a orientação de pessoas com baixa visão; • As portas de acesso tem uma largura proporcional à quantidade de usuários e se abrem no sentido da saída. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de pelo menos um espaço reservado para pessoas em cadeira de rodas e seu acompanhante; • Inexistência de pelo menos um assento mais largo destinado a obesos e seu acompanhante; • Inexistência de pelo menos um assento destinado as pessoas com mobilidade reduzida e seu acompanhante; • Não é possível que uma pessoa em cadeira de rodas acesse o palco através de rampa; • Não existe guia de balizamento no desnível entre palco e plateia; • Inexistência de um local, com boa visibilidade e iluminação, destinado ao interprete de Libras.
<p>Ambiente 11 Sanitários</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os sanitários estão localizados em pavimentos aos quais é possível chegar com auxílio de cadeiras de rodas; • As portas dos sanitários possuem vão adequado (no mínimo 90 centímetros); • O desnível entre os sanitários e a circulação é de no máximo meio centímetro; • O piso do sanitário é antiderrapante, regular e em boas condições de manutenção; 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de pelo menos um sanitário feminino e um masculino com vaso sanitário acessível às pessoas com deficiência na escola; • Ausência de contraste entre piso, parede, equipamentos para facilitar a orientação de pessoas com baixa visão; • Torneiras fáceis de serem alcançadas e manuseadas (acionamento por alavanca); • A descarga está a 1 metro do piso, porém, não é fácil de ser

	<ul style="list-style-type: none"> • Boxe com maçaneta de alavanca e espaço adequado para circular e manobrar uma cadeira de rodas; • Barras de apoio na porta do box acessível e no mictório; • Lavatórios suspensos, com altura adequada, sem armário ou coluna, possibilitando aproximação de uma cadeira de rodas; 	acionada (sugestão: acionador por pressão ou alavanca).
Ambiente 12 Refeitório	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Mesas e cadeiras com dimensões que permita seu uso com conforto, de acordo com o tipo de usuários (crianças pequenas, pessoas obesas); • É possível circular e manobrar a cadeira de rodas entre as mesas do refeitório e em frente ao balcão de distribuição de alimentos; • Balcão com altura confortável para a visualização e alcance dos alimentos por pessoas em cadeiras de rodas ou crianças pequenas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de pelo menos uma mesa comunitária sem obstáculos (pés e bancos fixos com vão livre) que permita a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas e que seja de fácil acesso ao balcão de distribuição de refeições;
Ambiente 13 Quadra de esportes	<ul style="list-style-type: none"> • Rota acessível que permita às pessoas com mobilidade reduzida chegarem à quadra, aos bancos/arquibancadas ou aos sanitários e vestiários; • Contrastes nas cores da pintura do piso da quadra e demais elementos (traves, redes e cestas); • Todo o espaço ao redor da quadra de esportes não apresenta degraus ou buracos e permite a circulação de pessoas em cadeiras de rodas; • Sanitários e vestiários acessíveis próximos à quadra de esportes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a entrada da quadra, bancos/arquibancadas ou aos sanitários e vestiários; • Inexistência de pelo menos um espaço reservado, entre os bancos ou na arquibancada, com tamanho suficiente para a permanência de uma cadeira de rodas.
Ambiente 14 Pátios	<ul style="list-style-type: none"> • O piso do pátio é antiderrapante em dias de chuva e a cor do piso evita ofuscamento da visão em dias de muito sol; • O piso é nivelado, ou seja, sem buracos ou degraus que atrapalham a circulação de cadeiras de rodas; • Existem rampas quando há desníveis maiores que 1,5 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de contraste de cor entre os pisos e paredes, nos pátios internos e externos, a fim de facilitar a orientação de pessoas com baixa visão; • Não é possível atravessar o pátio, num percurso seguro, sem encontrar obstáculos (bancos, telefones, bebedouros, extintores de incêndio, vasos de plantas,

	centímetros.	<p>móveis, lixeiras e etc.) que atrapalham a circulação de pessoas;</p> <ul style="list-style-type: none">• Ausência de piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até os principais acessos, pois o pátio é muito amplo e sem limites definidos;• Inexistência de grade de proteção que evite queda nos pátios localizados em terrenos inclinados ou em pavimentos elevados;• Inexistência de placas indicativas no pátio que orientem para as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes.
--	--------------	--

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

A) DADOS GERAIS

Região Geográfica da Escola: Zona Centro-Sul.

Avaliador: Prof. Me. Danilo Batista de Souza.

Data da Avaliação: 27/01/2022.

B) GRÁFICO SOBRE AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DA ESCOLA

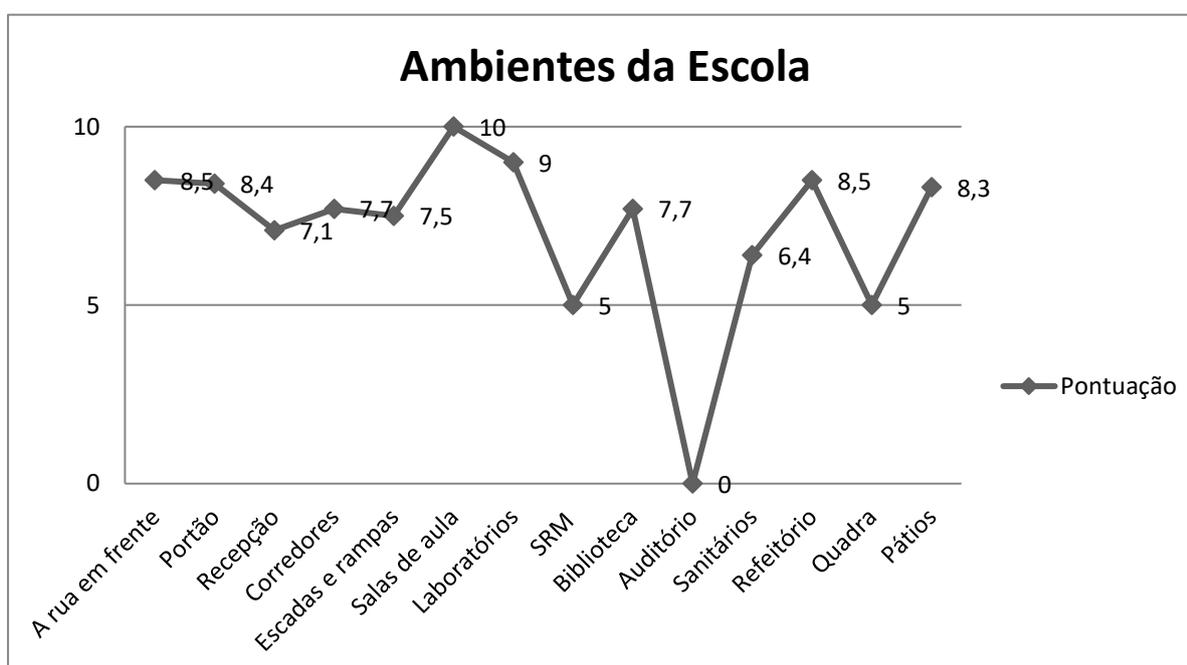


Gráfico 01 - Avaliação das condições de acessibilidade.

Ambientes inexistentes: 0.

Ambientes sem ou com poucas condições de acessibilidade: pontuação de 1 a 5.

Ambientes com mais condições de acessibilidade: pontuação de 5,1 a 10.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DA ESCOLA		
	Itens considerados ACESSÍVEIS	Itens considerados INACESSÍVEIS
Ambiente 01 A rua em frente à escola	<ul style="list-style-type: none"> • Faixa de pedestre; • É possível identificar a escola; • Calçada com pavimentação regular, plana, sem buracos e degraus; • É possível percorrer a calçada sem encontrar obstáculos que atrapalhem a circulação de pessoas; • Estacionamento na rua em frente à escola. 	<ul style="list-style-type: none"> • Calçada rebaixada apenas do lado da escola; • Ausência de ponto de ônibus próximo à entrada da escola; • Estacionamento na rua sem vaga para pessoas com deficiência.
Ambiente 02 Do portão da escola à porta de entrada	<ul style="list-style-type: none"> • É fácil identificar a porta de entrada da escola; • Portão de entrada dos pedestres separado da entrada dos carros; • Campanhia ou interfone acessível a pessoas em cadeira de rodas e crianças menores; • Percurso pavimentado, regular, plano, sem buracos, sem degraus, antiderrapante, sem ofuscação, sem obstáculos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Caminho amplo e sem limites definidos, sem piso direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a porta da escola.
Ambiente 03 Recepção e salas de atendimento	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de placa que identifique sua localização; • Balcão de atendimento pode ser visto logo na entrada e permite aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas, ou seja, o balcão é mais baixo e com espaço de aproximação para as pernas; • Mobiliário localizado fora da circulação, ou seja, não atarapalha a passagem de pessoas; • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de espaço de espera para usuários de cadeiras de rodas aguardar o atendimento sem atrapalhar a circulação; • Ausência de placas com letras grandes e contraste de cor que indicam o caminho a seguir para chegar aos demais ambientes da escola; • Inexistência de placas em alto relevo ou em Braille junto às portas; • Inexistência de Mapa Tátil que possibilite ao usuário com deficiência visual localizar-se, identificando o local das diferentes atividades e os caminhos a seguir; • Não foi observado um serviço de atendimento para pessoas com deficiência auditiva ou com surdocegueira prestado por pessoas habilitadas ou por um equipamento de tecnologia assistiva.

<p>Ambiente 04 Corredores</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Corredores com largura adequada à quantidade; • Os elementos presentes nos corredores não atrapalham a passagem de pessoas; • Contraste de cor entre piso e paredes, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Piso antiderrapante, regular, nivelado e em boas condições; • Existência de rampas quando há desníveis maiores que 1,5 centímetros; • Portas com vão de abertura adequado (mínimo 80 cm), maçanetas em altura adequada; • Cor contrastante entre portas e paredes; • Bebedouro permite a utilização de copo, possui altura adequada, permite aproximação de cadeira de rodas e pode ser utilizado por crianças pequenas e pessoas de baixa estatura; • Bebedouro com torneira acessível (alavanca). 	<ul style="list-style-type: none"> • Corredores amplos sem piso tátil direcional em cor e textura contrastante para guiar pessoas com deficiência visual; • Ausência de placas indicativas que orientem as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes; • Ausência de identificação nas portas com letras grandes e em cores contrastantes com o fundo; • Ausência de portas com placas com letras em relevo ou em Braille; • Apenas algumas maçanetas das portas são do tipo alavanca.
<p>Ambiente 05 Escadas e rampas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Escadas com largura adequada (mínimo 1 metro e 20 centímetros), piso antiderrapante, firme, regular e estável; • Espelhos dos degraus são fechados; • Degraus adequados e com mesma altura e profundidade; • Borda de cor contrastante nos degraus para auxiliar pessoas com baixa visão a identificar os degraus; • Patamar adequado sempre que existe mudança de direção na escada e livre de obstáculos; • Presença de rampas na escola; • Corrimãos nos dois lados das rampas; • Rampas com largura adequadas, com piso antiderrapante, firme, regular, estável e com inclinação suave; • Rampas com patamares adequados, ou seja, com a mesma largura da rampa, sem obstáculos; • Bordas dos corrimãos são 	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro e último degraus de um lance de escadas não estão recuados da circulação; • Inexistência, no início e final da escada e/ou rampa, de piso tátil de alerta em cor contrastante para avisar as pessoas com deficiência visual a existência da escada e/ou rampa; • Ausência de corrimãos nos dois lados das rampas; • Ausência de parede ou grade de proteção (guarda-corpo) ao longo das escadas e rampas, com altura adequada (no mínimo 1 metro e 5 centímetros); • Ausência de corrimãos em duas alturas, contínuos em toda a rampa ou escada e com prolongamento de no mínimo 30 centímetros antes do início e após o término da escada ou rampa.

	arredondados e uniformes, ou seja, podem ferir as mãos.	
Ambiente 06 Salas de aula	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • As carteiras, em termos de largura, altura e formato adapta-se aos diferentes tamanhos dos alunos (estatura e obesidade); • A carteira, em termos de largura, altura e formato permite a aproximação e uso dos alunos em cadeiras de rodas; • O corredor entre as fileiras de carteiras é largo o suficiente para a passagem de um aluno em cadeiras de rodas; • A lousa possui altura que permite seu alcance por crianças menores ou em cadeiras de rodas, possui na frente espaço suficiente para a passagem e manobra de uma cadeira de rodas, além de estar livre de incidência de luz que cause ofuscamento e dificulte a sua visualização. 	
Ambiente 07 Laboratórios (Telecentro)	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Pessoas em cadeiras de rodas podem circular e manobrar pela sala até os principais equipamentos (mesas de trabalho, computadores, lousa); • Mesas e cadeiras se adaptam às dimensões de todos os usuários; • Os objetos em prateleiras podem ser alcançados por crianças menores e pessoas em cadeiras de rodas; • A lousa possui altura que permite seu alcance por crianças menores ou em cadeiras de rodas, além de estar livre de incidência de luz que cause ofuscamento e dificulte a sua visualização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de computador com tecnologia assistiva para pessoas com deficiência visual.
Ambiente 08 Salas de Recursos Multifuncional	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de separação, por divisória ou cortinas, entre os locais de diferentes atividades; • Mesas de atendimento ou

	<ul style="list-style-type: none"> • Tamanho da Sala de Recursos suficiente para abrigar diferentes atividades e seus equipamentos (mesas de atendimentos, armários, quadros, atividades de movimento corporal); • Pessoas em cadeiras de rodas podem circular e manobrar pela sala até os diferentes locais de atividades (mesas de trabalho, computadores, lousa); • Mesas com altura adequada ao uso de pessoas em cadeiras de rodas ou baixa estatura; • A lousa possui altura que permite seu alcance por crianças menores ou em cadeiras de rodas, além de estar livre de incidência de luz que cause ofuscamento e dificulte a sua visualização; • Computador com programas de leitor de tela para alunos com deficiência visual. 	<p>computador não estão livres de qualquer obstáculo (pés e gaveteiros), que impeçam a aproximação de pessoas em cadeiras de rodas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de espaço com tapete, almofada e espelho (espelho com altura que permita a visualização por crianças menores e em cadeiras de rodas).
Ambiente 09 Biblioteca	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão (apesar de ser cinza escuro e cinza claro); • É possível que pessoas em cadeiras de rodas possam circular e manobrar pela sala até os diferentes locais de atividades (mesas de trabalho, computadores, estantes e balcão de empréstimo); • A largura do corredor entre as estantes permite a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas; • Mesas de estudo ou computador livres de qualquer obstáculo (pés e gaveteiros), que impeçam a aproximação de pessoas em cadeiras de rodas; • Mesas com altura adequada ao uso de pessoas em cadeiras de rodas ou baixa estatura; • Os livros nas prateleiras podem ser alcançados pelas crianças menores e pessoas em cadeiras de rodas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ao final de cada corredor de estantes não é possível manobrar com a cadeira de rodas; • Não existe computador com programa de leitor de tela para alunos com deficiência visual.
Ambiente 10 Auditório	Ambiente Inexistente na Escola	Ambiente Inexistente na Escola
Ambiente 11	<ul style="list-style-type: none"> • Existe pelo menos um 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de contraste entre

Sanitários	<p>sanitário feminino e um masculino com vaso sanitário acessível às pessoas com deficiência na escola;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os sanitários estão localizados em pavimentos aos quais é possível chegar com auxílio de cadeiras de rodas; • As portas dos sanitários possuem vão adequado (no mínimo 90 centímetros); • O desnível entre os sanitários e a circulação é de no máximo meio centímetro; • Piso ser antiderrapante, regular e em boas condições de manutenção; • Boxe com maçaneta de alavanca e espaço adequado para circular e manobrar uma cadeira de rodas; • Lavatórios suspensos, com altura adequada, sem armário ou coluna, possibilitando aproximação de uma cadeira de rodas. 	<p>piso, parede, equipamentos para facilitar a orientação de pessoas com baixa visão;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Torneiras difíceis de serem alcançadas e manuseadas (acionamento por enroscamento); • A porta do banheiro acessível abre somente para dentro; • Inexistência de barras de apoio na porta do box acessível e no mictório; • A descarga está a 1 metro do piso, porém, não é fácil de ser acionada (sugestão: acionador por pressão ou alavanca).
Ambiente 12 Refeitório	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Mesas e cadeiras com dimensões que permita seu uso com conforto, de acordo com o tipo de usuários (crianças pequenas, pessoas obesas); • É possível circular e manobrar a cadeira de rodas entre as mesas do refeitório e em frente ao balcão de distribuição de alimentos; • Balcão com altura confortável para a visualização e alcance dos alimentos por pessoas em cadeiras de rodas ou crianças pequenas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de pelo menos uma mesa comunitária sem obstáculos (pés e bancos fixos com vão livre) que permita a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas e que seja de fácil acesso ao balcão de distribuição de refeições.
Ambiente 13 Quadra de esportes	<ul style="list-style-type: none"> • Rota acessível que permita às pessoas com mobilidade reduzida chegarem à quadra, aos bancos/arquibancadas ou aos sanitários e vestiários; • Todo o espaço ao redor da quadra de esportes não apresenta degraus ou buracos e permite a circulação de pessoas em cadeiras de rodas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a entrada da quadra, bancos/arquibancadas ou aos sanitários e vestiários; • Ausência de contrastes nas cores da pintura do piso da quadra e demais elementos (traves, redes e cestas); • Inexistência de pelo menos um espaço reservado, entre os bancos ou na arquibancada,

		<p>com tamanho suficiente para a permanência de uma cadeira de rodas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de sanitários e vestiários acessíveis próximos à quadra de esportes.
<p>Ambiente 14 Pátios</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nos pátios internos e externos existe contraste de cor entre os pisos e paredes, a fim de facilitar a orientação de pessoas com baixa visão; • O piso do pátio é antiderrapante em dias de chuva e a cor do piso evita ofuscamento da visão em dias de muito sol; • O piso é nivelado, ou seja, sem buracos ou degraus que atrapalham a circulação de cadeiras de rodas; • Existem rampas quando há desníveis maiores que 1,5 centímetros; • É possível atravessar o pátio, num percurso seguro, sem encontrar obstáculos (bancos, telefones, bebedouros, extintores de incêndio, vasos de plantas, móveis, lixeiras e etc.) que atrapalham a circulação de pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até os principais acessos, pois o pátio é muito amplo e sem limites definidos; • Inexistência de placas indicativas no pátio que orientem para as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes.

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

A) DADOS GERAIS

Região Geográfica da Escola: Zona Leste.

Avaliador: Prof. Me. Danilo Batista de Souza.

Data da Avaliação: 10/02/2022.

B) GRÁFICO SOBRE AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DA ESCOLA

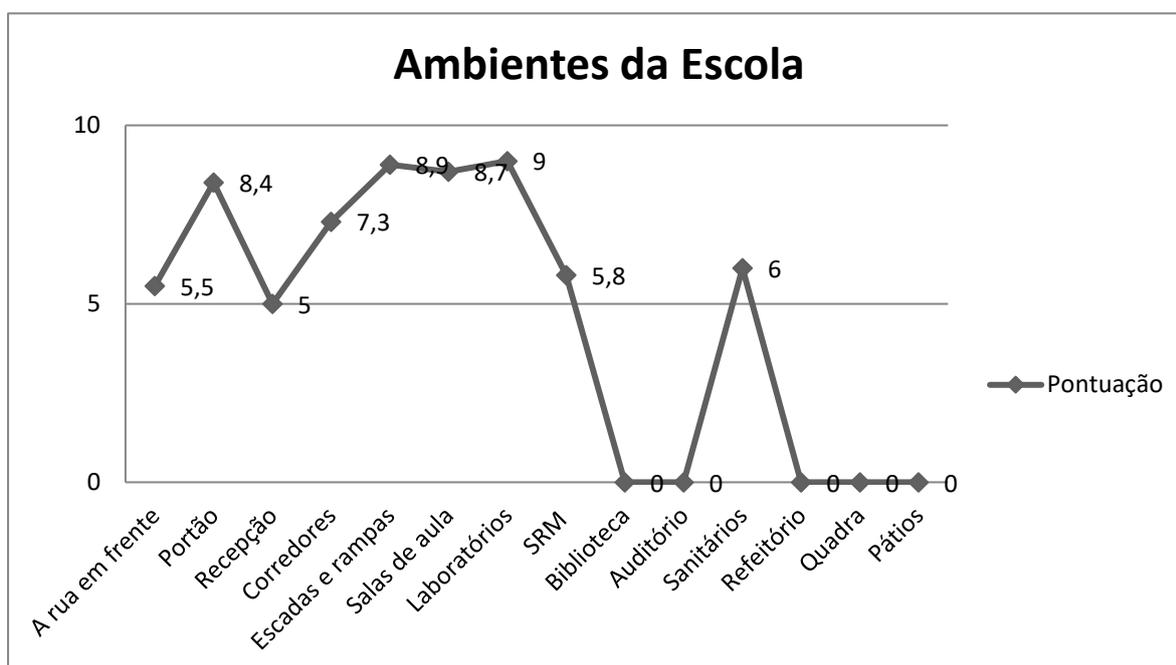


Gráfico 01 - Avaliação das condições de acessibilidade.

Ambientes inexistentes: 0.

Ambientes sem ou com poucas condições de acessibilidade: pontuação de 1 a 5.

Ambientes com mais condições de acessibilidade: pontuação de 5,1 a 10.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DA ESCOLA		
	Itens considerados ACESSÍVEIS	Itens considerados INACESSÍVEIS
<p>Ambiente 01 A rua em frente à escola</p>	<ul style="list-style-type: none"> • É possível identificar a escola; • Calçada com pavimentação; • Estacionamento na rua em frente à escola. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de faixa de pedestre; • Calçada sem rebaixamento nos dois lados da rua; • Calçada com pavimentação irregular, sem ser plana, com buracos e degraus; • Obstáculos sem sinalização com piso tátil de alerta para pessoa com deficiência visual; • Ponto de ônibus distante à entrada da escola; • Estacionamento na rua sem vaga para pessoas com deficiência.
<p>Ambiente 02 Do portão da escola à porta de entrada</p>	<ul style="list-style-type: none"> • É fácil identificar a porta de entrada da escola; • Portão de entrada dos pedestres separado da entrada dos carros; • Campanhia ou interfone acessível a pessoas em cadeira de rodas e crianças menores; • Pavimentação antiderrapante, sem ofuscação, sem obstáculos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de um percurso pavimentado, regular, plano, sem buracos, sem degraus, • Caminho amplo e sem limites definidos, sem piso direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a porta da escola; • Obstáculos sem sinalização com piso tátil de alerta.
<p>Ambiente 03 Recepção e salas de atendimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de placa que identifique sua localização; • O balcão de atendimento pode ser visto logo na entrada; • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Placas com letras grandes e contraste de cor que indicam o caminho a seguir para chegar aos demais ambientes da escola; • Placas em alto relevo ou em Braille junto às portas. 	<ul style="list-style-type: none"> • O balcão de atendimento não permite aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas, ou seja, o balcão não é mais baixo e com espaço de aproximação para as pernas; • Mobiliário localizado não está fora da circulação, ou seja, atrapalha a passagem de pessoas; • Ausência de espaço de espera para usuários de cadeiras de rodas aguardar o atendimento sem atrapalhar a circulação; • Inexistência de Mapa Tátil que possibilite ao usuário com deficiência visual localizar-se, identificando o local das diferentes atividades e os caminhos a seguir; • Não foi observado um serviço de atendimento para pessoas com deficiência auditiva ou com surdocegueira prestado por pessoas habilitadas ou por

		um equipamento de tecnologia assistiva.
Ambiente 04 Corredores	<ul style="list-style-type: none"> • Corredores com largura adequada à quantidade; • Contraste de cor entre piso e paredes, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Piso antiderrapante, regular, nivelado e em boas condições; • Existência de rampas quando há desníveis maiores que 1,5 centímetros; • Cor contrastante entre portas e paredes; • Portas com vão de abertura adequado (mínimo 80 cm), maçanetas em altura adequada e em formato de alavanca; • Bebedouro permite a utilização de copo, possui altura adequada, permite aproximação de cadeira de rodas e pode ser utilizado por crianças pequenas e pessoas de baixa estatura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os elementos presentes nos corredores atrapalham a passagem de pessoas; • Os obstáculos não estão identificados com piso tátil de alerta; • Corredores amplos sem piso tátil direcional em cor e textura contrastante para guiar pessoas com deficiência visual; • Ausência de placas indicativas que orientem as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes; • Ausência de identificação nas portas com letras grandes e em cores contrastantes com o fundo; • Ausência de portas com placas com letras em relevo ou em Braille; • Bebedouro com torneira inacessível (de enroscar), ou seja, o ideal seria de alavanca ou pressão.
Ambiente 05 Escadas e rampas	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de rampas na escola; • Rampas com largura adequadas, com piso antiderrapante, firme, regular, estável e com inclinação suave. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência, no início e final da rampa, de piso tátil de alerta em cor contrastante para avisar as pessoas com deficiência visual a existência da rampa; • Ausência de corrimãos nos dois lados das rampas; • Inexistência de parede ou grade de proteção (guarda-corpo) ao longo das rampas, com altura adequada (no mínimo 1 metro e 5 centímetros).
Ambiente 06 Salas de aula	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • A carteira, em termos de largura, altura e formato permite a aproximação e uso dos alunos em cadeiras de rodas; • As carteiras, em termos de largura, altura e formato adapta-se aos diferentes tamanhos dos alunos (estatura e obesidade); • A lousa possui altura que permite seu alcance por 	<ul style="list-style-type: none"> • O corredor entre as fileiras de carteiras não é largo o suficiente para a passagem de um aluno em cadeiras de rodas.

	<p>crianças menores ou em cadeiras de rodas, possui na frente espaço suficiente para a passagem e manobra de uma cadeira de rodas, além de estar livre de incidência de luz que cause ofuscamento e dificulte a sua visualização.</p>	
<p>Ambiente 07 Laboratórios (Sala de Informática)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Pessoas em cadeiras de rodas podem circular e manobrar pela sala até os principais equipamentos (mesas de trabalho, computadores, lousa); • Mesas e cadeiras se adaptam às dimensões de todos os usuários; • Os objetos em prateleiras podem ser alcançados por crianças menores e pessoas em cadeiras de rodas; • A lousa possui altura que permite seu alcance por crianças menores ou em cadeiras de rodas, além de estar livre de incidência de luz que cause ofuscamento e dificulte a sua visualização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de computador com tecnologia assistiva para pessoas com deficiência visual.
<p>Ambiente 08 Salas de Recursos Multifuncional</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Pessoas em cadeiras de rodas podem circular e manobrar pela sala até os diferentes locais de atividades (mesas de trabalho, computadores, lousa); • Mesas de atendimento ou computador livres de qualquer obstáculo (pés e gaveteiros), que impeçam a aproximação de pessoas em cadeiras de rodas; • Mesas com altura adequada ao uso de pessoas em cadeiras de rodas ou baixa estatura; • A lousa possui altura que permite seu alcance por crianças menores ou em cadeiras de rodas, além de estar livre de incidência de luz que cause ofuscamento e dificulte a sua visualização; 	<ul style="list-style-type: none"> • O tamanho da Sala de Recursos não é suficiente para abrigar diferentes atividades e seus equipamentos (mesas de atendimentos, armários, quadros, atividades de movimento corporal); • Ausência de separação, por divisória ou cortinas, entre os locais de diferentes atividades; • Não existe espaço com tapete, almofada e espelho (espelho com altura que permita a visualização por crianças menores e em cadeiras de rodas).

	<ul style="list-style-type: none"> • Computador com programas de leitor de tela para alunos com deficiência visual. 	
Ambiente 09 Biblioteca	Ambiente desativado.	Ambiente desativado.
Ambiente 10 Auditório	Ambiente Inexistente na Escola	Ambiente Inexistente na Escola
Ambiente 11 Sanitários	<ul style="list-style-type: none"> • Os sanitários estão localizados em pavimentos aos quais é possível chegar com auxílio de cadeiras de rodas; • As portas dos sanitários possuem vão adequado (no mínimo 90 centímetros); • O desnível entre os sanitários e a circulação é de no máximo meio centímetro; • Piso ser antiderrapante, regular e em boas condições de manutenção; • Lavatórios suspensos, com altura adequada, sem armário ou coluna, possibilitando aproximação de uma cadeira de rodas; • Box com maçaneta de alavanca e espaço adequado para circular e manobrar uma cadeira de rodas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de pelo menos um sanitário feminino e um masculino com vaso sanitário acessível às pessoas com deficiência na escola; • Ausência de contraste entre piso, parede, equipamentos para facilitar a orientação de pessoas com baixa visão; • Torneiras difíceis de serem manuseadas por uma pessoa com mobilidade reduzida nas mãos; • A porta do box não abre totalmente para fora, sem encontrar nenhum obstáculo. • Inexistência de barras de apoio na porta do box acessível e no mictório; • A descarga está a 1 metro do piso, porém, não é fácil de ser acionada (sugestão: acionador por pressão ou alavanca); • Boxe não possui puxadores em forma de barras horizontais para facilitar o fechamento,.
Ambiente 12 Refeitório	Ambiente Inexistente na Escola	Ambiente Inexistente na Escola
Ambiente 13 Quadra de esportes	Ambiente Inexistente na Escola	Ambiente Inexistente na Escola
Ambiente 14 Pátios	Ambiente Inexistente na Escola	Ambiente Inexistente na Escola

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

A) DADOS GERAIS

Região Geográfica da Escola: Zona Norte.

Avaliador: Prof. Me. Danilo Batista de Souza.

Data da Avaliação: 12/01/2022.

B) GRÁFICO SOBRE AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DA ESCOLA

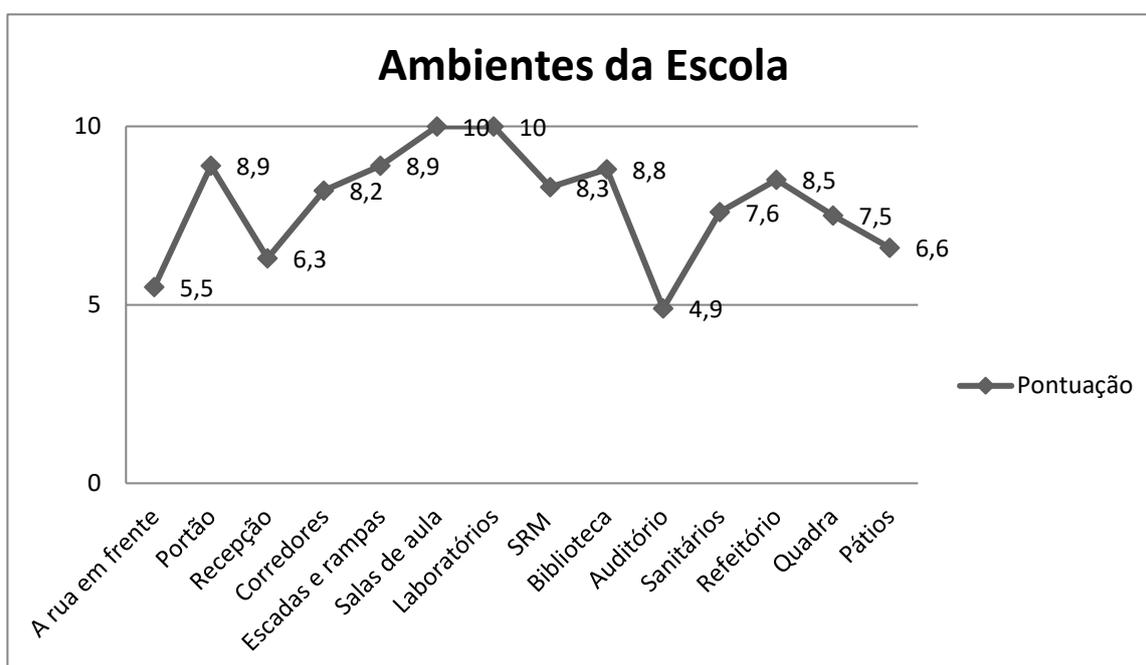


Gráfico 01 - Avaliação das condições de acessibilidade.

Ambientes inexistentes: 0.

Ambientes sem ou com poucas condições de acessibilidade: pontuação de 1 a 5.

Ambientes com mais condições de acessibilidade: pontuação de 5,1 a 10.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DA ESCOLA		
	Itens considerados ACESSÍVEIS	Itens considerados INACESSÍVEIS
Ambiente 01 A rua em frente à escola	<ul style="list-style-type: none"> • É possível identificar a escola; • Calçada rebaixada nos dois lados da rua; • Calçada com pavimentação regular, plana, sem buracos e degraus; • Ponto de ônibus próximo à entrada da escola; • Estacionamento na rua em frente à escola. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de faixa de pedestre; • Poste na calçada bem próximo à entrada principal atrapalhando a circulação de pessoas; • Obstáculos sem sinalização com piso tátil de alerta para pessoa com deficiência visual; • O percurso entre a parada de ônibus e a escola não é acessível, possui muitos obstáculos ou desníveis para pessoas em cadeiras de rodas e sem piso tátil direcional e de alerta para pessoas com deficiência visual; • Estacionamento na rua sem vaga para pessoas com deficiência.
Ambiente 02 Do portão da escola à porta de entrada	<ul style="list-style-type: none"> • É fácil identificar a porta de entrada da escola; • Portão de entrada dos pedestres separado da entrada dos carros; • Campanhia ou interfone acessível a pessoas em cadeira de rodas e crianças menores; • Percurso pavimentado, regular, plano, sem buracos, sem degraus, antiderrapante, sem ofuscação, sem obstáculos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Caminho amplo e sem limites definidos, sem piso direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a porta da escola.
Ambiente 03 Recepção e salas de atendimento	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de placa que identifique sua localização; • Balcão de atendimento pode ser visto logo na entrada e permite aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas, ou seja, o balcão é mais baixo e com espaço de aproximação para as pernas; • Mobiliário localizado fora da circulação, ou seja, não atarapalha a passagem de pessoas; • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de espaço de espera para usuários de cadeiras de rodas aguardar o atendimento sem atrapalhar a circulação; • Ausência de placas com letras grandes e contraste de cor que indicam o caminho a seguir para chegar aos demais ambientes da escola; • Inexistência de placas em alto relevo ou em Braille junto às portas; • Inexistência de Mapa Tátil que possibilite ao usuário com deficiência visual localizar-se, identificando o local das diferentes atividades e os caminhos a seguir; • Não foi observado um serviço de atendimento para pessoas com deficiência auditiva ou

		com surdocegueira prestado por pessoas habilitadas ou por um equipamento de tecnologia assistiva.
Ambiente 04 Corredores	<ul style="list-style-type: none"> • Corredores com largura adequada à quantidade; • Os elementos presentes nos corredores não atrapalham a passagem de pessoas; • Contraste de cor entre piso e paredes, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Piso antiderrapante, regular, nivelado e em boas condições; • Existência de rampas quando há desníveis maiores que 1,5 centímetros; • Presença de identificação nas portas com letras grandes e em cores contrastantes com o fundo; • Portas com vão de abertura adequado (mínimo 80 cm), maçanetas em altura adequada e em formato de alavanca; • Bebedouro permite a utilização de copo, possui altura adequada, permite aproximação de cadeira de rodas e pode ser utilizado por crianças pequenas e pessoas de baixa estatura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Corredores amplos sem piso tátil direcional em cor e textura contrastante para guiar pessoas com deficiência visual; • Ausência de placas indicativas que orientem as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes; • Ausência de portas com placas com letras em relevo ou em Braille; • Inexistência de cor contrastante entre portas e paredes; • Bebedouro com torneira inacessível (de enroscar), ou seja, o ideal seria de alavanca ou pressão.
Ambiente 05 Escadas e rampas	<ul style="list-style-type: none"> • Escadas com largura adequada (mínimo 1 metro e 20 centímetros), piso antiderrapante, firme, regular e estável; • Espelhos dos degraus são fechados; • Degraus adequados e com mesma altura e profundidade; • Patamar adequado sempre que existe mudança de direção na escada e livre de obstáculos; • Primeiro e último degraus de um lance de escadas estão recuados da circulação; • Presença de rampas na escola; • Rampas com largura adequadas, com piso antiderrapante, firme, regular, estável e com inclinação suave; • Rampas com patamares adequados, ou seja, com a mesma largura da rampa, sem obstáculos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de borda de cor contrastante nos degraus para auxiliar pessoas com baixa visão a identificar os degraus; • Inexistência, no início e final da escada e/ou rampa, de piso tátil de alerta em cor contrastante para avisar as pessoas com deficiência visual a existência da escada e/ou rampa; • Ausência de corrimãos nos dois lados de todas as escadas e rampas; • Bordas dos corrimãos não são arredondados e uniformes, ou seja, podem ferir as mãos.

	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de parede ou grade de proteção (guarda-corpo) ao longo das escadas e rampas, com altura adequada (no mínimo 1 metro e 5 centímetros); • Corrimãos em duas alturas, contínuos em toda a rampa ou escada e com prolongamento de no mínimo 30 centímetros antes do início e após o término da escada ou rampa. 	
<p>Ambiente 06 Salas de aula</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • As carteiras, em termos de largura, altura e formato adapta-se aos diferentes tamanhos dos alunos (estatura e obesidade); • A lousa possui altura que permite seu alcance por crianças menores ou em cadeiras de rodas, possui na frente espaço suficiente para a passagem e manobra de uma cadeira de rodas, além de estar livre de incidência de luz que cause ofuscamento e dificulte a sua visualização. 	<ul style="list-style-type: none"> • A carteira, em termos de largura, altura e formato não permite a aproximação e uso dos alunos em cadeiras de rodas; • O corredor entre as fileiras de carteiras não é largo o suficiente para a passagem de um aluno em cadeiras de rodas.
<p>Ambiente 07 Laboratórios (Telecentro)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Pessoas em cadeiras de rodas podem circular e manobrar pela sala até os principais equipamentos (mesas de trabalho, computadores, lousa); • Mesas e cadeiras se adaptam às dimensões de todos os usuários; • Os objetos em prateleiras podem ser alcançados por crianças menores e pessoas em cadeiras de rodas; • Existência de computador com tecnologia assistiva para pessoas com deficiência visual; • A lousa possui altura que permite seu alcance por crianças menores ou em cadeiras de rodas, além de estar livre de incidência de luz que cause ofuscamento e 	-

<p>Ambiente 08 Salas de Recursos Multifuncional</p>	<p>dificulte a sua visualização.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Tamanho da Sala de Recursos suficiente para abrigar diferentes atividades e seus equipamentos (mesas de atendimentos, armários, quadros, atividades de movimento corporal); • Pessoas em cadeiras de rodas podem circular e manobrar pela sala até os diferentes locais de atividades (mesas de trabalho, computadores, lousa); • Mesas de atendimento ou computador livres de qualquer obstáculo (pés e gaveteiros), que impeçam a aproximação de pessoas em cadeiras de rodas; • Mesas com altura adequada ao uso de pessoas em cadeiras de rodas ou baixa estatura; • A lousa possui altura que permite seu alcance por crianças menores ou em cadeiras de rodas, além de estar livre de incidência de luz que cause ofuscamento e dificulte a sua visualização; • Computador com programas de leitor de tela para alunos com deficiência visual; • Espaço com tapete, almofada e espelho (espelho com altura que permita a visualização por crianças menores e em cadeiras de rodas). 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de separação, por divisória ou cortinas, entre os locais de diferentes atividades.
<p>Ambiente 09 Biblioteca</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão (apesar de ser cinza escuro e cinza claro); • Mesas de estudo ou computador livres de qualquer obstáculo (pés e gaveteiros), que impeçam a aproximação de pessoas em cadeiras de rodas; • Mesas com altura adequada ao uso de pessoas em cadeiras de rodas ou baixa estatura; • Os livros nas prateleiras podem ser alcançados pelas 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade para que pessoas em cadeiras de rodas possam circular e manobrar pela sala até os diferentes locais de atividades (mesas de trabalho, computadores, estantes e balcão de empréstimo); • A largura do corredor entre as estantes não permite a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas; • Ao final de cada corredor de estantes não é possível manobrar com a cadeira de rodas; • Não existe computador com

	crianças menores e pessoas em cadeiras de rodas.	programa de leitor de tela para alunos com deficiência visual.
Ambiente 10 Auditório	Ambiente Inexistente na Escola	Ambiente Inexistente na Escola
Ambiente 11 Sanitários	<ul style="list-style-type: none"> • Existe pelo menos um sanitário feminino e um masculino com vaso sanitário acessível às pessoas com deficiência na escola; • Os sanitários estão localizados em pavimentos aos quais é possível chegar com auxílio de cadeiras de rodas; • As portas dos sanitários possuem vão adequado (no mínimo 90 centímetros); • O desnível entre os sanitários e a circulação é de no máximo meio centímetro; • Contraste entre piso, parede, equipamentos, além do piso ser antiderrapante, regular e em boas condições de manutenção; • Boxe com maçaneta de alavanca e espaço adequado para circular e manobrar uma cadeira de rodas; • Lavatórios suspensos, com altura adequada, sem armário ou coluna, possibilitando aproximação de uma cadeira de rodas; • Torneiras fáceis de serem alcançadas e manuseadas (acionamento por alavanca). 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de barras de apoio na porta do box acessível e no mictório; • A descarga está a 1 metro do piso, porém, não é fácil de ser acionada (sugestão: acionador por pressão ou alavanca).
Ambiente 12 Refeitório	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Mesa comunitária sem obstáculos (pés e bancos fixos com vão livre) que permita a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas e que seja de fácil acesso ao balcão de distribuição de refeições; • Mesas e cadeiras com dimensões que permita seu uso com conforto, de acordo com o tipo de usuários (crianças pequenas, pessoas obesas); • É possível circular e manobrar a cadeira de rodas entre as mesas do refeitório e em frente ao balcão de distribuição de alimentos; 	-

	<ul style="list-style-type: none"> • Balcão com altura confortável para a visualização e alcance dos alimentos por pessoas em cadeiras de rodas ou crianças pequenas. 	
<p>Ambiente 13 Quadra de esportes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Rota acessível que permita às pessoas com mobilidade reduzida chegarem à quadra, aos bancos/arquibancadas ou aos sanitários e vestiários; • Todo o espaço ao redor da quadra de esportes não apresenta degraus ou buracos e permite a circulação de pessoas em cadeiras de rodas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a entrada da quadra, bancos/arquibancadas ou aos sanitários e vestiários; • Ausência de contrastes nas cores da pintura do piso da quadra e demais elementos (traves, redes e cestas); • Inexistência de pelo menos um espaço reservado, entre os bancos ou na arquibancada, com tamanho suficiente para a permanência de uma cadeira de rodas; • Inexistência de sanitários e vestiários acessíveis próximos à quadra de esportes.
<p>Ambiente 14 Pátios</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nos pátios internos e externos existe contraste de cor entre os pisos e paredes, a fim de facilitar a orientação de pessoas com baixa visão; • O piso do pátio é antiderrapante em dias de chuva e a cor do piso evita ofuscamento da visão em dias de muito sol; • O piso é nivelado, ou seja, sem buracos ou degraus que atrapalham a circulação de cadeiras de rodas; • Existem rampas quando há desníveis maiores que 1,5 centímetros; • É possível atravessar o pátio, num percurso seguro, sem encontrar obstáculos (bancos, telefones, bebedouros, extintores de incêndio, vasos de plantas, móveis, lixeiras e etc.) que atrapalham a circulação de pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até os principais acessos, pois o pátio é muito amplo e sem limites definidos; • Inexistência de placas indicativas no pátio que orientem para as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes.

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

A) DADOS GERAIS

Região Geográfica da Escola: Zona Oeste.

Avaliador: Prof. Me. Danilo Batista de Souza.

Data da Avaliação: 11/01/2022.

B) GRÁFICO SOBRE AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DA ESCOLA

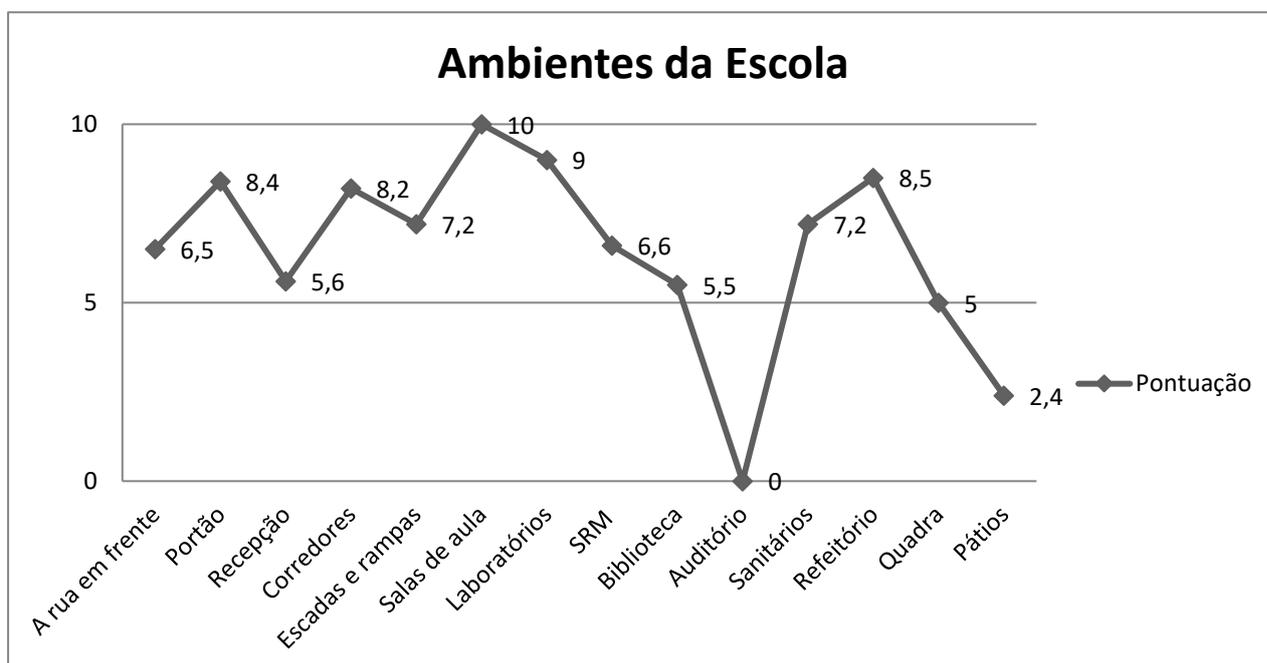


Gráfico 01 - Avaliação das condições de acessibilidade.

Ambientes inexistentes: 0.

Ambientes sem ou com poucas condições de acessibilidade: pontuação de 1 a 5.

Ambientes com mais condições de acessibilidade: pontuação de 5,1 a 10.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DA ESCOLA		
	Itens considerados ACESSÍVEIS	Itens considerados INACESSÍVEIS
<p>Ambiente 01 A rua em frente à escola</p>	<ul style="list-style-type: none"> • É possível identificar a escola; • Calçada rebaixada nos dois lados da rua; • Calçada com pavimentação regular, plana, sem buracos e degraus; • Ponto de ônibus próximo à entrada da escola; • Estacionamento na rua em frente à escola. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de faixa de pedestre; • Poste na calçada bem próximo à entrada principal atrapalhando a circulação de pessoas; • Obstáculos sem sinalização com piso tátil de alerta para pessoa com deficiência visual; • O percurso entre a parada de ônibus e a escola não é acessível, possui muitos obstáculos ou desníveis para pessoas em cadeiras de rodas e sem piso tátil direcional e de alerta para pessoas com deficiência visual; • Estacionamento na rua sem vaga para pessoas com deficiência.
<p>Ambiente 02 Do portão da escola à porta de entrada</p>	<ul style="list-style-type: none"> • É fácil identificar a porta de entrada da escola; • Portão de entrada dos pedestres separado da entrada dos carros; • Campanhia ou interfone acessível a pessoas em cadeira de rodas e crianças menores; • Percurso pavimentado, regular, plano, sem buracos, sem degraus, antiderrapante, sem ofuscação, sem obstáculos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Caminho amplo e sem limites definidos, sem piso direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a porta da escola.
<p>Ambiente 03 Recepção e salas de atendimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de placa que identifique sua localização; • Balcão de atendimento pode ser visto logo na entrada e permite aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas, ou seja, o balcão é mais baixo e com espaço de aproximação para as pernas; • Mobiliário localizado fora da circulação, ou seja, não atarapalha a passagem de pessoas; • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de espaço de espera para usuários de cadeiras de rodas aguardar o atendimento sem atrapalhar a circulação; • Ausência de placas com letras grandes e contraste de cor que indicam o caminho a seguir para chegar aos demais ambientes da escola; • Inexistência de placas em alto relevo ou em Braille junto às portas; • Inexistência de Mapa Tátil que possibilite ao usuário com deficiência visual localizar-se, identificando o local das diferentes atividades e os caminhos a seguir; • Não foi observado um serviço de atendimento para pessoas com deficiência auditiva ou

		com surdocegueira prestado por pessoas habilitadas ou por um equipamento de tecnologia assistiva.
Ambiente 04 Corredores	<ul style="list-style-type: none"> • Corredores com largura adequada à quantidade; • Os elementos presentes nos corredores não atrapalham a passagem de pessoas; • Contraste de cor entre piso e paredes, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Piso antiderrapante, regular, nivelado e em boas condições; • Existência de rampas quando há desníveis maiores que 1,5 centímetros; • Presença de identificação nas portas com letras grandes e em cores contrastantes com o fundo; • Portas com vão de abertura adequado (mínimo 80 cm), maçanetas em altura adequada e em formato de alavanca; • Bebedouro permite a utilização de copo, possui altura adequada, permite aproximação de cadeira de rodas e pode ser utilizado por crianças pequenas e pessoas de baixa estatura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Corredores amplos sem piso tátil direcional em cor e textura contrastante para guiar pessoas com deficiência visual; • Ausência de placas indicativas que orientem as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes; • Ausência de portas com placas com letras em relevo ou em Braille; • Inexistência de cor contrastante entre portas e paredes; • Bebedouro com torneira inacessível (de enroscar), ou seja, o ideal seria de alavanca ou pressão.
Ambiente 05 Escadas e rampas	<ul style="list-style-type: none"> • Escadas com largura adequada (mínimo 1 metro e 20 centímetros), piso antiderrapante, firme, regular e estável; • Espelhos dos degraus são fechados; • Degraus adequados e com mesma altura e profundidade; • Patamar adequado sempre que existe mudança de direção na escada e livre de obstáculos; • Primeiro e último degraus de um lance de escadas estão recuados da circulação; • Presença de rampas na escola; • Rampas com largura adequadas, com piso antiderrapante, firme, regular, estável e com inclinação suave; • Rampas com patamares adequados, ou seja, com a mesma largura da rampa, sem obstáculos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de borda de cor contrastante nos degraus para auxiliar pessoas com baixa visão a identificar os degraus; • Inexistência, no início e final da escada e/ou rampa, de piso tátil de alerta em cor contrastante para avisar as pessoas com deficiência visual a existência da escada e/ou rampa; • Ausência de corrimãos nos dois lados de todas as escadas e rampas; • Bordas dos corrimãos não são arredondados e uniformes, ou seja, podem ferir as mãos.

	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de parede ou grade de proteção (guarda-corpo) ao longo das escadas e rampas, com altura adequada (no mínimo 1 metro e 5 centímetros); • Corrimãos em duas alturas, contínuos em toda a rampa ou escada e com prolongamento de no mínimo 30 centímetros antes do início e após o término da escada ou rampa. 	
<p>Ambiente 06 Salas de aula</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • As carteiras, em termos de largura, altura e formato adapta-se aos diferentes tamanhos dos alunos (estatura e obesidade); • A lousa possui altura que permite seu alcance por crianças menores ou em cadeiras de rodas, possui na frente espaço suficiente para a passagem e manobra de uma cadeira de rodas, além de estar livre de incidência de luz que cause ofuscamento e dificulte a sua visualização. 	<ul style="list-style-type: none"> • A carteira, em termos de largura, altura e formato não permite a aproximação e uso dos alunos em cadeiras de rodas; • O corredor entre as fileiras de carteiras não é largo o suficiente para a passagem de um aluno em cadeiras de rodas.
<p>Ambiente 07 Laboratórios (Telecentro)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Pessoas em cadeiras de rodas podem circular e manobrar pela sala até os principais equipamentos (mesas de trabalho, computadores, lousa); • Mesas e cadeiras se adaptam às dimensões de todos os usuários; • Os objetos em prateleiras podem ser alcançados por crianças menores e pessoas em cadeiras de rodas; • Existência de computador com tecnologia assistiva para pessoas com deficiência visual; • A lousa possui altura que permite seu alcance por crianças menores ou em cadeiras de rodas, além de estar livre de incidência de luz que cause ofuscamento e 	-

<p>Ambiente 08 Salas de Recursos Multifuncional</p>	<p>dificulte a sua visualização.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Tamanho da Sala de Recursos suficiente para abrigar diferentes atividades e seus equipamentos (mesas de atendimentos, armários, quadros, atividades de movimento corporal); • Pessoas em cadeiras de rodas podem circular e manobrar pela sala até os diferentes locais de atividades (mesas de trabalho, computadores, lousa); • Mesas de atendimento ou computador livres de qualquer obstáculo (pés e gaveteiros), que impeçam a aproximação de pessoas em cadeiras de rodas; • Mesas com altura adequada ao uso de pessoas em cadeiras de rodas ou baixa estatura; • A lousa possui altura que permite seu alcance por crianças menores ou em cadeiras de rodas, além de estar livre de incidência de luz que cause ofuscamento e dificulte a sua visualização; • Computador com programas de leitor de tela para alunos com deficiência visual; • Espaço com tapete, almofada e espelho (espelho com altura que permita a visualização por crianças menores e em cadeiras de rodas). 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de separação, por divisória ou cortinas, entre os locais de diferentes atividades.
<p>Ambiente 09 Biblioteca</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão (apesar de ser cinza escuro e cinza claro); • Mesas de estudo ou computador livres de qualquer obstáculo (pés e gaveteiros), que impeçam a aproximação de pessoas em cadeiras de rodas; • Mesas com altura adequada ao uso de pessoas em cadeiras de rodas ou baixa estatura; • Os livros nas prateleiras podem ser alcançados pelas 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade para que pessoas em cadeiras de rodas possam circular e manobrar pela sala até os diferentes locais de atividades (mesas de trabalho, computadores, estantes e balcão de empréstimo); • A largura do corredor entre as estantes não permite a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas; • Ao final de cada corredor de estantes não é possível manobrar com a cadeira de rodas; • Não existe computador com

	crianças menores e pessoas em cadeiras de rodas.	programa de leitor de tela para alunos com deficiência visual.
Ambiente 10 Auditório	Ambiente Inexistente na Escola	Ambiente Inexistente na Escola
Ambiente 11 Sanitários	<ul style="list-style-type: none"> • Existe pelo menos um sanitário feminino e um masculino com vaso sanitário acessível às pessoas com deficiência na escola; • Os sanitários estão localizados em pavimentos aos quais é possível chegar com auxílio de cadeiras de rodas; • As portas dos sanitários possuem vão adequado (no mínimo 90 centímetros); • O desnível entre os sanitários e a circulação é de no máximo meio centímetro; • Contraste entre piso, parede, equipamentos, além do piso ser antiderrapante, regular e em boas condições de manutenção; • Boxe com maçaneta de alavanca e espaço adequado para circular e manobrar uma cadeira de rodas; • Lavatórios suspensos, com altura adequada, sem armário ou coluna, possibilitando aproximação de uma cadeira de rodas; • Torneiras fáceis de serem alcançadas e manuseadas (acionamento por alavanca). 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de barras de apoio na porta do box acessível e no mictório; • A descarga está a 1 metro do piso, porém, não é fácil de ser acionada (sugestão: acionador por pressão ou alavanca).
Ambiente 12 Refeitório	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Mesa comunitária sem obstáculos (pés e bancos fixos com vão livre) que permita a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas e que seja de fácil acesso ao balcão de distribuição de refeições; • Mesas e cadeiras com dimensões que permita seu uso com conforto, de acordo com o tipo de usuários (crianças pequenas, pessoas obesas); • É possível circular e manobrar a cadeira de rodas entre as mesas do refeitório e em frente ao balcão de distribuição de alimentos; 	-

	<ul style="list-style-type: none"> Balcão com altura confortável para a visualização e alcance dos alimentos por pessoas em cadeiras de rodas ou crianças pequenas. 	
<p>Ambiente 13 Quadra de esportes</p>	<ul style="list-style-type: none"> Rota acessível que permita às pessoas com mobilidade reduzida chegarem à quadra, aos bancos/arquibancadas ou aos sanitários e vestiários; Todo o espaço ao redor da quadra de esportes não apresenta degraus ou buracos e permite a circulação de pessoas em cadeiras de rodas. 	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a entrada da quadra, bancos/arquibancadas ou aos sanitários e vestiários; Ausência de contrastes nas cores da pintura do piso da quadra e demais elementos (traves, redes e cestas); Inexistência de pelo menos um espaço reservado, entre os bancos ou na arquibancada, com tamanho suficiente para a permanência de uma cadeira de rodas; Inexistência de sanitários e vestiários acessíveis próximos à quadra de esportes.
<p>Ambiente 14 Pátios</p>	<ul style="list-style-type: none"> Nos pátios internos e externos existe contraste de cor entre os pisos e paredes, a fim de facilitar a orientação de pessoas com baixa visão; O piso do pátio é antiderrapante em dias de chuva e a cor do piso evita ofuscamento da visão em dias de muito sol; O piso é nivelado, ou seja, sem buracos ou degraus que atrapalham a circulação de cadeiras de rodas; Existem rampas quando há desníveis maiores que 1,5 centímetros; É possível atravessar o pátio, num percurso seguro, sem encontrar obstáculos (bancos, telefones, bebedouros, extintores de incêndio, vasos de plantas, móveis, lixeiras e etc.) que atrapalham a circulação de pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até os principais acessos, pois o pátio é muito amplo e sem limites definidos; Inexistência de placas indicativas no pátio que orientem para as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes.

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

A) DADOS GERAIS

Região Geográfica da Escola: Zona Sul.

Avaliador: Prof. Me. Danilo Batista de Souza.

Data da Avaliação: 08/02/2022.

B) GRÁFICO SOBRE AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DA ESCOLA

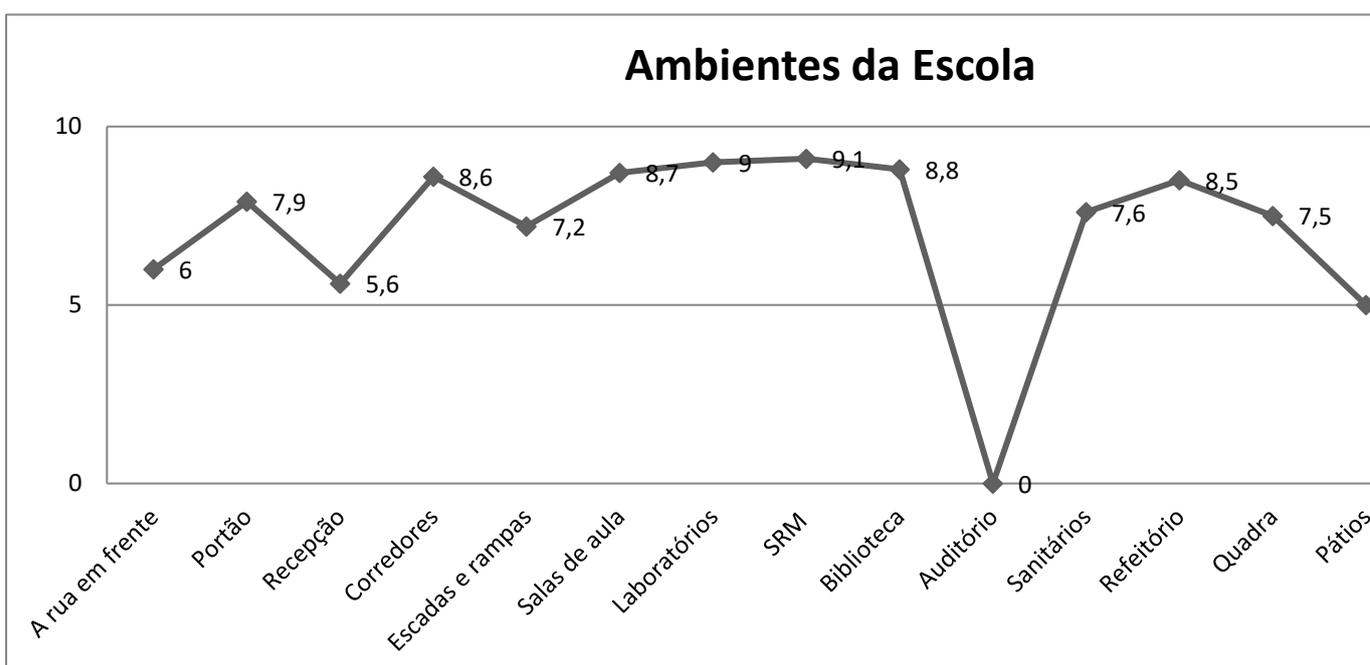


Gráfico 01 - Avaliação das condições de acessibilidade.

Ambientes inexistentes: 0.

Ambientes sem ou com poucas condições de acessibilidade: pontuação de 1 a 5.

Ambientes com mais condições de acessibilidade: pontuação de 5,1 a 10.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DA ESCOLA		
	Itens considerados ACESSÍVEIS	Itens considerados INACESSÍVEIS
<p>Ambiente 01 A rua em frente à escola</p>	<ul style="list-style-type: none"> • É possível identificar a escola; • Calçada rebaixada nos dois lados da rua; • Calçada com pavimentação regular, plana, sem buracos e degraus; • Ponto de ônibus próximo à entrada da escola; • Estacionamento na rua em frente à escola. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de faixa de pedestre; • Poste na calçada bem próximo à entrada principal atrapalhando a circulação de pessoas; • Obstáculos sem sinalização com piso tátil de alerta para pessoa com deficiência visual; • O percurso entre a parada de ônibus e a escola não é acessível, possui muitos obstáculos ou desníveis para pessoas em cadeiras de rodas e sem piso tátil direcional e de alerta para pessoas com deficiência visual; • Estacionamento na rua sem vaga para pessoas com deficiência.
<p>Ambiente 02 Do portão da escola à porta de entrada</p>	<ul style="list-style-type: none"> • É fácil identificar a porta de entrada da escola; • Portão de entrada dos pedestres separado da entrada dos carros; • Campanhia ou interfone acessível a pessoas em cadeira de rodas e crianças menores; • Percurso pavimentado, regular, plano, sem buracos, sem degraus, antiderrapante, sem ofuscação, sem obstáculos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Caminho amplo e sem limites definidos, sem piso direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a porta da escola.
<p>Ambiente 03 Recepção e salas de atendimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de placa que identifique sua localização; • Balcão de atendimento pode ser visto logo na entrada e permite aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas, ou seja, o balcão é mais baixo e com espaço de aproximação para as pernas; • Mobiliário localizado fora da circulação, ou seja, não atarapalha a passagem de pessoas; • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de espaço de espera para usuários de cadeiras de rodas aguardar o atendimento sem atrapalhar a circulação; • Ausência de placas com letras grandes e contraste de cor que indicam o caminho a seguir para chegar aos demais ambientes da escola; • Inexistência de placas em alto relevo ou em Braille junto às portas; • Inexistência de Mapa Tátil que possibilite ao usuário com deficiência visual localizar-se, identificando o local das diferentes atividades e os caminhos a seguir; • Não foi observado um serviço de atendimento para pessoas com deficiência auditiva ou

		com surdocegueira prestado por pessoas habilitadas ou por um equipamento de tecnologia assistiva.
Ambiente 04 Corredores	<ul style="list-style-type: none"> • Corredores com largura adequada à quantidade; • Os elementos presentes nos corredores não atrapalham a passagem de pessoas; • Contraste de cor entre piso e paredes, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Piso antiderrapante, regular, nivelado e em boas condições; • Existência de rampas quando há desníveis maiores que 1,5 centímetros; • Presença de identificação nas portas com letras grandes e em cores contrastantes com o fundo; • Portas com vão de abertura adequado (mínimo 80 cm), maçanetas em altura adequada e em formato de alavanca; • Bebedouro permite a utilização de copo, possui altura adequada, permite aproximação de cadeira de rodas e pode ser utilizado por crianças pequenas e pessoas de baixa estatura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Corredores amplos sem piso tátil direcional em cor e textura contrastante para guiar pessoas com deficiência visual; • Ausência de placas indicativas que orientem as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes; • Ausência de portas com placas com letras em relevo ou em Braille; • Inexistência de cor contrastante entre portas e paredes; • Bebedouro com torneira inacessível (de enroscar), ou seja, o ideal seria de alavanca ou pressão.
Ambiente 05 Escadas e rampas	<ul style="list-style-type: none"> • Escadas com largura adequada (mínimo 1 metro e 20 centímetros), piso antiderrapante, firme, regular e estável; • Espelhos dos degraus são fechados; • Degraus adequados e com mesma altura e profundidade; • Patamar adequado sempre que existe mudança de direção na escada e livre de obstáculos; • Primeiro e último degraus de um lance de escadas estão recuados da circulação; • Presença de rampas na escola; • Rampas com largura adequadas, com piso antiderrapante, firme, regular, estável e com inclinação suave; • Rampas com patamares adequados, ou seja, com a mesma largura da rampa, sem obstáculos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de borda de cor contrastante nos degraus para auxiliar pessoas com baixa visão a identificar os degraus; • Inexistência, no início e final da escada e/ou rampa, de piso tátil de alerta em cor contrastante para avisar as pessoas com deficiência visual a existência da escada e/ou rampa; • Ausência de corrimãos nos dois lados de todas as escadas e rampas; • Bordas dos corrimãos não são arredondados e uniformes, ou seja, podem ferir as mãos.

	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de parede ou grade de proteção (guarda-corpo) ao longo das escadas e rampas, com altura adequada (no mínimo 1 metro e 5 centímetros); • Corrimãos em duas alturas, contínuos em toda a rampa ou escada e com prolongamento de no mínimo 30 centímetros antes do início e após o término da escada ou rampa. 	
<p>Ambiente 06 Salas de aula</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • As carteiras, em termos de largura, altura e formato adapta-se aos diferentes tamanhos dos alunos (estatura e obesidade); • A lousa possui altura que permite seu alcance por crianças menores ou em cadeiras de rodas, possui na frente espaço suficiente para a passagem e manobra de uma cadeira de rodas, além de estar livre de incidência de luz que cause ofuscamento e dificulte a sua visualização. 	<ul style="list-style-type: none"> • A carteira, em termos de largura, altura e formato não permite a aproximação e uso dos alunos em cadeiras de rodas; • O corredor entre as fileiras de carteiras não é largo o suficiente para a passagem de um aluno em cadeiras de rodas.
<p>Ambiente 07 Laboratórios (Telecentro)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Pessoas em cadeiras de rodas podem circular e manobrar pela sala até os principais equipamentos (mesas de trabalho, computadores, lousa); • Mesas e cadeiras se adaptam às dimensões de todos os usuários; • Os objetos em prateleiras podem ser alcançados por crianças menores e pessoas em cadeiras de rodas; • Existência de computador com tecnologia assistiva para pessoas com deficiência visual; • A lousa possui altura que permite seu alcance por crianças menores ou em cadeiras de rodas, além de estar livre de incidência de luz que cause ofuscamento e 	-

<p>Ambiente 08 Salas de Recursos Multifuncional</p>	<p>dificulte a sua visualização.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Tamanho da Sala de Recursos suficiente para abrigar diferentes atividades e seus equipamentos (mesas de atendimentos, armários, quadros, atividades de movimento corporal); • Pessoas em cadeiras de rodas podem circular e manobrar pela sala até os diferentes locais de atividades (mesas de trabalho, computadores, lousa); • Mesas de atendimento ou computador livres de qualquer obstáculo (pés e gaveteiros), que impeçam a aproximação de pessoas em cadeiras de rodas; • Mesas com altura adequada ao uso de pessoas em cadeiras de rodas ou baixa estatura; • A lousa possui altura que permite seu alcance por crianças menores ou em cadeiras de rodas, além de estar livre de incidência de luz que cause ofuscamento e dificulte a sua visualização; • Computador com programas de leitor de tela para alunos com deficiência visual; • Espaço com tapete, almofada e espelho (espelho com altura que permita a visualização por crianças menores e em cadeiras de rodas). 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de separação, por divisória ou cortinas, entre os locais de diferentes atividades.
<p>Ambiente 09 Biblioteca</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão (apesar de ser cinza escuro e cinza claro); • Mesas de estudo ou computador livres de qualquer obstáculo (pés e gaveteiros), que impeçam a aproximação de pessoas em cadeiras de rodas; • Mesas com altura adequada ao uso de pessoas em cadeiras de rodas ou baixa estatura; • Os livros nas prateleiras podem ser alcançados pelas 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade para que pessoas em cadeiras de rodas possam circular e manobrar pela sala até os diferentes locais de atividades (mesas de trabalho, computadores, estantes e balcão de empréstimo); • A largura do corredor entre as estantes não permite a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas; • Ao final de cada corredor de estantes não é possível manobrar com a cadeira de rodas; • Não existe computador com

	crianças menores e pessoas em cadeiras de rodas.	programa de leitor de tela para alunos com deficiência visual.
Ambiente 10 Auditório	Ambiente Inexistente na Escola	Ambiente Inexistente na Escola
Ambiente 11 Sanitários	<ul style="list-style-type: none"> • Existe pelo menos um sanitário feminino e um masculino com vaso sanitário acessível às pessoas com deficiência na escola; • Os sanitários estão localizados em pavimentos aos quais é possível chegar com auxílio de cadeiras de rodas; • As portas dos sanitários possuem vão adequado (no mínimo 90 centímetros); • O desnível entre os sanitários e a circulação é de no máximo meio centímetro; • Contraste entre piso, parede, equipamentos, além do piso ser antiderrapante, regular e em boas condições de manutenção; • Boxe com maçaneta de alavanca e espaço adequado para circular e manobrar uma cadeira de rodas; • Lavatórios suspensos, com altura adequada, sem armário ou coluna, possibilitando aproximação de uma cadeira de rodas; • Torneiras fáceis de serem alcançadas e manuseadas (acionamento por alavanca). 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de barras de apoio na porta do box acessível e no mictório; • A descarga está a 1 metro do piso, porém, não é fácil de ser acionada (sugestão: acionador por pressão ou alavanca).
Ambiente 12 Refeitório	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de cor entre piso, parede e móveis, facilitando a orientação de pessoas com baixa visão; • Mesa comunitária sem obstáculos (pés e bancos fixos com vão livre) que permita a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas e que seja de fácil acesso ao balcão de distribuição de refeições; • Mesas e cadeiras com dimensões que permita seu uso com conforto, de acordo com o tipo de usuários (crianças pequenas, pessoas obesas); • É possível circular e manobrar a cadeira de rodas entre as mesas do refeitório e em frente ao balcão de distribuição de alimentos; 	-

	<ul style="list-style-type: none"> Balcão com altura confortável para a visualização e alcance dos alimentos por pessoas em cadeiras de rodas ou crianças pequenas. 	
<p>Ambiente 13 Quadra de esportes</p>	<ul style="list-style-type: none"> Rota acessível que permita às pessoas com mobilidade reduzida chegarem à quadra, aos bancos/arquibancadas ou aos sanitários e vestiários; Todo o espaço ao redor da quadra de esportes não apresenta degraus ou buracos e permite a circulação de pessoas em cadeiras de rodas. 	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a entrada da quadra, bancos/arquibancadas ou aos sanitários e vestiários; Ausência de contrastes nas cores da pintura do piso da quadra e demais elementos (traves, redes e cestas); Inexistência de pelo menos um espaço reservado, entre os bancos ou na arquibancada, com tamanho suficiente para a permanência de uma cadeira de rodas; Inexistência de sanitários e vestiários acessíveis próximos à quadra de esportes.
<p>Ambiente 14 Pátios</p>	<ul style="list-style-type: none"> Nos pátios internos e externos existe contraste de cor entre os pisos e paredes, a fim de facilitar a orientação de pessoas com baixa visão; O piso do pátio é antiderrapante em dias de chuva e a cor do piso evita ofuscamento da visão em dias de muito sol; O piso é nivelado, ou seja, sem buracos ou degraus que atrapalham a circulação de cadeiras de rodas; Existem rampas quando há desníveis maiores que 1,5 centímetros; É possível atravessar o pátio, num percurso seguro, sem encontrar obstáculos (bancos, telefones, bebedouros, extintores de incêndio, vasos de plantas, móveis, lixeiras e etc.) que atrapalham a circulação de pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até os principais acessos, pois o pátio é muito amplo e sem limites definidos; Inexistência de placas indicativas no pátio que orientem para as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes.

ANEXO 01: PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA E CARTA DE ANUÊNCIA (SEMED/MANAUS)



Ofício nº 0316/2020-SEMED/GSGE

Manaus, 17 de dezembro de 2020.

A Senhora
Prof. Dra. Maria Almerinda de Souza Matos
Coordenadora do NEPPD/FACED/UFAM e Docente do PPGE/UFAM
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial – NEPPD
Avenida General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, nº 3.000 – Coroado / Campus Universitário,
Faculdade de Educação
CEP: 69.077-000 / Manaus-AM
Telefones (92) 99122-1613 / 3305-4501
E-mails: ufamneppd@gmail.com / profalmerinda@hotmail.com

Prezada Senhora,

Com os nossos cumprimentos, informamos a Vossa Senhoria acerca do **deferimento** do pedido de autorização, constante no **Processo 2020.18000.18125.0.010413**, para execução do Projeto de Pesquisa intitulado “Acessibilidade e Inclusão Escolar: A Implementação do Programa Escola Acessível em Manaus”, conforme **Parecer Técnico** emitido pelo Departamento Geral de Distritos desta Secretaria Municipal de Educação – DEGD/SEMED.

Solicitamos comparecimento à Chefia de Gabinete para assinar o termo de compromisso e buscar a carta de anuência.

Atenciosamente,

EUZENI ARAÚJO TRAJANO
Subsecretária de Gestão Educacional



SUBSECRETARIA DE GESTÃO EDUCACIONAL
DEPARTAMENTO GERAL DE DISTRITOS
DIVISÃO DE APOIO À GESTÃO ESCOLAR

PARECER

PROCESSO: 2020.18000.18125.0.010413

INTERESSADO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM

ASSUNTO: OFICIO N° 016/2020-NEPPD/FACED/UFAM - SOLICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA
ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO ESCOLAR

Ao: Departamento Geral de Distritos

Em atendimento ao Processo n.º 2020.18000.18125.0.010413, de interesse da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, segue anexo, a relação nominal das escolas que receberam recursos do Programa Escola Acessível, por ano (desde a sua implementação até o corrente ano). Ressaltamos, porém, que devido ao momento de pandemia pela qual estamos passando, as escolas encontram-se com as atividades paralisadas e sem frequência de alunos e professores.

Encaminhamos o processo ao setor competente, dando continuidade as solicitações de *Termo de Autorização/Anuência Institucional, para realização de entrevistas com os gestores escolares e a avaliação das condições e acessibilidades das escolas.*

Manaus 11 de dezembro de 2020.

Atenciosamente,

Jussara Tavares Marques

Chefe da Divisão de Apoio à Gestão Escolar



Secretaria Municipal de Educação
Subsecretaria de Gestão Educacional

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, **DANILO BATISTA DE SOUZA**, discente do Curso de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Educação PPGE da Universidade Federal do Amazonas, com o Projeto de Pesquisa intitulado "**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO ESCOLAR: A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL EM MANAUS**", comprometo-me a divulgar oficialmente à Secretaria Municipal de Educação, os seus resultados, obedecendo à regularidade ética da pesquisa em vigor no país.

A pesquisa será realizada após aprovação do Comitê de Ética bem como obedecer à regulamentação ética de pesquisa em vigor no país.

DANILO BATISTA DE SOUZA



Secretaria Municipal de Educação
Subsecretaria de Gestão Educacional

CARTA DE ANUÊNCIA

Autorizo a execução da pesquisa intitulada “**Acessibilidade e Inclusão Escolar: A Implementação do Programa Escola Acessível m Manaus**”, vinculado ao curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pelo Doutorando DANILO BATISTA DE SOUZA a ser realizada nas Escolas Municipais que receberam recursos do Programa Escola Acessível, com a finalidade de compreender, com base na legislação brasileira, na produção científica, nos dados educacionais e nos documentos escolares, o processo de implementação do programa Escola Acessível em Manaus, assim como a situação da acessibilidade de escolas que receberam recursos do programa com o intuito da efetivação de um sistema educacional inclusivo.

Os resultados obtidos serão divulgados em meios acadêmicos e científicos de forma geral sem qualquer identificação de indivíduos ou escola participante. Desta forma, almeja-se expor os participantes ao menor risco possível. O Universidade Federal do Amazonas/UFAM, se compromete a obedecer à regularidade ética da pesquisa em vigor no país. Ao final da pesquisa, a responsável deverá encaminhar a esta Secretaria, no prazo de trinta (30) dias, um Relatório Final, com registro fotográfico das atividades realizadas e uma cópia do Trabalho de Conclusão.

Manaus, 17 de dezembro de 2020.

Euzeni Araújo Trajano
Subsecretária de Gestão Educacional/SEMED

ANEXO 02: APROVAÇÃO DA PESQUISA NO COMITÊ DE ÉTICA

Portal do Governo Brasileiro

Plataforma Brasil

principal sair

Público Pesquisador Alterar Meus Dados

Daniilo Batista de Souza - Pesquisador | V3.2

Cadastros Sua sessão expira em: 38min 37

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO ESCOLAR: A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL EM MANAUS
Pesquisador Responsável: Daniilo Batista de Souza
 Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 44373021.0.0000.5020
Submetido em: 11/04/2021
Instituição Proponente: FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED / UFAM
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_1685831

- DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 2
 - Pendência de Parecer (PO) - Versão 2
 - Currículo dos Assistentes
 - Documentos do Projeto
 - Comprovante de Recepção - Submissã
 - Folha de Rosto - Submissão 2
 - Informações Básicas do Projeto - Subm
 - Outros - Submissão 2
 - Projeto Detalhado / Brochura Investigad
 - Solicitação registrada pelo CEP - Subm
 - TCLE / Termos de Assentimento / Justif
 - Apreciação 2 - Universidade Federal do An
 - Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
-------------------	----------	---------	----------	-------

- LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação ↕	Pesquisador Responsável ↕	Versão ↕	Submissão ↕	Modificação ↕	Situação ↕	Exclusiva do Centro Coord. ↕	Ações
PO	Daniilo Batista de Souza	2	11/04/2021	23/04/2021	Aprovado	Não	   